

ACERVO DIGITAL • CEDEC-CEIPOC

ENTREVISTA

A recusa da resignação:

entre a crítica, a imaginação e a ação política

ENTREVISTADO

Luiz Eduardo Soares

26 de setembro de 2025

CNPq FAPESP CEIPOC cedec
UNICAMP Centro de Memória Unicamp COCEN Mackenzie

Apresentação

Desde 2013 abre-se um processo com movimentos de ruptura da democracia, que implicou em descontinuidade da capacidade da ordem democrática brasileira de, a partir do passado, delinear os comportamentos presentes e organizar as expectativas de futuro. Em consequência, vimos emergir atores políticos neoconservadores e autoritários que se colocam em antagonismo à democracia. Diante disso, perguntamos: como lidar com esse momento de tensionamento da democracia, notadamente, em um país como o Brasil, em que ela possui uma trajetória tão curta?

Para pensar o referido questionamento, propomos a constituição do Acervo Digital que, em linhas gerais, visa estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos.

A presente pesquisa foi realizada pelo Cedec, em parceria com o Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc-IFCH/Unicamp) e o Centro de Memória da Unicamp (CMU/Unicamp). Financiada com recursos da Fapesp e do Faepex/Unicamp.

Equipe

Pesquisadores

Andrei Koerner (Coordenador)
Lígia Barros de Freitas
Lucas Baptista de Oliveira
Mariele Troiano
Raquel Kritsch
Wilson Vieira

Apoio Técnico

João Paulo Berto

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi
Pedro Henrique Vasques

Auxiliares de Pesquisa

Alanis Mahara Silva Borges
Marcos José Honório

Foto de Capa: Passeata dos Cem Mil, Cinelândia, Rio de Janeiro, 1968. Evandro Teixeira • Acervo IMS.

ENTREVISTA

A recusa da resignação:

entre a crítica, a imaginação e a ação política

Entrevistado	Luiz Eduardo Soares
Entrevistadores	Pedro Henrique Vasques José Ferdinando Ramos Ferreira
Coordenador	Andrei Koerner
Data de realização	26 de setembro de 2025

São Paulo — setembro de 2026.

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

Início da entrevista

Entrevista transcrita e revista por Carla Vreche, Johnny Dotta, José Ferdinando Ramos Ferreira e Pedro Henrique Vasques.

Ferdinando Ramos: Bom dia a todas e a todos. Hoje, 26 de setembro, nós damos início a mais uma entrevista para o projeto Acervo Digital do CEDEC-CEIPOC, que tem por objetivo construir um acervo de experiências de pesquisa que tratem de temas relacionados ao Estado de Direito, à democracia e ao desenvolvimento do Brasil, pensando sobretudo nos impactos da atual conjuntura política nas trajetórias de pesquisa. Hoje, o nosso convidado é Luiz Eduardo Soares, um dos mais importantes intelectuais públicos do Brasil. Luiz Eduardo Soares é escritor, antropólogo e cientista político, professor de pós-graduação em literatura da UFRJ, titular da cátedra Patrícia Acioli, vinculada ao Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, bolsista, pesquisador visitante emérito da FAPERJ e ex-professor da UERJ, do IUPERJ e da Unicamp. Luiz Eduardo foi *visiting scholar* nas universidades de Harvard, Columbia, Virgínia e Pittsburgh. Publicou 27 livros, dos quais os mais recentes são *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*[1], *O Brasil e seu duplo*[2], *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*[3], *Escolha sua distopia: (ou pense pelo avesso)*[4] e os romances *2066* com Rafael Coutinho[5], *Enquanto anoitece*[6] e *Crânio de vidro do selvagem digital*[7]. Foi secretário nacional de Segurança Pública, subsecretário e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro e secretário municipal de Prevenção da Violência em Porto Alegre e Nova Iguaçu. Sua trajetória combina produção acadêmica de excelência, intervenção política e compromisso com os direitos humanos, com a democracia e com a valorização da vida.

Professor, é uma honra tê-lo aqui conosco e agradecemos mais uma vez pela sua disponibilidade em nos ceder esta entrevista e, como combinado, nós começaremos a nossa conversa falando sobre os seus trabalhos e reflexões atuais. Em seguida, trataremos da sua trajetória e da problemática geral das pesquisas. E, por fim, nós vamos conversar sobre as suas perspectivas para o futuro.

1 SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: Segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.
2 _____. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019.
3 _____. *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2020.
4 _____. *Escolha sua distopia: (ou pense pelo avesso)*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2025.
5 _____. COUTINHO, Rafael. *2066*. São Paulo: Cachalote, 2022.
6 _____. *Enquanto anoitece*. São Paulo: Todavia, 2023.
7 _____. *O crânio de vidro do selvagem digital*. Porto Alegre: Brasa, 2025.

Luiz Eduardo Soares: Um prazer, Ferdinando. Muito obrigado pela atenção. Participar deste trabalho é um privilégio. Ser parceiro dessa travessia e esforço coletivo é muito gratificante. Estou à disposição. Vamos lá.

Ferdinando Ramos: Obrigado, professor. Então nós vamos iniciar a entrevista tratando dos livros *Enquanto anoitece*, *O Crânio de vidro do selvagem digital*, que tem como um de seus focos os desdobramentos futuros e a crise climática, e *2066*, com Rafael Coutinho, na qual você projeta um futuro distópico para o Rio de Janeiro em decorrência da crise climática. Como a sua perspectiva para o futuro da humanidade e do Brasil alterou sua percepção sobre a dinâmica social da violência? Essa eventual transformação teve impactos na sua pesquisa acadêmica?

Luiz Eduardo Soares: É claro que as referências, nesse caso, são ficcionais. Você se refere a romances, em cuja elaboração nos permitimos, ou somos até desafiados a exercer, uma liberdade indisciplinada por definição, que contrasta com o tipo de investimento que nós fazemos nos trabalhos nas Ciências Sociais, na Filosofia Política etc. Pensar o futuro ficcionalmente, exercitando a imaginação – é claro que sempre em diálogo com o que nós acumulamos nas Ciências Sociais e no debate público – oferece um campo de possibilidades, de exercícios especulativos de natureza muito peculiar. A comunicação entre o campo ficcional, literário, e o campo reflexivo, crítico, analítico deve ser feita com cautela. Há mais pontes e conexões pontuais do que continuidades. Eu diria que o grande desafio é aquele que se encontra nesse amálgama que é ético, afetivo, subjetivo, político e, ao mesmo tempo, intelectual, essa sobreposição de dimensões e camadas que nós experimentamos existencialmente. Vou falar na primeira pessoa, embora isso possa soar pretensioso, mas aqui estamos num ambiente mais testemunhal, então posso ousar fazê-lo sem suscitar uma má compreensão. Falando desse modo, vivo nessa "esquina" da História, que é ocupada coletivamente e que é o cruzamento entre todos os sonhos, as expectativas, as projeções ou antecipações de futuro, as utopias, e todos os nossos impulsos escatológicos.

Tudo o que nos moveu na juventude, na direção do que nós denominávamos "a Revolução Brasileira", permitiria que o Brasil se articulasse com as revoltas mundo afora, na direção de transformações radicais das estruturas econômicas e sociais e na edificação de um socialismo que fosse o prenúncio de um tempo radicalmente novo, de fraternidade, solidariedade, igualdade, equidade e liberdade. Com isso, a democracia poderia se realizar de modo efetivo e radical, com a supressão das classes, apontando até para o horizonte de dissolução do Estado, das forças coercitivas, na medida em que a experiência humana da sociabilidade encontra-

ria formas espontâneas de vivência coletiva. Isso tudo, na minha juventude, era apenas um esboço, porque a experiência do socialismo real era profundamente frustrante e desanimadora. A minha formação sempre foi anti-stalinista, um marxismo que flertava com as experiências social-democratas que culminariam no que nós chamávamos à época de um "eurocomunismo neo-gramsciano". Isso se acoplava a uma formação religiosa da minha infância, que enfatizava o compromisso na sua raiz valorativa. Essa era uma opção anterior à própria concepção das decisões e das opções. Era uma "pré-decisão" que me constituía como sujeito, que "pré-orientava" seleções entre os valores que compunham o nosso repertório na época. Em outras palavras, isso foi absolutamente decisivo nos rumos que a minha trajetória foi assumindo.

Eu me reporto a esse passado para convocá-lo e para dar um sentido ao que eu dizia. Hoje, essas especulações prospectivas, escatológicas, teleológicas, finalísticas, continuam sendo o que move esse sujeito que presta este depoimento, do ponto de vista consciente, porque somos constituídos, enquanto sujeitos falhados, lacunares, múltiplos e contraditórios, por outras camadas, forças e fatores que não controlamos. Mas no que se oferece à consciência para uma elaboração, esse compromisso prospectivo, político, ético, continua sendo decisivo e estratégico. Sonho com um mundo transformado, nem diria com base no humanismo, porque este se deteriorou com sua veleidade universalista, traída por compromissos práticos neocoloniais e racistas, mas por esse movimento anímico e pós-humanista, capaz de incorporar o melhor dessa tradição, reconhecendo e buscando superar suas contradições.

Tudo isso, que continua moldando a minha reflexão ou desejo de refletir e de agir sobre o mundo, encontra muros, paredes e bloqueios que provêm dessa realidade tal como se apresenta a nós, seja em função do Antropoceno e da crise da emergência climática, que transborda para todas as áreas, agudizando as contradições sociais, econômicas etc., seja porque o quadro geopolítico aponta para dificuldades crescentes, com tensões que provêm da decadência do império estadunidense, ante a emergência de outros polos. Aquilo que nós víamos nos anos 1970 como uma espécie de tendência de convergência entre nossos valores e expectativas, até utópicas, e as dinâmicas reais da história, e que nos conferia convicções, reforçando a esperança e nos motivando à prática, se desfez, se é que em algum momento ela esteve efetivamente posta. Não é preciso grande esforço analítico e especial competência para reconhecer que, além da emergência climática com seus desdobramentos, estamos diante de um quadro geopolítico gravíssimo, cujas contradições não prometem nenhuma dialética redentora.

Além disso, nesse contexto, nós temos o que, a meu juízo, se converteu no que talvez seja o maior enigma a nos desafiar sociológica e antropologicamente, e até nas áreas da psicologia, da psicanálise etc., que é a emergência do neofascismo

mundo afora, e no Brasil em particular. Isso nos desafia porque se manifesta sob formas inauditas, combinando o passado que conhecemos com circunstâncias muito singulares e surpreendentes, envolvendo o negacionismo, as redes sociais e formações imaginárias, fantasmagóricas, refratárias às perspectivas de análise que aplicávamos a objetos como ideologia, cultura etc. Como compreender o fortalecimento desse neofascismo, lidando com instrumentos de análise que nós herdamos do passado recente? Como enfrentar os dilemas práticos que são tão monstruosos que muitas vezes nos colocam na defensiva? E, acuados, nós também acabamos sendo cúmplices de processos defensivos de regressão, no sentido de nos agarrarmos ao que nos resta, o que nos torna guardiões conservadores dos últimos vestígios da institucionalidade democrática, liberal etc., que nos trouxe até aqui. No afã de manter a cabeça erguida para respirar, evitando a asfixia, nos tornamos defensores dessa ordem estabelecida, mas abalada e subvertida por toda sorte de perversões que se manifestam no genocídio em Gaza, por um lado, na brutalidade do Estado por meio da polícia, por outro, e enfim nas limitações ao Estado Democrático de Direito, que se mostra cada vez mais ilusório e falseador, a serviço da burguesia financeira.

Como enfrentar esses dilemas com os quais nos deparamos hoje, municiados com o que aprendemos sobre sociedades do passado, que hoje estão em metamorfose veloz? Diante dessas contradições, se nos situamos no entrecruzamento desses fatores e dessas tendências, e nos recusamos a desistir, para seguir adiante numa construção coletiva, política e eticamente orientada à transformação da sociedade rumo a alguns princípios que continuam sendo os nossos, temos de encontrar novos modos de conferir inteligibilidade a essas contradições e de elaborar na linguagem esses traumas e obstáculos, e descobrir também outras formas de nos comunicarmos e conectarmos uns aos outros. A literatura surge aí, mas tenho sempre muito cuidado para evitar que ela seja vista ou como mero documento a registrar uma realidade pré-constituída, que prescindiria da literatura e poderia ser retratada de modo mais direto, ou como instrumento para uma operação terceira, rumo à mudança política, ainda que todos os nossos gestos, produtos e, portanto, até a literatura, também "funcionem", "sejam instrumentais" etc. Mas, a meu juízo, atribuir à literatura apenas esses papéis seria empobrecê-la e reduzi-la.

Então, a literatura para mim é um espaço para um exercício de liberdade reflexiva que incorpore outros registros, que mobilize os regimes afetivos e os ponha em circulação e que "rasgue o nosso verbo", por assim dizer, para outras possibilidades de composição, vocabulários irredentos, ou selvagens do ponto de vista das nossas gramáticas acadêmicas. A literatura propicia, portanto, um "corpo a corpo" de um outro tipo com as problemáticas que nos angustiam, que ajuda certamente a repensá-las também no modo acadêmico, não porque haja conexões diretas e continuidades, mas porque autoriza algumas ousadias associativas que

depois podem servir a outros propósitos, segundo outras linguagens e outros vocabulários, e adotando-se outra lógica – como que uma certa interpenetração de temas, de repertórios, de angulações, de perspectivas. Isso tem sido para mim animador, como se, diante de embaraços reflexivos que eu não pudesse resolver com o instrumental das Ciências Sociais, mas me recusando à paralisia, à inércia, ao imobilismo, à rendição e ao silêncio, eu buscasse outras maneiras de elaboração.

Cada um desses romances que você mencionou lida com esses temas. *Enquanto anoitece* traz uma perspectiva mais tradicional e de recuperação histórica, das trajetórias de personagens do campo para a cidade no Brasil dos anos 1950 até o Rio de Janeiro contemporâneo. É uma composição que corresponde a uma certa visada da história brasileira por meio das trajetórias de vida de alguns personagens. *2066*, com o Rafael Coutinho, é um exercício que chamaríamos na linguagem tradicional de ficção científica, e que hoje poderíamos redescrever como literatura especulativa. *O Crânio de vidro do selvagem digital* é um confronto entre personagens que se fundem e que se dissociam, vozes que se sobrepõem e que se destacam, e que colocam em cena lados diferentes dos mesmos sujeitos. Eles adotam posições diversas, mas no campo da esquerda e da tradição humanista, com ênfases, de um lado, na tradição marxista, de outro, no novo ambientalismo, navegando por matérias e questões que são atinentes a reinvenções de gêneros, de experiência da sensualidade e da sexualidade, e reexperimentações da própria corporeidade. São três registros diferentes diante dos dilemas contemporâneos, procurando conectar pontos de vista que não são apenas ideias, mas que estão postos no mundo por corpos, sensibilidades, personagens, com suas respectivas histórias e vozes próprias, e que se chocam no interior do mesmo campo, que não se entendem mas, por outro lado, se aproximam.

Isso tudo só poderia se dar em composições que não fossem de registro realista, naturalista. Eu me permito explorar outras linguagens. Mas, basicamente, Ferdinando, te diria que esses esforços literários encontram como fonte as mesmas angústias que o cientista social ou o sujeito que trabalha com filosofia política encontra. Todos esses sujeitos têm o meu nome: não são a mesma linguagem, são experimentações distintas, hesitantes, vacilantes, claudicantes, plenas de contradições, mas são exercícios de imaginação para evitar o silêncio, resistir ao "canto de sereia" talvez mais sedutor hoje, que seria aquele que nos conduz à paralisia, à renúncia a crer, a apostar, à rendição, à desistência. Quando a bobina não gira num certo plano, busco investir as energias criativas em outros e eventualmente redescubro a energia para investi-la em outra área. Isso, portanto, não supõe uma continuidade entre esses distintos planos e dimensões, mas são formas de enfrentar, de elaborar, de reconhecer dilemas aos quais você fez referência, que são os nossos.

Ferdinando Ramos: Perfeitamente, professor. Toda a sua reflexão está muito associada ao campo da sociabilidade violenta e consegue articular toda essa produção teórica e artística da sua trajetória. A segunda questão está relacionada justamente ao papel dos personagens. Em *Enquanto anoitece*, você constrói um campo narrativo que espelha o desenvolvimento de sociabilidades violentas no Brasil, do campo à cidade, incluindo aí a trajetória do personagem Raimundo, que vai do Nordeste ao Sudeste. Em que momento o recurso à escrita ficcional se tornou parte do seu percurso criativo? E no caso específico dessa obra, como essas escolhas narrativas, por exemplo, ligadas aos personagens, à ambientação, às diferentes temporalidades, podem nos ajudar a compreender as várias faces da violência no Brasil?

Luiz Eduardo Soares: Devemos sempre colocar entre aspas o verbo "compreender", porque ele precisa ser redefinido em cada contexto, ou correríamos o risco para o qual chamava atenção na primeira resposta, de supor uma continuidade entre literatura, ciências sociais, memória etc. Há, sim, modulações e conexões por e em rupturas, assimetrias, heterogeneidades e diferenças, porque essas linguagens e registros têm peculiaridades. Se nós não tivermos essa cautela, tenderemos a pensar a literatura como um mero documento e como instrumento no sentido de um reducionismo sociológico ao qual não me filio e que considero muito empobrecedor. Não estou dizendo que você sugira isso, estou aproveitando a oportunidade da sua pergunta, que é tão sensível e importante, para esclarecer esse ponto. São justamente compreensões diversas e a tradução de uma na outra vai exigir um trabalho conceitual e hermenêutico adicional. Tudo isso lidando com a constelação de discursos que se interpenetram, intercomunicam, que se replicam, que dialogam entre si em línguas e registros distintos, de tal modo que a polifonia jamais se reduz àquilo que Paul de Man chamava "simetrias substitutivas", que era a maneira pela qual ele criticava a ideologia em voga nos Estados Unidos, sobretudo dos anos 1970, chamada "dialogista", inspirada numa leitura esvaziadora do Bakhtin, analista de Dostoievsky. Paul de Man dizia que, no fundo, aquilo que se estava tratando como diálogo, dialogia e polifonia era um engodo, porque eram sempre as mesmas vozes, com dicções um pouco distintas. A diferença não era incorporada efetivamente. O grande desafio para a polifonia, para a pluralidade, é a incorporação da diferença, não como variação, mas como instauração de campos dotados de naturezas próprias, que podem se comunicar e se comunicam, mas de modos equivocados, problemáticos, e é aí que está a força dessas linguagens postas em interação[8].

8 Ver: Entrevista com Luiz Eduardo Soares. Iluminuras, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p.315-345, jan./jul. 2015. Luiz Eduardo Soares critica o recurso às "simetrias substitutivas", isto é, procedimentos narrativos que diluem a alteridade ao fazer o outro funcionar como mera variação do mesmo, produzindo uma falsa dialogia. Nesses casos, a narrativa encena diferenças apenas aparentes, convertendo o encontro em coreografia previsível, sem risco nem opacidade. A etnografia

Mas retomando o ponto. Você falou sobre sociabilidades violentas, do campo e da cidade, dos personagens populares, de Raimundo, protagonista de *Enquanto Anoitece*. Meu primeiro trabalho de fôlego foi a respeito de uma comunidade camponesa que resistia ao processo de expropriação nos anos 1970, na Amazônia Legal, mais especificamente no Maranhão[9]. Hoje nós chamaríamos aquela comunidade de um quilombo. Ela não se autodenominava assim, e esse não era um vocabulário disponível para a comunidade acadêmica em que eu me formava, no Museu Nacional da UFRJ, em Antropologia Social. Meu orientador foi o Otávio Velho, e tínhamos uma formação antropológica que dialogava com o marxismo. Na época nós não tínhamos doutorado, e o mestrado era um equivalente ao doutorado: de cinco anos, trabalho de pesquisa original, com dois anos de pesquisa, as teses eram longas... A minha dissertação, ou tese, foi publicada pela Zahar. Eu até registro um documento que talvez seja o mais precioso da minha biografia, que é uma carta dirigida a mim pelo professor Florestan Fernandes a respeito desse livro, com palavras muito generosas, afirmando que ele utilizava esse livro, *Campesinato: Ideologia e Política*, publicado em 1981. Esse talvez tenha sido o meu prêmio maior, troféu biográfico que guardo até hoje.

Esse grupo de camponeses, com cerca de cinco mil pessoas, era absolutamente excepcional porque o processo de expropriação estava em curso com a violência que lhe é própria e que nós conhecemos. Quando falarmos de violência nos anos 1970, dois eram os objetos principais. Um é a violência do regime ditatorial, com a tortura e o assassinato como políticas de Estado. Eu participava da resistência clandestina e era membro do PCB. O outro era a violência no campo, os messianismos, as formas de resistência e a brutalidade da expansão do capital com as modalidades conhecidas (a violência urbana ocupava uma posição, na hierarquia de prioridades, inferior naquele momento). O Brasil passava por essa "cambalhota" histórica extraordinária devido a sua dimensão demográfica, socioeconômica e histórica. O país era 25% ou 30% urbano no início dos anos 1950 e se tornou, em meados dos anos 1970, exatamente o contrário disso: 70% urbano, com uma população gigantesca. A maior parte desse trânsito se deu sob ditadura, sem o "colchão protetor" do *Welfare State*, sem canais de expressão e instrumentos de organização, com os trabalhadores não sendo atraídos pelos polos da modernização urbana, mas expulsos do campo pela brutalidade, pelo aprofundamento e intensificação das contradições.

rigorosa, ao contrário, deve recusar esse artifício, preservando a radicalidade da alteridade e reconhecendo que o diálogo verdadeiro não é garantido, mas sempre contingente, tenso e aberto, um evento que só existe quando o outro não é previamente assimilado.

9 Dissertação de mestrado, defendida em 1978 e publicada como livro em 1981, aborda a resistência de comunidades camponesas no Maranhão durante a década de 1970. Ver: SOARES, L. E. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

A superexploração do trabalho no campo gerava condições insuportáveis, e nós tivemos essa ejeção rumo aos polos de atração urbana, e os trabalhadores lançados nas selvas das cidades. Por isso sempre digo, quem olhar um pouquinho para a história do Brasil e compreender o que significou essa "cambalhota" histórica, vai concluir que, na verdade, somos muito pouco violentos. A despeito dos números que nos destacam nessa competição mórbida transnacional, de homicídios etc., a rigor, poder-se-ia esperar muito mais, em se observando a brutalidade espantosa do que foi a migração rural-urbana no Brasil.

Identifico, então, no mundo rural um personagem que acaba trabalhando como capanga na polícia privada dos coronéis e dos latifundiários por circunstâncias que escapam ao seu controle. Para não morrer, ele acaba incorporado a esse grupo de defesa armada do senhor de engenho e, no momento da guerrilha, da luta contra a ditadura, toma uma posição numa certa circunstância muito peculiar, e é torturado, tomado como militante político. Ele consegue ser liberado e não é morto, mas é expulso do trabalho da fazenda, junto de sua mãe e irmã. Seu pai já havia sido morto, e sua morte também tinha uma história significativa. Desloca-se, então, para outra área, e o que ele sabe fazer é matar, usar a violência. Ele se torna um matador de aluguel: recebe uma arma e apoio financeiro para se lançar na nova atividade, e começa a exercê-la combinando essa brutalidade instrumental com uma ética que é de sua formação.

Isso é muito interessante, porque o nosso olhar sociológico e antropológico sugere que sejamos capazes de apreender complexidades. Eu escrevi sobre a ética do crime nos anos 1980 e podia aplicar isso no romance, de certa maneira. Não é uma aplicação mecânica, mas uma espécie de repertório que me auxiliava a pensar o personagem. Figuras que conheci me inspiravam, mas sempre retrabalhadas pela mediação da literatura. É claro que sobre um homem de poucas palavras aprendemos não só com a observação empírica, mas também com Graciliano Ramos: o que significa a "vida seca", o lugar e a economia da palavra, que tinha de se estender também à economia do romance – um certo franciscanismo coloquial na própria escrita, sendo simples, econômico. Esse sujeito (Raimundo) segue sua vida até que uma experiência muito impactante o leva a promover uma inflexão na sua trajetória. Ele se casa com uma prostituta com a qual se relacionou durante alguns anos, desiste dessa vida e a coloca para trás – definitivamente, ele pensa – e vai para o Rio de Janeiro, onde se torna porteiro de um prédio. Trata-se, assim, de um homem nordestino já com 70 anos que vai experimentar uma vida em uma favela dominada por milicianos.

Ele tem um filho, seu grande orgulho, e, quando fica viúvo, investe todo o seu afeto nesse filho que, em função das políticas novas do primeiro governo Lula, acaba conseguindo chegar à universidade e vai estudar Medicina. Essa é a realização máxima desse personagem. No entanto, seu filho, na celebração dessa conquista

extraordinária, desaparece do morro, e Raimundo tem que consultar os amigos do filho e o poder local para tentar descobrir o paradeiro de seu filho único, seu grande orgulho e seu grande amor. Em desespero, ele resolve retomar o papel que deixara no passado: busca a arma que guardara e nunca mais usara, e volta à ativa como homem armado em busca de seu filho. Por aí seguem-se outras tantas contradições. Há também outros personagens que exploram questões atinentes à Amazônia, à floresta e a esse Brasil turbulento, contraditório. São muitos os cruzamentos, embora seja um romance curto. Isso foi o *Enquanto Anoitece*.

A questão da violência está presente e é constitutiva da nossa história. Nós somos o país da violência em certo sentido, embora eu tenha dito que poderíamos ser ainda muito mais violentos, pelos traumas pelos quais passamos enquanto sociedade, sobretudo, é claro, a classe trabalhadora, na sua diversidade interna. Somos constituídos pela violência: a violência colonial, o genocídio das sociedades originárias, a escravidão multissecular, as formas de exploração que perduraram e se aprofundam, embora metamorfoseadas no capitalismo emergente. A nossa é uma modernização conservadora, o nosso é o capitalismo autoritário, como dizia Otávio Velho na sua obra clássica[10]. Em nosso caso, portanto, traços atávicos permaneceram, a despeito de mudanças rápidas, intensas e significativas, que marcam o país junto a permanências surpreendentes, como o convívio entre aquilo que alguns chamavam "o atraso e o moderno"[11], "a tradição e a pós-modernidade", a manutenção das elites a despeito de rupturas importantes, "redefinições em continuidade" e "continuidade sob mudanças". Enfim, é um país que desafia a sociologia e a antropologia. Esses dilemas, de repente, se confrontam agora com aqueles que enunciei na primeira resposta, tornando tudo isso ainda muito mais desafiador.

Ferdinando Ramos: Perfeito, professor. Eu vou tomar a liberdade de usar algumas das suas expressões para a próxima questão.

Através de seus "realismos distópicos" e dos convites ao leitor para "mergulhar na ignorância", promovendo uma "dança compartilhada em torno do enigma", você recupera a "coragem de não saber". Ou seja, a própria centralidade da dúvida como motor da inquietação. Como esse movimento conduzido no âmbito literário – anteriormente no científico e hoje apropriado pelos mais diversos negacionismos – pode nos ensinar sobre os limites das atuais abordagens metodológicas nas ciências, e em especial nas Ciências Sociais?

10 VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243 p.

11 Diz respeito à antinomia ou dualidade que descreve a formação social e econômica do Brasil, frequentemente associada a Otávio Ianni. Ver IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Luiz Eduardo Soares: Muito bom, Ferdinando. Se você me pedisse para formular para mim mesmo uma pergunta, eu não encontraria nenhuma melhor, que me desafiasse mais radicalmente e que me colocasse diante dos meus próprios impasses. Vou fazer uma pequena menção retrospectiva – nós falamos da paciência do conceito, então vou falar da paciência do entrevistador com o entrevistado, neste caso –, para que haja um movimento reflexivo amparado em circunstâncias anedóticas que talvez ajudem no desdobramento dos argumentos.

Tive o privilégio e a alegria de dar aula na Unicamp durante cerca de cinco anos, no início dos anos 1980, e durante parte desse período tive a honra de ser colega do professor Roberto Cardoso de Oliveira, um dos fundadores da antropologia brasileira moderna, fundamental para o Museu Nacional, minha casa de formação, um dos patronos da disciplina, e uma pessoa muito afetuosa e generosa, um ótimo professor. Convivi com ele no departamento que, à época, chamávamos de Conjunto de Antropologia, e tive a honra dupla de compartilhar com ele duas ou três disciplinas, que lecionamos em conjunto. Eu sempre o chamava de senhor, e ele brincava comigo, pedindo o tratamento informal, mas eu tinha dificuldade de fazê-lo por conta da minha formação. Hoje vivo pelo avesso tudo isso, pedindo aos meus alunos que não me tornem ainda mais velho do que eu sou. Naquela oportunidade, nós trabalhamos com o livro do Gadamer sobre o método[12], na sua tradução inglesa, americana. Fizemos uma leitura informada pela filosofia, mas voltada para a antropologia, porque a problemática da hermenêutica estava posta no centro dos debates teóricos de então. Eu escrevi bastante a respeito da interpretação e da hermenêutica na antropologia e nas ciências sociais. No início dos anos 1980, esse debate foi muito relevante para mim, e eu mantive o que pude produzir ali como linha que não cheguei a abandonar, embora a tenha redefinido várias vezes.

Um texto escrito sob o impacto dessas discussões foi "Elogio à hesitação", publicado em um dos meus primeiros livros[13]. Meu primeiro livro foi *Campesinato: ideologia e política*[14], minha tese de mestrado sobre a luta camponesa e o marxismo e as discussões sobre o desenvolvimento no Brasil. Já o segundo e o terceiro livro foram *O rigor da indisciplina*[15] e *Os dois corpos do presidente*[16], coletâneas de ensaios. Em *O rigor da indisciplina* estava esse texto, "Elogio à hesitação", em que eu dialogava com algumas reflexões de Leszek Kołakowski, e com Theodor W.

12 GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
13 SOARES, Luiz Eduardo. "Elogio à hesitação". *O rigor da indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
14 SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zaluar, 1981. v. 1. 230p.
15 SOARES, Luiz Eduardo. *O rigor da indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
16 SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1993. v. 1. 216p.

Adorno e Max Horkheimer, que escreveram insights absolutamente extraordinários na *Dialética do Esclarecimento*[17]. Até hoje me sinto distante de considerar concluída a leitura daquele livro, que estou permanentemente relendo, pois é muito impressionante. Numa passagem, eles dizem que o nazismo não admitia a temporalidade da justiça, porque ela, que se nutre de uma tradição ocidental muito peculiar, e cujo paradigma talvez seja a hesitação de Hamlet, tem como característica fundamental a ponderação, o momento de hesitação no percurso da razão. Ou seja, não significa que a decisão final ou as referências axiológicas e normativas não sejam importantes. É claro que são. Mas o mais próprio a identificar, a singularidade da experiência jurídica, está situada nesse ponto mediador, que é anterior à decisão. Em certo sentido, é o jogo da indecidibilidade; é o habitar e o acomodar-se no impasse; é o demorar-se na aporia, imergir aí. Não para render-se ao aporético e, nesse caso, renunciar à decisão, fundindo-se simbioticamente ao informe, rendendo-se a um ceticismo inercial e à insolubilidade que conduz ao silêncio. Tampouco se trata de considerar esse ponto da ponderação, esse momento, esse espaço – para chamar aqui à nossa conversa a antropologia: esse momento liminar do ritual de passagem – instrumentalmente útil e conferir-lhe sentido; ou simplesmente de valorizar aquilo que é a dúvida cartesiana como método decisório; ou para salientar a relevância do contraditório como parte do esclarecimento do qual emergirá triunfalmente a verdade.

Esse momento da hesitação tem um valor em si mesmo, e isso corresponde a uma certa temporalidade, que é a extensão da indecidibilidade até o momento em que ela se possa converter e desabrochar numa decisão. A lembrança de Hamlet na hesitação interna é, segundo Harold Bloom, a própria invenção do indivíduo moderno[18]. Ali estamos assistindo, no teatro sombrio da interioridade do personagem e nos seus dilemas, à pluralização de si, aos embates internos, à emergência da subjetividade moderna, dessa individualidade como um espaço de contenciosos, de indecidíveis, de contradições etc. Esse mundo rico e polêmico não é o mundo da unidade, da harmonia, da simetria, mas o avesso disso tudo, o mundo tormentoso de um indivíduo, disso que nós pensamos como um indivíduo dotado dessa subjetividade caudalosa. Essa referência a Shakespeare e ao momento da emergência da subjetividade é feita *en passant*, mas é suficientemente grave para que nós a destaquemos.

O tempo da justiça envolve necessariamente esse bloqueio, esse tempo suspenso, esse congelamento do fluxo do contínuo. Horkheimer e Adorno opõem esse momento, essa valorização do liminar, do impasse e da indecidibilidade, indi-

17 ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1944].

18 BLOOM, Harold. *Hamlet: poema ilimitado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

retamente, à dúvida como método, de Descartes[19], mas diretamente, ao nazismo e à intolerância para essa temporalidade esgarçada. Porque o nazismo requer agilidade, presteza, urgência, decisão, funcionalidade, utilidade, aplicabilidade. Nós vemos que esse traço que o nazismo exacerba está presente na ordem capitalista e, portanto, é um componente dessa modernidade capitalista que vai nos conduzir depois à inteligência artificial aplicada à justiça, a partir da qual poderemos ter máquinas de decisão, que vão cumprir um papel para a redução e solução de litígios e de conflitos. Justiça não é a máquina de decisão, mas sim seu bloqueio. O momento em que a justiça faz algum sentido é aquele em que ela nem erra, nem acerta, mas é observada e tida como legitimamente dotada de condições para explorar em si mesma o oposto a isso tudo: aquilo que no dissídio e na divergência requer a ponderação. Não como elogio de moderação ou de neutralidade, mas o contrário disso. Porque é ali que se vive intensamente o confronto na sua expressão mais trágica, no sentido de indecidível.

Por aí nós poderíamos estabelecer um diálogo interessantíssimo com Gilles Deleuze e Félix Guattari, com temas que são tão caros à filosofia da diferença, ao pós-estruturalismo[20] e à dialética negativa. A hermenêutica às vezes é vista em um horizonte muito superficial, como uma espécie de banho de rosas romântico, em que a interpretação boia e joga com possibilidades, como se fosse o atletismo de faculdades e de virtudes da inteligência contemplativa, quase que narcisicamente solipsista – apropriações tolas e estupidificantes. Mas se deixarmos de lado essas bobagens e pensarmos a hermenêutica como exercício de reflexão a respeito da atribuição de sentido a eventos e objetos, há momentos em que será possível aproximá-la desse debate sobre indecidibilidade e a relevância da dúvida e da hesitação, não como momento instrumental da decisão.

Por aí posso me aproximar um pouco de outra face da sua pergunta, que é tão interessante e importante: a ciência e o negacionismo. Houve um processo de crítica ao elitismo vanguardista, autoritário e etnocêntrico que muitas vezes era endossado por cientistas e que projetava sobre a ciência uma aura de inquestionabilidade, de superioridade, a partir de uma visão tradicional, hierárquica e

19 DESCARTES, René. *Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

20 Temas relacionados à "filosofia da diferença", "pós-estruturalismo", "crítica da dialética negativa" e a perspectiva da hermenêutica/atribuição de sentido, podem ser encontrados em: DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O que é a Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2000, 3ª ed. Ver ainda: DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018. Em especial, sobre as reflexões de Luiz Eduardo Soares, ver: SOARES, Luiz, Eduardo. *Legalidade Libertária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. Neste livro encontram-se tensões entre estrutura e fluxo, micropolítica, e a produção de sentido (hermenêutica) no contexto da segurança pública e da democracia. Em SOARES, Luiz, Eduardo *O Brasil e seu Duplo*. São Paulo: Todavia, 2019, ele articula a teoria crítica (dialética negativa) com a micropolítica (Deleuze e Guattari) para analisar a violência e a subjetividade no Brasil.

imperial de cultura, que a restringia àquilo que se definisse na academia como dotado de valor. Todo o esforço da antropologia de valorizar a cultura em um sentido mais amplo, a contribuição das classes trabalhadoras, dos grupos subalternos, dos povos que resistiam à colonização, dos povos originários e seus mundos e ontologias riquíssimos: tudo isso acabou gerando um certo espírito do tempo que não foi cúmplice e muito menos gerador do negacionismo ou combustível para o neofascismo, mas que facilitou a emergência de uma atmosfera, venenosa, ácida, corrosiva, que, mal utilizada, serviu à promoção dos discursos neofascistas e dos negacionismos.

Porque uma coisa é você abrir a possibilidade de que uma pluralidade epistemológica floresça e seja respeitada. Outra é você inverter o processo que tradicionalmente negava a cultura popular e passar a projetar esse ímpeto excludente sobre a ciência. Houve uma manipulação perversa do ambiente relativista, que é problemático, evidentemente. O relativismo não pode ser a última palavra que provém do movimento de crítica ao elitismo, ao etnocentrismo. Mas, em muitos casos, acabou sendo porque era um ponto de parada conveniente para que o esforço crítico, teórico e epistemológico que provinha dos anos 1970 e 1980 se encontrasse com o neoliberalismo, que se fortalecia na Inglaterra e nos Estados Unidos, reentronizando e radicalizando aspectos do velho liberalismo. Foi um encontro infeliz, mas muito conveniente para os que faziam carreira em universidades americanas e outras, para os quais era bastante interessante apresentar-se como ultracríticos, sofisticados, refinados, eruditos, e ao mesmo tempo confortáveis com essa ordem que emergia, dilapidando direitos sociais, o *welfare*, e fazendo florescer a luta individualista de todos contra todos, quase que um neohobbesianismo na sociedade contemporânea, que é o neoliberalismo.

Há autores magníficos – liberais, conservadores, mas admiráveis –, que li com imenso prazer, como Isaiah Berlin[21]. Em suas reflexões, com as quais não estou de acordo, mas cujo valor tenho de admitir, encontramos uma revalorização das tradições liberais de uma maneira contundente. Vamos também encontrá-la em Karl Popper[22], seu contemporâneo e interlocutor, e no Brasil em José Guilherme Merquior[23], que não só foi crítico literário, mas pensador, e escreveu o discurso de posse de Fernando Collor de Mello. Ele foi às fontes liberais, se identificou radicalmente com os fundamentos do liberalismo, e desembarcou com malas e bagagens no neoliberalismo, que revalorizava, por sua vez, Friedrich Hayek e companhia, os quais demonstravam que, a rigor, a conexão entre o liberalismo e

21 BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: UNB, 1981.

22 POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos* (vols. 1 e 2). Coimbra: Edições 70, 2013.

23 MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. Faz o mapeamento da trajetória do liberalismo durante três séculos, analisando vertentes e significados, partindo do pressuposto fundamental de que o Liberalismo dificilmente pode ser definido uma vez que reflete a diversidade da história moderna.

a democracia, na social-democracia, havia sido um momento equívoco, um flerte por circunstâncias e conveniências táticas, em função do fortalecimento da União Soviética, do final da Segunda Guerra etc. A social-democracia era um compromisso. Mas aquilo que o liberalismo verdadeiramente promete, sustenta e defende, se levado às últimas consequências, é a supressão de direitos e a devolução dos seres humanos ao estado de natureza hobbesiano, com o fortalecimento do Estado em benefício dos negócios e da ultraexploração capitalista. A obra do Robert Nozick entroniza essa visão e a expressa de uma maneira nítida[24].

O liberalismo radicalmente reapropriado conduz ao neoliberalismo, que é seu fundamento levado à prática sem os pruridos que a tática exigia no momento em que a União Soviética permanecia forte e oferecia uma oposição e um risco para o sistema capitalista. Nesse momento de refortalecimento do liberalismo, sob a forma neoliberal, com todas as suas implicações extremadas na área social, houve nas humanidades e na produção estética uma sinergia com linhas reflexivas relativistas que não necessariamente eram cúmplices desses valores e muito menos de suas consequências histórico-sociais, mas que fertilizavam e eram fertilizadas pela revalorização dos paradigmas ultraliberais. Essa conjugação foi muito bem explorada e dirigida com muita inteligência pelos que criaram primeiro o *Tea Party* e depois a *Alt-right* e a ultradireita republicana nos Estados Unidos.

Assim, o negacionismo como parte das estratégias do neofascismo é produto pensado e forjado pela inteligência política que soube compreender aquela aproximação entre a atmosfera relativista, que era o espírito inteligente da época, e os fundamentos do liberalismo tais como transpostos e praticados na experiência neoliberal. Que transição foi essa, operada com inteligência política? Isso está bem documentado em livros muito bem feitos por jornalistas dos Estados Unidos e outros investigadores. Alguns bilionários americanos compreenderam que, no cenário dos anos 1970, a contracultura, o pacifismo, as novas formas de desenvolvimento da sensibilidade etc. pareciam apontar rumo a um socialismo, que poderia adquirir formas diversas, mas que certamente se contrapunha ao capitalismo e à sua direção renovada e fortalecida às vésperas da emergência de Margaret Thatcher, Ronald Reagan e do projeto neoliberal. Eles compreenderam que era necessário tomar conta das universidades e formar as novas gerações de intelectuais. Entenderam a importância do pensamento articulado e da luta por hegemonia no campo moral, estético, reflexivo, filosófico, atuando, inclusive, junto a cientistas etc. Essa luta era muito importante porque o conhecimento ia se tornar crescentemente relevante.

Então, eles investiram somas extraordinárias na criação de *think tanks* e na promoção de pesquisas e de grupos de pesquisa. Isso teve início no final dos anos 1970,

24 NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

se fortalece ao longo dos anos 1980 e começa a dar seus frutos. Os jovens que se destacavam eram cooptados com ofertas de fundos para pesquisa, publicação de livros, criação de revistas, que depois se tornariam digitais. Houve também a atração de intelectuais do que se chamava "Terceiro Mundo" para os Estados Unidos, e a construção de pontes com a Europa, particularmente, com a Inglaterra, França e Alemanha, e também com o Japão. Progressivamente, essas constelações foram se consolidando e tornando-se capazes de formulações sofisticadas, e se criou uma *intelligentsia* capaz de capitanear essa luta por hegemonia, que não foi entregue apenas aos proprietários dos meios de produção – para usar a terminologia tradicional. Não eram os burgueses falando por si e nomeando seus interesses. Eram seus intelectuais, mas tudo isso por meio de muitas mediações. Não se tratava de comprar e vender consciências, mas sim de fortalecer pesquisas, muitas vezes muito sérias, mas promovendo orientações que aproveitassem a ruína do socialismo, a decadência do discurso da esquerda, sua incapacidade de renovação, bem como o que havia de mais brilhante e criativo no pensamento europeu como instrumento de dissolução do que pudesse ser visto como fundamento para discursos anticapitalistas.

Nesse imbróglio, o relativismo aparecia como uma possibilidade perfeitamente defensável epistemológica, ética e politicamente, podendo se conectar e produzir sinergia com diferentes campos discursivos e adesões axiológicas, valorativas e ideológicas. Houve, portanto, a criação de centros gravitacionais que atraíam aquelas pesquisas que pudessem ser mais capazes de esterilizar a oposição e fertilizar esse amálgama constelado, plural e muito rico de ideias, produção e estéticas literárias, filosóficas e científicas na área das humanidades. Isso deve ser visto com cautela, porque dizê-lo com simplicidade e esquematicamente poderia suscitar uma exploração paranoica de teorias conspiratórias, e sepultar a riqueza intelectual numa leitura reducionista, maniqueísta e simplória. "Quem recebe dinheiro de uma fonte tal ou qual necessariamente estaria vendido, seria cooptado e o mundo se faria dessa forma": não é assim, mas há uma dimensão em que isso opera e produz resultados. É possível, ao mesmo tempo, promover causas sociais muito relevantes e facilitar a expansão de pressupostos relativistas que se casam perfeitamente com princípios neoliberais capazes de promover, em outras áreas consequências e efeitos desastrosos, como nós conhecemos. Esse universo complexo precisa ser compreendido quando, hoje, nós visamos uma releitura crítica do relativismo, não para retomar dogmatismos substancialistas e essencialistas tradicionais, mas para inventar outras possibilidades, pois estamos, de fato, participando do coração da luta política por hegemonia.

Isso não se mostra facilmente, mas combater o negacionismo como deficiência da razão é adotar um jargão que não só não vai ser eficiente, como tampouco será analiticamente acurado. O negacionismo tem outras raízes, e tem a capacidade

de construir mundos, que podem se conectar com aparelhos de comunicação que se deixam manusear, sugerindo a quem os utiliza o sentimento de pertencimento, participação, e a ilusão de protagonismo. Quando isso acontece, vemos que o pertencimento, a instrumentalização maquínica, a vivência psíquica de protagonismo e, ao mesmo tempo, a imersão em mundos construídos nessa base, não estão ligados à racionalidade ou irracionalidade. Há toda uma ecologia sociocultural que se estrutura e confere verossimilhança e plausibilidade às crenças, às convicções e à experiência sensorial persuasiva e psiquicamente motivadora dos usuários da política da ultradireita. Essa é uma área de estudos que tem de se nutrir do diálogo entre os campos *psi*, estudos de comunicação e linguagem, estética e ciências sociais.

Ferdinando Ramos: Luiz Eduardo, muito obrigado. A forma pela qual você elabora seu raciocínio tem bastante complexidade. Então, nesse caso, é o entrevistado que precisa ter paciência com o entrevistador. É sempre muito prazeroso e muito enriquecedor ouvi-lo. Retornando para as questões, nas suas análises mais recentes, em especial no artigo publicado em 2021, intitulado "Luiz E. Soares e a formação do 'Brasil miliciano'"[25], você trata da complexidade das relações de poder. Você poderia explorar como seria possível desdobrar essa reflexão para além das formas tradicionais de governança, tanto na tensão com a governança criminal, que você trabalhou no caso da Maré, como na manifestação dessa dinâmica em outras esferas sociais? Como esse modo de abordar a violência e suas implicações colocaria em xeque a associação entre o aumento do número de prisões e a redução da criminalidade?

Luiz Eduardo Soares: São muitos ângulos possíveis, Ferdinando. Eu começaria explorando um caminho. No início dos anos 1990, com o esforço de reconstrução da democracia no Brasil, logo depois da promulgação da Carta Constitucional de 1988, surgiram vários estudos sobre associativismo e sobre poder local. O tema "poder local", nesses termos, era um tema tradicional dos anos 1950, da sociologia das comunidades, que se constituía como um campo intermediário entre a antropologia e a sociologia, em particular a sociologia rural, com os estudos dos povoados e das vilas. Isso tinha relação também com os historiadores que apontavam a importância de formas de dominação como o mandonismo local e o coronelismo na República Velha. Todos esses eram temas importantes para a sociologia brasileira, desde antes dos anos 1950 e até antes. Mas com o declínio e o fim da ditadura, e com o florescimento muito vivo da atividade política local, que se expressava no associativismo – a criação de associações em todas as áreas,

25 Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/luiz-e-soares-e-a-formacao-do-brasilmiliciano/ (último acesso em 28/07/2026).

como associações de moradores e profissionais –, surgiram, em meio a essa chama acesa e vibrante dessa democracia emergente, novos estudos. Eles voltaram reinventados, com novos vocabulários e repertórios conceituais, e com pesquisadores que vinham de formações diversas, muitas vezes fora do Brasil, por exemplo, na antropologia e na sociologia urbanas.

Esses estudos rapidamente mostravam como a nossa visão mais jornalística, pautada pelo dia a dia da política, das campanhas eleitorais, dos discursos mais generalistas, era equivocada, insuficiente, e muitas vezes preconceituosa. É o caso dos debates sobre populismo no Brasil, sobre o que era orgânico ou não, sobre lideranças carismáticas e autoritárias, clientelismos, fisiologismos. Falava-se muito de "política de clientela", de atendimento a demandas específicas locais, por exemplo, por meio da "política da bica d'água"[26]. Os estudos sobre o novo associativismo desmistificavam tudo isso, mostrando que os mediadores que faziam a ligação entre uma comunidade e um candidato político – aqueles que reivindicavam a bica d'água – cumpriam um papel muito importante para o dia a dia dessas populações – a bica d'água era importante e não por acaso objeto de demanda –, e ajudavam a organização das comunidades enquanto núcleos de demanda e, portanto, de ação política. Isso não significava necessariamente negação da sua autonomia, e portanto era possível ter ali um ensaio geral para uma democratização da sociedade brasileira em novos termos, para além das tradições do clientelismo e do populismo, tal como visto, sobretudo, na sociologia paulista.

A esse respeito, havia uma competição entre, de um lado, a visão de Francisco Weffort e da sociologia paulista crítica ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[27], e, de outro, aqueles que atuavam sob uma influência dos próprios populismos, seja o "getulismo democrático" dos anos 1950, seja depois o "janguismo", ou o "brizolismo" mais adiante. Havia modelos distintos que se desqualificavam mutuamente: uns chamavam de populista o que outros consideravam democrático, uns

26 A política da bica d'água seria uma forma de gestão política focada em benefícios diretos e paliativos (e.g., água potável e melhorias pontuais em praças) para angariar apoio popular, o que se dava em detrimento da realização de obras e políticas estruturais de longo prazo. Ver: TRINDADE, Adriana de Albuquerque. "O Estilo Político da Bica D'água: O Chaguismo na Guanabara 1969-1974". *Texto Cpdoc*, n° 37, 2000. Embora o termo seja muito ligado ao "chaguismo" (Chagas Freitas) no final dos anos 1960/70, pesquisadores apontam essa estratégia de troca de votos por melhorias básicas (como bicas de água em favelas) como característica anterior. Ver: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

27 Ver Weffort em "Estado e massas no Brasil". O autor propõe uma crítica "interna" à hegemonia nacionalista da época, divergindo frontalmente do ISEB. Enquanto este último reduzia o populismo a uma fase transitória ou pré-ideológica do desenvolvimento nacional, Weffort o interpreta como um fenômeno estrutural de formação do Estado brasileiro. Para o autor, o populismo não era uma "imaturidade", mas um comportamento político real que permitia compreender a dinâmica entre o Estado e as massas como base para o enfrentamento das forças conservadoras emergentes após o golpe de 1964. In: WEFFORT, Francisco. (1966), "Estado e massas no Brasil". *Revista Civilização Brasileira*, 1, 7: 137-158.

chamavam de não orgânicos e autoritários o que outros chamavam de lideranças legítimas e populares. Nós conhecemos esses debates, que não são só intelectuais, mas também políticos. No início dos anos 1990, estudos em detalhe, com farta documentação empírica, mostravam que havia muita simplificação, generalização, homogeneização e preconceito. Esses poderes locais e atores que se destacavam, lideravam e faziam uma mediação cumpriam um papel relevante. Essa dinâmica, embora simples e com riscos de eternizar a dependência e gerar apenas clientela, talvez pudesse ser vista como um ensaio geral para um salto de qualidade e uma participação das populações nunca antes vista na história do Brasil.

Isso era objeto da ciência política e da sociologia urbana aplicadas, mas o desenvolvimento de muitos desses casos não foi muito promissor. Isso porque os laços entre lideranças emergentes, partidos que se reconfiguraram e atendimentos de demanda não apenas reproduziram relações de dominação e de clientela, mas, de modo ainda pior, também foram sendo ocupados, preenchidos e ressignificados seja por disputas, interesses e ações de grupos criminais, seja pela ação de grupos simultaneamente políticos, policiais e criminais. Quando nós observamos o que deriva desse ensaio geral democrático no Rio de Janeiro, por exemplo, tomando casos que são mais evidentes, em áreas populares, territórios vulnerabilizados, na Baixada Fluminense, na Zona Oeste, o que vamos ver? Algo realmente aterrador. Isto é, aquele que se afirma como mediador entre a política capaz de atender demandas e a comunidade demandante não é um membro da sociedade local, que realizaria esse papel e, eventualmente, até ingressaria no mundo político, se profissionalizando. Ao contrário, o que podemos observar é a ocupação desses canais por atores imersos em dinâmicas criminais de vários tipos, sendo eles policiais ou não, mas em contato com policiais. O mundo político foi colonizado por essa dinâmica, e não o contrário. Se nos afastarmos do local no sentido mais circunscrito e nos ativermos à problemática de um ponto de vista mais expandido, nós concluiremos – tendo a Baixada Fluminense como exemplo – que se tornaram praticamente indistinguíveis crime, polícia, política e economia local. Esse universo clientelístico se tornou despótico, com poucas brechas para incorporação de novos atores, para renovação, para participação etc. A Baixada Fluminense era vista como uma espécie de resíduo do passado que deveria ser modernizada, enquanto território e segmento social, pela força da capital fluminense e pelo avanço do capitalismo. Mas aconteceu exatamente o contrário. Foi a Baixada que colonizou a cidade do Rio de Janeiro, exportando seus métodos e generalizando suas práticas.

Para dar concretude a isso, antes do golpe de 1964 havia personagens como Tenório Cavalcante – os mais velhos se lembrarão e os mais novos talvez tenham visto no cinema –, que personificavam a lei local, se autointitulando xerifes. Eles eram uma espécie de eco tardio e um pouco urbanizado do velho coronel que, com seus capangas, representava a lei e a ordem em um certo espaço sobre o qual o Estado

não exercia o monopólio do uso da força. Esses espaços eram submetidos, então, a poderes locais, que eram simultaneamente econômicos, políticos e policiais – isto é, de uma polícia que não existia na prática. Esses capangas impunham a ordem pela força, pelo uso de armas etc., e toda uma hierarquia conferia legitimidade na prática, ou seja, por normalização em função da rotinização de práticas. Na Baixada Fluminense – terra sem lei, como se dizia – o Estado tampouco exercia o monopólio do uso legítimo da força, e a ordem era aquela imposta por quem se armava para exercê-la. Os detentores do poder econômico cuidavam de sua segurança e se impunham, em diálogo e negociação permanentes com as polícias. Assim, havia os grupos de extermínio, os esquadrões da morte e os matadores de aluguel, em geral policiais contratados por comerciantes e empresários locais e que atuavam para impedir roubos e assaltos, matando aqueles que eram acusados de perpetrar essas ilegalidades. Na medida em que esse era o quadro, vereadores e prefeitos não podiam se afirmar longe dessa dinâmica. Ao contrário, eles eram a expressão e o desdobramento natural dela, participando de maneira integral disso.

Com o golpe de 1964, a ditadura reprimiu alguns que se excediam em demonstrações de poder, mas, sobretudo, pactuou com eles e os cooptou. Então, durante a ditadura tivemos a reprodução e a preservação das estruturas de poder local que eram de natureza hierárquica e tirânica. Isso era reforçado pela própria ordem ditatorial, essencialmente tirânica: não havia eleições e tudo isso se tornava muito mais fácil. Esse pacto se estendeu, mas quando a ditadura se degradou e feneceu, não foi sucedida por um movimento de transformação e democratização. Assim como nós nunca tivemos justiça de transição, inclusive no que se refere ao campo de segurança pública e das Forças Armadas, nessas áreas geossociais, econômicas, nós sequer transição tivemos, porque nesses locais as mesmas elites continuaram ao longo do período ditatorial e permaneceram para além dele, dirigindo esses municípios e expandindo seu número por divisões territoriais, elegendo seus vereadores e formando maiorias. Quando havia algum desvio de rota, os desviantes eram ou assassinados, ou submetidos a julgamentos políticos e sofriam *impeachment*, ou ameaçados, chantageados a ceder e acabavam subordinados, ou negociavam e se integravam a essa forma de pactuação. Nesse quadro, havia polícias que atendiam aos prefeitos que, por sua vez, respondiam aos polos de poder local. A própria economia local não se descolava desse poder político, e esse amálgama deve ser entendido a partir dessas características estruturais, pois não prescindia de recursos públicos, das obras contratadas pelos governos locais, da prestação de serviços como a coleta de lixo, da compra de materiais para a área da saúde etc. Todas essas contratações estavam submetidas a negociações intensas. Por exemplo, os recursos que chegam para a saúde local: o SUS é uma conquista extraordinária, e o que estou dizendo não fere sua importância e significado históricos, mas é justamente por funcionar e haver recursos que sempre houve uma luta por sua apropriação. A saúde é uma área privilegiada para essas negociações,

uma vez que é muito difícil haver prestação de contas com transparência, dada a dificuldade de demonstrar, por exemplo, que os objetos e itens adquiridos, como gaze e equipamentos, são aqueles que de fato foram adquiridos em termos de qualidade, quantidade etc.

A fim de exemplificar, para não parecer que tudo é muito abstrato, no Hospital da Posse, que é o mais importante da Baixada Fluminense, localizado em Nova Iguaçu, mas que atende toda a região, dois ou três diretores foram assassinados. Cheguei a conhecer um diretor que só entrava no hospital com segurança e colete à prova de balas. As máfias locais que se organizavam nas clínicas beneficiadas com a provisão dos recursos ameaçavam permanentemente o prefeito, o secretário de saúde, o diretor do hospital etc. Até os sepultamentos, o controle do cemitério, tudo o que de alguma maneira ofereça possibilidade de algum rendimento é objeto de disputas paralegais, ilegais, a tal ponto que essas fronteiras deixam de ser claras, funcionais e aplicáveis, pois o lícito e o ilícito se confundem permanentemente. Esse quadro nos mostra a existência de blocos de poder simultaneamente econômicos e políticos, que subsistem por conta, em última instância, da força armada que a qualquer momento pode ser mobilizada, já que os segmentos policiais são cúmplices, cooptados e parte dessas estruturas.

Retomando a questão do associativismo das organizações locais, há um caso que testemunhei: o de um jovem que emerge do associativismo local, com lastro social, inscrito organicamente na comunidade e em suas entidades, e se dispõe a apresentar-se como candidato a vereador para renovar aquele ambiente político. Imediatamente a notícia começa a correr, e, quando ele estava tomando café da manhã numa padaria, alguém senta ao seu lado, diz ter ouvido dizer que ele pretendia ser candidato, e que, talvez, tal ideia não fosse boa para ele, sua família, seu novo filho etc. Um recado breve, em uma área de muita violência e assassinatos de vereadores, candidatos, pré-candidatos, e daqueles que se supõe que talvez venham a ser líderes, ou que abram uma dissidência em relação ao poder miliciano – que cada vez mais está articulado a grupos do tráfico de drogas. Nessas condições, não há renovação a menos que ela se dê com cooptação e subordinação. Essas estruturas, portanto, não são as do crime organizado ou da corrupção, palavra que não se aplica aqui, pois dá conta só de alguns desvios locais que podem estar circunscritos a atos de algum segmento, de uma certa instituição, camada de atuação etc. Ela está muito afeta a uma linguagem moral, ao desvio de recurso público e sua apropriação privada – que é claramente um mal e produz deseconomia antissocial –, mas nós não estamos falando disso, e sim de uma estrutura política e econômica que suscita um amálgama.

Quem encarna esse compósito socioeconômico e político? O neofascista. Não é à toa que o "ovo da serpente" foi posto no Rio de Janeiro, onde também floresceu o bolsonarismo. Isso não significa dizer que em outras partes do Brasil estruturas

desse tipo não ocorram. Hoje estamos vendo com cada vez mais nitidez como o crime organizado penetra no poder público e gera constelações, relações e mecanismos de interesse, suscitando, portanto, um outro tipo de percepção pública e sociológica. Mas no caso do Rio de Janeiro, isso assumiu proporções dantescas. E o que acontece no campo da academia e da pesquisa em sociologia e ciências sociais? Aqueles colegas, que eram na época meus professores e que estudavam associativismo local, deixaram de fazê-lo progressivamente, na medida em que esses espaços foram se tornando violentos, disputados ferozmente e crescentemente criminalizados.

Essas questões foram deslocadas para a mesa de exame dos especialistas em segurança pública. Houve uma retirada de cena dos cientistas políticos e dos sociólogos, porque essas deixaram de ser matéria sociológica e política, convertendo-se em "submatéria" da insegurança pública, da criminalidade. Isso é uma pena, porque o fenômeno continua sendo sociológico, político, econômico, e nós precisamos de todos esses recursos de conhecimento, conceituais e analíticos. Quando tratamos disso sob a ótica da segurança pública, em geral reduzimos um fenômeno de complexidade extraordinária a uma de suas manifestações. Esse ângulo excludente não dá conta seja da interpretação, seja da formulação de políticas públicas que possam fazer frente a essa realidade e transformá-la. Como você pode transformar essa realidade com polícia e política de segurança exclusivamente, mesmo que ela inclua dimensões preventivas? Isso é um problema sociopolítico, econômico, e está no centro do desafio político que nós enfrentamos, e que o Estado Democrático de Direito enfrenta no país. Esse não é um caso só do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, mas tomou conta da capital, do Estado, e se expande com modulações, variações e nuances para outras áreas. De toda maneira, há muito tempo segurança pública não pode ser tratada como um tema específico, dissociado desses dilemas.

Ferdinando Ramos: Está ótimo, professor. Enquanto você falava, eu lembrava desse filme, *O homem da capa preta*, do Tenório Cavalcante. Todo o seu comentário tem relação com essa questão. Na sua obra *Dentro da noite feroz*, você articula autores como Hannah Arendt, Walter Benjamin e Frantz Fanon com a experiência da violência estatal e da ascensão da extrema-direita. Isso é complementado, em certa medida, no seu trabalho em *Revoluções no campo religioso*. A partir do conjunto dessas reflexões, você apresenta a ideia de um "fascismo à brasileira". Partindo das suas matrizes teóricas interdisciplinares, desse constructo todo, você articula elementos locais (herança escravocrata, milícias, fundamentalismo religioso) com as categorias clássicas do fascismo (a construção do inimigo interno e o culto à violência). A questão tem relação com isso: quais operadores teóricos permitiriam evitar o anacronismo e a possível diluição conceitual ao associar o fascismo a fenômenos históricos e contextos distintos dos europeus das primeiras décadas do século XX?

Luiz Eduardo Soares: Duas considerações preliminares. Em primeiro lugar, a problemática conceitual não constitui a minha preocupação central. Eu estaria perfeitamente disposto a aplicar outra categoria que merecesse adesão consensual majoritária dos meus pares. Por que ajuda falar em fascismo? Isso está dito explicitamente no livro que você citou. Eu opto por arriscar o anacronismo a despeito de diferenças óbvias. Colegas que criticam essa utilização lembram que o fascismo não era neoliberal na época, nem havia esse termo nesse sentido. Era corporativista, enfatizava o papel do Estado, se definia até como nacional-socialista, não por acaso, etc. Isso constituiria, portanto, um defeito conceitual, uma inaplicabilidade, um anacronismo, uma intempestividade, que extrairiam qualquer legitimidade teórica. Entendo que são considerações aplicáveis, mas recordo também que Hayek chegou a elogiar o nazifascismo[28], e von Mises flertava com essa visão porque considerava que isso poderia sepultar o comunismo, o marxismo, que eram seus arqui-inimigos, e abrir espaço para o florescimento de uma sociedade do mercado livre, na concepção desses formuladores do que viria a ser o neoliberalismo[29].

Lembremos também que Pinochet foi apoiado pelos Estados Unidos e ofereceu um campo de experimentação para aplicação dos preceitos neoliberais por meio dos economistas acadêmicos de Chicago, que encontraram um laboratório para seus experimentos, já que ali havia o controle tirânico da ditadura de Pinochet. Mesmo que a política econômica naquele momento dos anos 1930 fosse outra, poderíamos ter outros arranjos, com a manutenção de alguns aspectos que perdurariam no que nós hoje encontramos na ultradireita. Você mencionou alguns. Então, essa questão conceitual é polêmica e controversa, mas eu não perderia minhas energias defendendo a legitimidade da aplicação da categoria "fascismo", "neofascismo" desde que se apresentasse uma categoria melhor, menos problemática e que não se reduzisse a termos do tipo "direita" e "extrema-direita". Porque isso tem sido manipulado no debate político de uma maneira perversa. Já há subdivisões da direita, da ultradireita, da extrema-direita, da direita radical etc., conduzindo a uma diluição político-ideológica com efeitos deletérios.

Fundamentalmente, trata-se do seguinte (e não só eu tenho repetido isso, pois me parece uma trivialidade): quando se diz que há uma polarização, se supõe que haja uma continuidade sobre um mesmo plano, marcada por gradientes, por afastamentos sucessivos e progressivos, até pontos extremos dessa linha contínua. Então nós teríamos um polo A e um polo B como sendo variações de um contínuo. Estaríamos no mesmo plano, o que nos permitiria dizer: "chega, parem de brigar,

28 Hayek, Friedrich. O Caminho da Servidão. São Paulo: LVM, 2010.

29 Luiz Eduardo Soares faz a crítica à genealogia do pensamento neoliberal e sua disposição histórica em sacrificar liberdades democráticas em prol da liberdade econômica. Recupera o histórico de pensadores da Escola Austríaca, como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, para evidenciar que a adesão do neoliberalismo a regimes autoritários não é um fenômeno inédito.

parem com essa polarização". Isso opera uma negação da disparidade incomensurável e recalca uma assimetria que é absolutamente irredutível entre, de um lado, o genocídio, a crueldade, a tortura, a indignidade, o aviltamento, a barbárie, o negacionismo obscurantista, a destruição da natureza, a exploração extrema do trabalho, o endosso ao patriarcalismo tirânico, a sustentação do racismo em suas manifestações mais vis, e, de outro lado, uma posição democrática, civilizada, que erra em alguns aspectos e está correta em outros, da qual se pode discordar em alguns momentos. Quem faz diferentes propostas, ou esposa uma determinada política econômica em oposição a outra, ou considera que certas coisas produzem resultados distintos se situa numa órbita que não está sujeita a qualquer aproximação com quem sustenta o genocídio em Gaza, o racismo, o patriarcalismo, a exploração. São mundos absolutamente incomparáveis. Eles não estão situados no mesmo plano como extensões variáveis ou como afastamentos progressivos e, portanto, não há pontos de contato, nem possibilidade de negociação e pactuação. Eu posso negociar uma trégua com quem quer destruir a mim, meu povo, a natureza, um armistício quando não há como lutar, e que oferece condições melhores para a sobrevida. Mas isso não significa uma pactuação, porque não há possibilidade de encontrar um terreno comum de humanidade.

Quem elogia o coronel Ustra se situa fora de qualquer possibilidade de classificação política civilizada no campo democrático. Isso não é um polo contra o qual se situa outro, porque não há linhas de continuidade nem plano comum. Homenageá-lo no *impeachment* de uma presidenta, não para defendê-lo de acusações que seriam impróprias, mas, pelo contrário, para reiterar o seu papel de torturador publicamente, definindo-o como "o pavor de Dilma Rousseff", uma mulher submetida, não ao poder patriarcal abstrato, com as sutilezas de subjetividade, mas a alguém armado, que é um criminoso capaz de produzir com prazer sofrimento no outro e que utiliza o sadismo como forma de produção de informação, é algo da ordem do indizível. A meu juízo, é completamente inaceitável do ponto de vista intelectual, ético e político, situar numa mesma linha de continuidade a posição política que se define a partir da exaltação da tortura, do genocídio, do racismo, e qualquer outra posição que reconheça direitos e que divirja no campo das políticas públicas, das instituições etc. Pluralismo político se dá em um plano, e a exaltação da carnificina se dá em outro.

O problema está na utilização de termos domesticados, normalizados e naturalizados para definir o inaceitável. Não é uma questão de purismo conceitual, não é porque o fascismo se aplique perfeitamente. Há atropelos, impropriedades e inadequações, mas o fascismo passou a ser o nome da exorbitância, de tiranias que se nutrem do ódio letal, que constroem sua autoridade pela definição de inimizades agonísticas, cujo destino teria de ser a destruição. Se houver outra categoria capaz de contemplar essa exorbitância, eu imediatamente me renderia

e passaria a utilizar a nova categoria. Mas enquanto não houver, o fascismo, com todas as suas imperfeições conceituais, alude a um fenômeno conhecido, que está posto na memória coletiva histórica como ultraje, aniquilação, genocídio etc. Então, é em nome de uma adjetivação ético-política que eu adoto essa categoria, consciente das suas limitações.

A outra parte da sua questão alude às condições de possibilidade do sucesso entre nós desse tipo de ideologia. Então, em *O Brasil e seu duplo*, em *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*, e no livro mais recente, *Escolha sua distopia: (ou pense pelo avesso)*, elenco uma série de fatores que provavelmente são relevantes para que nós compreendamos o sucesso desse tipo de discurso, reconhecendo, entretanto, que há tipos distintos de adesão a esse universo de valores e práticas. Eu trabalho uma história recente, política, com o papel da Operação "Lava Jato"[30], a criação das expectativas depois frustradas pelos governos do PT, o que significou a meritocracia, a passagem nos regimes afetivos no Brasil, de valores regentes como a compaixão para a indiferença e, daí, para o ódio, as transformações no campo religioso, as circunstâncias muito específicas que ocorrem pós-2013, o papel das Forças Armadas nesse processo[31], e as contingências todas que acabam tornando possível esse casamento entre a alta burguesia financeira da Faria Lima e o fascismo rastaquera do Brasil[32].

Ferdinando Ramos: A concepção de que ainda seríamos atravessados por elementos autoritários típicos da escravidão e dos períodos ditatoriais é explicitada empiricamente de diversas maneiras, seja na ideia de que o modelo policial brasileiro seria na "contrafação do tempo", seja nas implicações da sua obra *Elite da tropa*[33]. Você poderia explorar quais são os referenciais teórico-metodológicos que

30 Iniciada em março de 2014 perante a Justiça Federal de Curitiba para investigar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, a Operação Lava Jato expandiu-se nacionalmente sob o modelo de forças-tarefa. Em 2021, buscando institucionalizar e conferir perenidade aos trabalhos, essa estrutura foi absorvida pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

31 As "Jornadas de Junho" de 2013 funcionaram como o catalisador social que rompeu a estabilidade política brasileira, manifestando uma crise de representatividade que legitimou a Operação Lava Jato (2014). Ao canalizar a indignação das ruas para o sistema judiciário, essa dinâmica desestabilizou as coalizões partidárias e enfraqueceu o governo, pavimentando o caminho para o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e para a profunda polarização ideológica que reconfigurou o cenário eleitoral do país.

32 As reflexões sobre a aliança entre a elite financeira e o reacionarismo encontram seu fundamento teórico na trilogia de Luiz Eduardo Soares, *Brasil e Seu Duplo*, *Dentro da Noite Feroz* e *Escolha Sua Distopia*. Nessas obras, o autor diagnostica a passagem da "compaixão para a indiferença" como o motor subjetivo que permitiu à "Faria Lima" chancelar o "fascismo rastaquera" brasileiro. Conclui-se que a crise de representatividade de 2013 e a instrumentalização jurídica da Operação "Lava Jato" foram os vetores que transformaram a frustração social em um projeto de poder excludente, validado pelo capital financeiro sob a égide de uma meritocracia que ignora a violência estrutural.

33 SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

você mobilizou e que nos permitiriam fazer uma associação entre esses elementos empíricos e o diagnóstico acerca da persistência de uma "cultura antidemocrática" nas nossas instituições?

Luiz Eduardo Soares: Eu acho que uma maneira mais rica e interessante de compreender a história brasileira é na linha sugerida por Otávio Velho, meu orientador do mestrado e amigo de tantos anos. Ele mostra como o jurídico-político interveio no processo de colonização, suscitando uma dinâmica muito peculiar, que ele nomeia "imobilização da força de trabalho". A força de trabalho imobilizada podia ser explorada pelo senhor da terra. O ponto decisivo é a imposição de fronteiras não naturais, mas jurídico-políticas, com as terras sendo apropriadas e monopolizadas sob garantia do poder central (da coroa, inicialmente). Isso é viabilizado pela força, na medida em que essas fronteiras se definiam e a expansão agrícola era freada artificialmente para que a força de trabalho não pudesse explorar as terras nacionais segundo seus próprios interesses e energias, algo que caracterizaria outros processos em outras nações e sociedades. Como isso foi bloqueado no Brasil pela interferência político-jurídica armada e sustentada na força, a imobilização da força de trabalho acaba sendo a peça-chave em torno da qual e a partir da qual se estruturam a ordem política e econômica.

Essa imobilização se dá de forma extremada na escravidão, impede a reforma agrária, a democratização no campo, e faz com que o processo de colonização interna do país acabe sendo regido sempre pelo monopólio latifundiário, com a *plantation* e todas as suas implicações. A escravidão, como modalidade de exercício dessa imobilização da força de trabalho, confere ao capitalismo brasileiro e a seu modo de desenvolvimento (portanto, sua "modernização") o caráter estruturalmente autoritário, independentemente do regime político. Isso é profundamente marcante, porque não estamos falando de um "*ethos* fluido", de sensibilidades, tipos de circuitos afetivos, valores, embora tudo isso seja relevante e tenha seu papel, mas nós estamos, muito concretamente, situando no centro da ordem econômica um tipo de exploração do trabalho que não pode se dar sem a intervenção artificial da força do jurídico-político. Nada mais cínico do que pensar em termos liberais no desenvolvimento brasileiro: ele foi politicamente conduzido, e a força das armas foi o esteio a partir do qual se tornou estável esse tipo de desenvolvimento. Então, a imobilização da força do trabalho, a escravidão, a violência e a interposição brutal da força sobre o ânimo produtivo organizaram este país, e as elites sempre foram beneficiárias e tributárias desse componente-chave estruturante.

Isso, como foi estudado comparativamente por historiadores conhecidos, clássicos, acaba conduzindo a processos que são marcados pela continuidade: é a "modernização conservadora", que outros vão pensar sob outros títulos, como "revolução passiva", mas são processos de permanência na mudança, em que as rupturas não

se traduzem em composições entre as classes sociais para a superação de formas de domínio anteriores, como numa revolução. Há o afastamento de dirigentes e a recomposição entre as famílias e elites, e as descontinuidades nunca são suficientemente radicais e profundas para abrir o novo momento à participação popular, nem para sepultar politicamente a velha ordem e seus comandantes e as velhas elites. Elas se renovam, se recompõem e persistem. São mudanças pelo alto, rompimentos que não se concluem e, por isso mesmo, simbólica e politicamente, é muito importante a condenação dos golpistas hoje no Brasil[34], porque é de fato um momento de inflexão histórica, mesmo que isso seja tão limitado. Afinal, sempre houve essa negociação com a elite derrotada a serviço da manutenção dos poderes, das estruturas de dominação e da exclusão das classes subalternas de uma participação mais ampla.

Essa é a marca da nossa história, que permanece viva. Quando examinamos a violência urbana e, particularmente, a violência do Estado, sobretudo a brutalidade policial letal, encontramos ecos dessa estrutura, mas não do passado, porque esse passado permanece presente no nível estrutural. A profundidade do racismo e das desigualdades sociais e econômicas está longe de ser apenas um vestígio de um passado superado pela modernização e democratização. Nossas experiências democráticas sempre foram muito precárias, e a ousadia da Constituição de 1988 tem sido posta em xeque sucessivamente. São os pactos entre as elites que têm dado o norte, e estamos vendo que esse modelo, paradoxalmente, parece ruir por dentro, porque são as próprias elites, em certa medida, que estão percebendo que o "casamento" entre o neoliberalismo e a democracia liberal é "de fachada", precário e provisório, que esse momento já passou e é preciso instalar um modelo autoritário de novo tipo, que seja a um só tempo tecnocrático e marcado pela supressão de direitos e pela liberalização sem limites do mercado e da exploração da força de trabalho. As resistências se tornam muito difíceis, por motivos ideológicos, políticos ou práticos, na medida em que houve o fracionamento da classe operária, a partir de novos tipos de trabalho e de redefinição das identidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa pulverização gera uma pluralidade de interesses difíceis de sintetizar e expressar politicamente, e tudo isso em meio à tempestade ideológica perfeita, promovida pela convergência entre aqueles fatores que rapidamente citei na resposta anterior.

34 No final de 2025, o cenário judicial sobre a tentativa de golpe de Estado no Brasil (atos de 8 de janeiro de 2023 e a trama golpista correlata) atingiu um estágio de condenações definitivas. Segundo o STF, 179 pessoas permanecem presas, de um total de 1.399 condenados, incluindo integrantes do núcleo político e militar do governo executivo federal (que inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro e a cúpula militar de seu governo - Núcleo 1, sentenciados por crimes como abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado), os executores e incitadores do 8 de janeiro de 2023.

Ferdinando Ramos: Obrigado, professor. Eu queria trazer uma questão que se articula com a obra *Desmilitarizar*, sobre a proposta de unificação das polícias e sobre o tema de sistemas integrados que vêm sendo desenvolvidos, como proposta de Estado, das unidades da federação e da União. A proposta da unificação das polícias passa pela reflexão sobre o modelo de segurança pública e da cultura policial. Hoje, nós estaríamos vendo um reforço no modelo de fragmentação atual, em especial, no campo progressista? Esse movimento não iria na contramão da proposta de articular a segurança pública a partir de uma perspectiva intersetorial? Qual o papel dos centros de formação de especialistas e policiais no sentido de problematizar esse modelo?

Luiz Eduardo Soares: Você poderia repetir, por favor, Ferdinando, essa parte em que você disse que os que propõem reformas têm defendido mais fragmentação?

Ferdinando Ramos: Hoje, não é tão consensual pensar na unificação das polícias, por uma série de razões. Mesmo o campo progressista hoje encontra problemas, talvez por um dilema muito mais de articulação política do que propriamente de capacidade para encontrar soluções pragmáticas de Estado, na execução de políticas integradas para combater crimes. Isso passa pela questão da cultura policial e pela percepção de que a questão do trabalho policial não deveria estar restrita somente à ação operacional. Essa fragmentação atual que a gente encontra não está também no campo progressista? Caso sim, ela não vai na contramão de uma perspectiva para além das questões específicas de segurança pública?

Luiz Eduardo Soares: Sim. Em primeiro lugar, é importante um esclarecimento. Eu não defendo unificação policial. Eu ajudei na formulação da PEC 51, que é uma proposta encaminhada pelo então senador Lindbergh Farias ao Senado Federal em 2013. Essa PEC foi fruto de um trabalho extenso, para o qual contribuíram muitos estudiosos, ativistas de Direitos Humanos e líderes de associações policiais com perspectiva crítica. É uma fórmula que propõe um mínimo de mudanças, para suscitar o mínimo de resistência e torná-la mais viável, com o máximo de efeito, no sentido de que elas são consideradas efetivamente mudanças por serem capazes de promover alterações estruturais relevantes. É um equilíbrio muito difícil. Elas são ambiciosas e provocam reações, mas buscamos o mínimo indispensável. É o que foi possível naquele momento como fruto de uma experiência acumulada e um consenso possível entre os atores que se dispunham a lutar por mudança nessa área. Por que não se propunha ali unificação? A unificação que importa é a integração do ciclo do trabalho policial. Tal como se entende tradicionalmente, ele envolve etapas como vigilância, patrulhamento, repressão qualificada preventiva, investigação e perseguição criminal, no estágio que compete à instituição policial.

Nós que propusemos a PEC 51 e muitos críticos do atual modelo defendemos a integração do ciclo para que as instituições policiais possam cumprir sua integralidade, e não terceirizar para outros atores partes dele, como acontece hoje: a Polícia Militar faz o trabalho ostensivo preventivo e a Polícia Civil faz o investigativo (ou são essas as suas atribuições constitucionais, ao menos).

Unificação institucional seria um grande equívoco porque geraria mais problemas do que soluções. Nós temos polícias que são quase pequenos leviatãs (ou não tão pequenos assim). Em São Paulo, temos algo próximo de 100 mil policiais militares e 35 mil policiais civis. Isso é mais do que a metade do Exército Nacional. Se nós uníssemos o que já é gigantesco, nós criaríamos problemas ainda mais desafiadores, outras externalidades e inúmeras contradições. Pelo contrário, o mais indicado nos parece ser a criação de polícias locais, regionais, metropolitanas, municipais, e todas elas estruturadas de modo a que todas as atividades possam ser cumpridas. O Brasil tem duas polícias por Estado, 27, e Distrito Federal, então são 54, mais as duas federais, 56, fora as polícias penais. Os Estados Unidos, que evidentemente não são nenhum modelo, mas cujo funcionamento é menos desastroso e desfuncional do que o nosso, têm cerca de 21 mil polícias, entre elas polícias distritais, de província, enfim, polícias de pequenas circunscrições territoriais. Antes de Trump, no período com alguma democracia, eles estavam discutindo até a necessidade de redução, pois é um modelo excessivamente fragmentário. Nós temos só essas 56, fora as penais: um número pequeno, então não é o caso de unificação. Para a integralização de ciclo, você pode ter a partição, regionalização, municipalização, metropolização, e, eventualmente, unificação em estados muito pequenos, em que as polícias sejam um pouco numerosas. Essas podem ser decisões perfeitamente razoáveis, mas não necessariamente a integralização de ciclo se dá por unificação institucional.

Eu queria também assinalar a importância, na luta pela transformação da segurança pública, de fazer com que todas as instituições policiais cumprissem o ciclo completo das atividades, ou seja, que nós superássemos essa divisão: uma polícia faz o trabalho ostensivo preventivo, a outra o trabalho judiciário investigativo, Polícia Militar e Polícia Civil. Há a necessidade de que as instituições, como acontece fora do Brasil, de um modo geral[35], cumpram a integralidade do ciclo, façam o trabalho investigativo, assim como o trabalho ostensivo preventivo.

35 Ciclo Completo de Polícia é o modelo de organização em que uma única instituição exerce a integralidade das funções policiais (prevenção, patrulhamento, investigação e encaminhamento ao Judiciário). Diferente do Brasil, que adota um sistema bipartido e funcionalmente isolado (polícia militar e polícia civil), a maioria das democracias contemporâneas opera em ciclo completo. Países como EUA, Reino Unido, Alemanha e Japão utilizam forças unificadas. Nações como França, Espanha, Itália e Portugal, embora possuam forças duais (civis e militares/gendarmerias), conferem a ambas a capacidade plena de investigar e patrulhar em suas respectivas áreas. A ausência do ciclo completo no Brasil é apontada como uma das causas da baixa taxa de elucidação de crimes e da hipertrofia de prisões em flagrante de baixo impacto.

Essa integração é indispensável para que nós, inclusive, superemos problemas que temos enfrentado, por exemplo, esse investimento que tem se dado da segurança pública nas prisões em flagrante. Como a Polícia Militar constitucionalmente está proibida de investigar, há a concentração no flagrante, que é aquele acessível ao trabalho da Polícia Militar.

Então, os alvos prioritários das energias investidas no trabalho policial têm sido aqueles que operam o varejo do comércio ilegal das substâncias ilícitas. Nós não damos nenhuma atenção, porque não dispomos de meios de fazê-lo, aos grandes articuladores transnacionais do tráfico, por exemplo, de cocaína, que mobiliza bilhões de dólares, literalmente. Esses estão fora do horizonte de preocupação da segurança pública, embora sejam aqueles que efetivamente lucrem com os negócios. Os alvos da atenção repressiva são os pequenos operadores, os varejistas, que são presos em flagrante delito, porque a Polícia Militar não pode investigar, então prende em flagrante delito. Por isso, seu grande instrumento de operação é a fatídica, irracional e hipócrita Lei de Drogas, que criminaliza a pobreza e acaba promovendo esse encarceramento em massa que destrói famílias; destrói gerações de jovens que poderiam perfeitamente se reintegrar à sociedade; destrói, portanto, parte da nossa energia vital como sociedade, fortalecendo facções criminosas que, pelo fato de dominarem o sistema penitenciário, acabam se impondo e cooptando esses jovens varejistas, que antes não se profissionalizavam, mas que acabam sendo forçados a fazê-lo, condenados a essa profissionalização e integração às estruturas organizadas do crime.

Então, é muito importante que nós, além do ciclo completo, observemos a necessidade de desmilitarizar a Polícia Militar, para que ela inclusive possa investigar também. Uma Polícia Militar não pode se devotar à investigação porque os seus princípios de hierarquia e de organização interna colidem com as exigências do Estado Democrático de Direito no que diz respeito à perseguição criminal e à investigação em particular. A investigação exige a atuação de agentes dotados de autonomia no seu trabalho, enquanto que o rigor hierárquico disciplinar da Polícia Militar reduziria drasticamente as possibilidades de atuação adequada na investigação. Há muitas outras razões, como as de cultura corporativa, porque os militares são treinados para a guerra e para o enfrentamento letal, e não são preparados, portanto, para prestar um serviço à comunidade na garantia de direitos. A cultura militar é incompatível com o exercício de uma polícia cidadã, adstrita e respeitosa dos Direitos Humanos e dos deveres constitucionais. Então, desmilitarização, ciclo completo e carreira única constituem focos importantes de uma possível futura reforma democrática da segurança pública.

Porque carreira única? Essa, aliás, é a grande bandeira da massa policial. É muito popular essa proposta entre centenas de milhares de policiais civis e militares. A rigor, no Brasil, nós não temos apenas duas polícias estaduais, militares e civis.

Nós temos duas Polícias Militares e duas Polícias Civis: a Polícia Militar dos oficiais, e a e dos outros, dos suboficiais; na Polícia Civil, a polícia dos delegados e a dos agentes, dos não-delegados. As fronteiras são intransponíveis. Para transpô-las, seria preciso sair ou fazer concurso e tentar o ingresso na outra categoria, o que para profissionais que não têm tempo e estão dedicados ao seu trabalho é extremamente difícil e não é estimulado. Isso gera tensões internas, disfuncionalidades... enfim, nós poderíamos falar horas a respeito do que acontece em função dessa partição. Alguém que ingressa na polícia, atendendo àqueles requisitos necessários, deveria ter a chance de prosperar ilimitadamente, podendo um dia até alcançar o comando da sua instituição. Essa ascensão deveria ser baseada em concursos internos, análise dos méritos, da observação do desempenho, enfim, os critérios que as instituições criassem, mas nunca proibindo e inviabilizando a ascensão a quem se sai extremamente bem, estuda, se prepara, tem vocação ou expectativas, mas encontra esse bloqueio artificial e intransponível. Se nós solucionássemos isso, tornaríamos as polícias mais democráticas e reduziríamos as tensões internas drasticamente. Mas isso tudo deveria se subordinar inclusive à desmilitarização, para que nós dispuséssemos de polícias menores, regionais, municipais, metropolitanas, mais transparentes, sob controle externo, inclusive comunitário, e com profissionais que pudessem ser valorizados como cidadãos e trabalhadores. Essas são as observações relativas à reforma policial, que eu assim brevemente sintetizo.

Pedro Vasques: Esse debate incluiu a questão da PEC 51, sobre a reforma do sistema de segurança, certo?

Luiz Eduardo Soares: Sim, sim. É importante agregar o seguinte: essas são as propostas da PEC 51, apresentada pelo então senador Lindbergh Farias, em 2013, e eu tive o privilégio de participar da elaboração da PEC, que é fruto de um trabalho de muitos anos, coletivo, envolvendo policiais com compromisso democrático, pesquisadoras e pesquisadores, ativistas de Direitos Humanos ao longo, portanto, como eu dizia, de bastante tempo. Nós procuramos um conjunto de propostas que fossem factíveis, relativamente realistas naquele momento. Hoje, elas parecem um sonho dourado, incompatível com a correlação de forças marcada pela hegemonia reacionária, ultraconservadora, senão neofascista. Então, hoje essa PEC está completamente vetada pelos limites da correlação de forças, mas em 2013 ela era razoavelmente realista e poderia ter avançado. Talvez não tivesse sido aprovada completamente, mas poderia ser suficiente para iniciar um processo de transformação. A PEC 51 se tornou uma das bandeiras do movimento Policiais Antifascismo, que é um movimento muito pequeno e frágil, mas expressivo, e deve ser reconhecido.

Sobre a cultura policial, esse é um tema fascinante. Você conhece bem, Ferdinando, estuda muito bem isso. É um universo muito complexo, ainda pouco conhecido e desafiador, e há muitas variações no tempo e no espaço. O que eu diria como ponto de partida é que nenhum governador efetivamente comanda polícia alguma, a despeito das determinações constitucionais. É uma afirmação peremptória, mas fruto de décadas de experiência na observação, gestão pública e trabalho interno, nacional e local. Fui secretário de segurança no município, no estado e na União, e acompanho, por meio de colegas e de interlocutores, esses processos em muitas partes do país. Isso tudo é muito intuitivo, pouco acadêmico e pouco empiricamente sustentado, mas de qualquer forma acho que reuni, ao longo desse período, uma observação que, com cautela, me conduz a essa convicção – é claro, com variação entre estados e de acordo com conjunturas políticas e tempos históricos. Isso é muito grave, pois significa que as polícias, além de não estarem submetidas a controle externo, sequer têm comando.

No último livro, *Escolha sua distopia: (ou pense pelo avesso)*, em um capítulo intitulado "Polícia e democracia", eu discuto as visões funcionalistas sobre a polícia, questionando-as, bem como o verbo "controlar", como utilizado frequentemente para descrever a função policial, porque à primeira vista parece se aplicar, e efetivamente em muitas circunstâncias se aplica. Em um distúrbio de massa ou uma situação de conflito na rua, a aproximação de uma tropa e uma ação policial controla aquela crise (para o bem ou para o mal, mas meu objetivo é examinar a aplicabilidade da ideia de "controle", e nos momentos descritos isso ocorre). Mas isso não pode ser aplicado genericamente: é "controle" o que as polícias fazem nas incursões policiais em favelas no Rio de Janeiro, quando há execuções extrajudiciais? Quando, portanto, produzem aquela convulsão, tragédias em que morrem inocentes, suspeitos e policiais, e a polícia a seguir se retira, deixando o inferno instalado: o desespero das mães perdendo seus filhos, aulas que foram suspensas, serviços médicos cancelados, serviços públicos suspensos, o desespero de quem permanece na instabilidade e insegurança em relação ao dia seguinte. E no dia seguinte, as razões pelas quais a polícia atuou são retomadas, a economia ilícita é reacionada e os processos seguem seu curso. Que "controle" é esse? Prendendo em "flagrante delito", que é o que tende a ocorrer, no Brasil, se gera essa dinâmica terrível de encarceramento em massa, que alimenta as facções criminosas, tornando-as mais influentes e capilarizadas. Isso significaria "controle" em que termos? Há muitas incompreensões que dificultam o exame do que isso significa.

Para ser sintético (me perdoe então algum nível de reducionismo): o Brasil transitou da ditadura para a democracia (e nós já vimos qual a natureza típica da transição: negociação pelo alto, com aquelas características de "ruptura na continuidade" etc.), e deixamos de lado duas áreas importantes: Forças Armadas e Segurança Pública. Isso porque, durante o processo constituinte (e isso está bem

documentado, há testemunhos importantes já prestados), os militares e egressos do antigo regime, que ainda exercia influência, não tinham poder de ditar a agenda, mas ainda podiam limitá-la e restringir a pauta. Os representantes dos militares como que desenharam no solo uma reserva estratégica, informando aos circunstantes: "Brinquem de democracia dali para diante, pois nesta área não se toca", que era a das Forças Armadas e Segurança Pública. Portanto, o modelo policial e a arquitetura institucional da segurança pública são os que a ditadura nos legou, tendo a forjado em 1967 e 1968, reorganizando as polícias e suas atribuições.

Ninguém pode dizer que a ditadura inventou a violência policial e o viés racista e de território em sua ação. Isso é a marca das nossas polícias desde sempre, elas nasceram assim. Mas a ditadura modernizou e qualificou essas características, tornando as polícias mais efetivas no cumprimento dessas missões, e suas marcas negativas não foram corrigidas, mas preservadas e intensificadas. Essa arquitetura foi preservada no artigo 144 da Constituição[36], que define uma União absenteísta na segurança pública. A União dispõe da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e de possibilidade de intervenção em casos críticos extremos, mas a segurança pública se tornou responsabilidade dos governos executivos estaduais. E os municípios, que depois se tornariam tão importantes nas políticas sociais a partir dos anos 1990 e da promulgação da Constituição, foram esquecidos e não são protagonistas em segurança pública no artigo 144. Depois houve adendos infraconstitucionais, que aos poucos foram assimilados, e os municípios começaram a desempenhar papéis, mas a Constituição de 1988 não chegou a ser alterada[37].

O desenho era esse em 1988. Os constituintes progressistas imaginaram que, apesar de haver uma polícia militar e esse tipo de divisão, o processo histórico estava aberto, a democracia avançaria, a cidadania se expandiria e a participação se intensificaria, então seria plausível esperar que houvesse ajustes e correções no caminho. Além disso, pensaram que deixariam para o país um Ministério Público fortalecido, com muitas atribuições, dentre as quais o dever constitucional do controle externo da atividade policial, funcionando como contrapeso. O que aconteceu, entretanto, desde a promulgação da Constituição de 1988 (e já tivemos décadas para observar os resultados), foi que o Ministério Público enquanto insti-

36 O Artigo 144 da Constituição Federal do Brasil trata da Segurança Pública, estabelecendo-a como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, com o objetivo de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e o patrimônio, sendo exercida por diversos órgãos como Polícia Federal, Polícias Civis, Militares, Bombeiros e Guardas Municipais, sob a coordenação da União, Estados e Municípios, como elo do sistema de defesa social.

37 O Art. 144 da CF/88 define a segurança pública como dever estatal, atribuindo aos municípios, via § 8º, a faculdade de criar Guardas Municipais. Embora o texto constitucional mencione estritamente a proteção de "bens, serviços e instalações", a jurisprudência consolidada pelo STF e a Lei nº 13.022/2014 inseriram as guardas no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O papel municipal evoluiu de uma vigilância patrimonial para uma atuação ativa na preservação da ordem pública, integrando o município como ator essencial no policiamento preventivo e comunitário.

tuição, apesar de esforços admiráveis de tantos de seus membros, não cumpriu seu papel constitucional. No Rio de Janeiro (e isso tem sido verificado em pesquisas Brasil afora), foram 22.361 mortes provocadas por ações policiais de 2003 a 2024, inclusive. Desses casos, menos de 10% foram julgados e objetos de denúncia para o Ministério Público. Não temos números exatos, e isso é parte do problema, mas a imensa maioria não dá lugar a nenhuma denúncia que abra processo, apenas os excepcionais que chegam à mídia. Caso contrário, esta carnificina não se daria nessa magnitude: me refiro ao genocídio de jovens negros pobres nos territórios vulnerabilizados, com absoluta imobilidade e indiferença do Ministério Público, que, portanto, é cúmplice da prática do que está em curso. O Poder Judiciário manteve uma postura de complacência institucional até a promulgação da ADPF 635, que depois pode vir a ser objeto da nossa conversa, se for o caso. É uma situação absolutamente excepcional e que merece uma atenção especial[38].

Isso significa que houve ausência de controle externo, e o controle interno realizado por Corregedorias está maculado pelo corporativismo. Assim, as instituições policiais têm agido com independência, o que lhes conferiu autonomia ilegal e inconstitucional. Eu as considero, portanto, enclaves institucionais, que são refratários à Constituição, aos Direitos Humanos, e à autoridade política civil republicana. Com isso, eu fecho o circuito do raciocínio, voltando ao ponto de abertura, em que eu dizia que os governadores não as comandam. Isso ficou muito claro no período de governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), quando estivemos próximos da mobilização de algumas das polícias como forças paralelas a serviço de processos golpistas. Com isso, se explicitam características que permanecem imperceptíveis para quem observa esse quadro à distância.

Por que essa autonomia se dá dessa forma? Vamos tomar o caso do Rio de Janeiro, por ser extremo e modelar nesse sentido, permitindo um exame com maior nitidez. Chamou atenção para este caso o saudoso Michel Misse e, antes, o jornalista Zuenir Ventura, num livro-reportagem chamado *Cidade Partida*[39], bem como historiadores, mas isso é pouco discutido na sociedade. Nos anos 1950, havia um general chamado Amaury Kruel, que se destacaria depois como protagonista do golpe de 1964, traindo o presidente João Goulart, de quem ele se dissera aliado previamente. Ele era considerado parte do "dispositivo militar da legalidade" (nome que os janguistas usavam para definir sua defesa na área militar) e, na oportunidade,

38 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é uma ação do controle concentrado de constitucionalidade, julgada pelo STF, que visa evitar ou reparar lesões a normas fundamentais da Constituição Federal causadas por atos do poder público. Prevista no art. 102, § 1º da Constituição e regulada pela Lei nº 9.882/1999, é um instrumento residual usado quando não cabe outra ação constitucional. A ADPF 635, ou "ADPF das Favelas", foi uma ação ajuizada pelo PSB no STF em 2019 para combater a alta letalidade policial no Rio de Janeiro. Em abril de 2025, o STF consolidou medidas estruturais, exigindo planos de redução de letalidade, câmeras em fardas e restrições a operações, visando proteger direitos fundamentais.

39 VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

comandava o II Exército (atual Comando Militar do Sudeste, sediado em São Paulo), mas aderiu aos golpistas (Castelo Branco, Mourão Filho etc.) e participou do golpe contra João Goulart em 31 de março e 1º de abril de 1964. Esse general, nos anos 1950, foi nomeado chefe da polícia do Distrito Federal[40] pelo presidente Juscelino Kubitschek (Polícia Civil, pois a Polícia Militar estava restrita a alguns batalhões, eventualmente acionados em casos de crise, de contenção de manifestações populares, basicamente uma tropa de choque, e esses batalhões não frequentavam as ruas nem faziam trabalho ostensivo, uniformizado). Amaury Kruel, diante da pressão de comerciantes que estavam sendo assaltados e do clamor da mídia da época, que denunciava a escalada da insegurança pública no Rio de Janeiro, com a sucessão de furtos e roubos, convocou uma coletiva de imprensa para anunciar a formação de um grupo de elite ao qual seria conferido o direito de matar (um passaporte para a ação de "neutralização", para usar a linguagem à qual recorreu a Assembleia Legislativa esta semana para retirar do sarcófago a hedionda premiação faroéstica, reeditando-a neste momento)[41].

Os policiais foram escolhidos pelos "serviços prestados" e pela "comprovada capacidade de bravura", que se manifestara outrora em circunstâncias obscuras. Alguns já tinham sido presos por conta do excesso de violência, por envolvimento em mortes etc. Essa equipe foi selecionada pelo general Kruel para realizar o projeto higienista de "limpar a cidade", e os comerciantes poderiam ficar tranquilos: a sociedade dormiria em paz, pois a guerra contra o crime estava declarada, e os marginais seriam eliminados. Esse grupo foi a matriz dos "Esquadrões da Morte", que fariam fama e se tornariam célebres nos anos 1960. Eles começaram atuando na capital do estado do Rio de Janeiro e logo executaram alguns suspeitos conhecidos à época como criminosos. Um dos episódios acabou levando à morte do delegado Le Cocq, e os seus companheiros, então, juraram vingança e criaram a "Scuderie Le Cocq"[42], uma espécie de associação de delegados e policiais civis, que a partir daquele momento juravam fazer justiça com as próprias mãos. À iniciativa do general Kruel e ao sucesso mórbido do primeiro "Esquadrão da Morte" autorizado se somavam outros grupos que cumpririam um destino seme-

40 Desde a República Velha e até a transferência da capital do país para Brasília em 1960, a estrutura administrativa do antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro) conferia ao Presidente da República a prerrogativa direta de indicar o Chefe de Polícia. Essa configuração institucional garantia ao Executivo Federal um controle estratégico sobre a segurança e a ordem pública no coração político do país.

41 Sobre a menção feita pelo entrevistado: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/09/26/gratificacao-faroeste-deputados-aprovam-bonus-por-neutralizacao-de-criminosos-quando-rio-tem-menor-indice-de-mortes-pela-policia-em-dez-anos.ghtml (último acesso em 28/07/2026)

42 A Scuderie Detetive Le Cocq, ou simplesmente "Scuderie Le Cocq" foi uma famosa organização paramilitar e grupo de extermínio criada por delegados e policiais civis no Rio de Janeiro em 1965, e batizada em homenagem ao detetive Milton Le Cocq. A Scuderie operou nas décadas de 1960 a 1980, com registros de milhares de mortes, sendo oficialmente extinta por ordem judicial em 2004.

lhante, e se multiplicaram essas associações. Essa "modalidade" era, na prática, uma explicitação de uma dinâmica já em curso desde sempre, pois as execuções extrajudiciais ocorriam, como as torturas, humilhações, práticas que eram ilegais à época, mas toleradas, e deixaram de sê-lo para se tornarem exaltadas e autorizadas formalmente, embora em contraste com a lei. A explicação era variável. Sempre havia uma justificativa que buscava compatibilizá-la com os parâmetros legais, que deviam ser observados, mas a ameaça à segurança e a utilização eventual de arma de defesa acabavam justificando que essa atitude seria legal. O fato é que a autorização estava dada para a guerra de todos contra todos.

Esse processo de autonomização segue um determinado padrão: quando o policial rende o suspeito, mas recebe do superior autorização para matar (não em legítima defesa, pois para isso não seria necessária autorização nenhuma, já que os Direitos Humanos, todas as declarações internacionais e mesmo a Constituição Democrática sempre autorizam o indivíduo a se defender, e a legítima defesa tem essa história inclusive no Direito Natural e nunca esteve sob questão), basta colocar na mão do suspeito morto uma arma, atribuir-lhe sua posse, prestar um falso testemunho, e isso será o bastante (sendo que, em geral, na história do Rio de Janeiro, isso sequer era requerido). Mas o policial pode dizer para o suspeito (inventando aqui uma dramaturgia caricatural para didaticamente descrever uma situação complexa): "Não me custa nada tirar-lhe a vida, mas eu posso não fazê-lo. Quanto você me dá?" Pois quem recebe autorização para matar recebe também para não fazê-lo, ou seja, recebe licença para agir com discricionaridade. O trabalho da polícia envolve necessariamente discricionaridade, mas esse arbítrio não se estende a esse ponto, que é absolutamente ilegal e não está coberto pela categoria que descreve o mandato policial. O que se cria aí é uma moeda, que se inflacionará celeremente e com muita facilidade, porque é claro que o suspeito rendido dará tudo que tem e que não tem nessa negociação para sobreviver.

Esse primeiro encontro que fabulei de fato vai se repetindo e enseja um desdobramento. No caso do Rio de Janeiro, os policiais passaram a conduzir os suspeitos para uma casa clandestina, onde negociavam a sobrevida, mas isso gera complicações. Há uma lógica intrínseca a esse processo, aquilo que Max Weber chamava "racionalização", um processo econômico que tende a buscar formas mais aperfeiçoadas de maximização de vantagens e redução de custos. Essa casa exige aluguel, cuidado para que seja preservada na clandestinidade, e implica o sequestro prévio dos suspeitos, o que envolve risco para os policiais. Quando as negociações não surtirem efeito, haverá ainda a tarefa subsequente de fazer o cadáver desaparecer. Tudo isso é arriscado, custoso, e envolve tempo, energia etc. Então nós passamos para a terceira etapa do processo de racionalização da corrupção policial, que equivale à integração da polícia com o crime. Isso corresponde à história empírica do Rio de Janeiro; em outros casos há saltos já para etapas subsequentes. Ela se

refere à pactuação do convívio entre policiais e criminosos, com recebimento de uma determinada importância fixa ou um percentual da venda, por exemplo, de produtos ilícitos, para que a polícia não interfira nos negócios criminosos. Dessa maneira, "todos ganham": há menos riscos, energia e trabalho envolvidos. Isso no Rio de Janeiro é popularmente chamado de "arrego", o momento contratual, que se estende por muito tempo. Claro que há obstáculos, pois muitas vezes não se paga o que se quer, ou há solicitação de aumento do valor pago, porque se sabe que houve ganhos não computados, ou que cresceram, de acordo com a estação do ano, com a presença de turistas, ou porque outros setores policiais ou grupos de traficantes se interpõem... Essa geopolítica vai se tornando cada vez mais complicada, os atritos se multiplicam e os conflitos se expandem.

Essa terceira etapa, do "arrego" e do contrato, representa a etapa da degradação institucional, pois segmentos institucionais se tornam parceiros do crime e da criminalidade. Há histórias do arco da velha sobre esses entendimentos e interpenetrações. Por exemplo, entre milhares cito uma em que fui procurado já muitos anos depois de ter deixado a gestão no Rio de Janeiro, mas eram conhecidas minhas posições, inclusive uma proposta de "anistia"[43] que formulei entre os anos de 1999 e 2000. Houve muito debate nas comunidades e entre grupos de criminosos. Eu fui chamado por uma liderança criminosa a um ambiente distante, pois ele desejava abandonar o crime e me pedia orientação, porque ele não poderia se entregar à polícia. Vejam que situação. Se ele vivesse na Finlândia, eu diria: "você já ganhou o seu dinheiro, fez o que não devia, então se entregue à polícia, devolva o que você ainda tiver, e você vai ter oportunidade de estudar, de trabalhar, de cumprir a pena que a justiça determinar, a sua família não vai ficar ao relento" etc. Porém, no Rio de Janeiro, se ele se entrega à polícia, ele é eliminado imediatamente. Ele me dizia: "o senhor sabe que eu sei tudo, e os policiais sabem que eu sei tudo porque negociam comigo todo o tempo. Eu sei os nomes, eu sei até os aliados deles dentro da política. Enfim, seria preciso 'queimar o arquivo': eu sou um arquivo ambulante e não posso me entregar. E mesmo que eu me entregue protegido à Polícia Federal, quando eu chegar no sistema penitenciário, eu vou ser executado, já aconteceu tantas vezes". Nós criamos uma situação em que não estimulamos o abandono do crime, mas condenamos o criminoso a permanecer nessa senda.

43 No período de 1999-2000, as propostas de Luiz Eduardo Soares no Rio de Janeiro foram frequentemente objeto de controvérsia política, sendo erroneamente rotuladas como "anistia a criminosos". Na realidade, Soares defendeu: (i) a anistia administrativa para policiais civis e militares punidos por movimentos reivindicatórios, visando repactuar a legalidade interna das corporações; (ii) a mediação de conflitos (como no episódio da Mangueira, em 1999) como tecnologia para evitar chacinas e interromper a reprodução da violência; e (iii) a criação de canais de saída e proteção para egressos e jovens no varejo do tráfico, tratando a reinserção social como estratégia de segurança pública. Tais iniciativas não visavam o perdão judicial de crimes graves, mas a substituição do modelo de "exorcismo" (confronto letal) por uma governança baseada em evidências e direitos fundamentais. Cf. SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A última etapa, depois do "contrato" e da interpenetração entre crime e polícia, é aquela em que os policiais substituem os integrantes do tráfico e formam milícias. São grupos que, de início, suspendem aqueles negócios por razões meramente políticas, porque se apresentam como combatentes do tráfico, mas logo depois passam a negociar substâncias ilícitas ou subcontratam essa atividade aos mesmos integrantes que antes operavam essa atividade, sob seu controle. Há diferentes modalidades de alianças e confrontos. Esses policiais são mais experientes, geralmente com mais idade e maturidade, mais bem formados na utilização de armas, mais competentes e profissionais, e percebem que o negócio das substâncias ilícitas é apenas um dentre os possíveis, porque uma comunidade vive de inúmeras iniciativas econômicas que podem ser muito mais rentáveis, sobretudo quando acumuladas. Assim, paralelamente extraem vantagens e pagamentos, como uma máfia tradicional, de toda atividade econômica, inclusive empreendimentos imobiliários, transporte, moradia, direito de comercialização e acesso à energia e gás. Além disso, passam a vender, assim como os traficantes faziam, acesso de candidatos na época das eleições ao território dominado (o custo é mais caro quando se deseja exclusividade, e mais barato quando não há). Aos poucos, se percebe que não faz sentido vender acesso a candidatos, pois eles próprios podem o ser, e assim começam a ocupar diretamente o Legislativo, e depois penetram o Executivo, se tornando subsecretários, secretários etc.

Toda aquela história sobre o amálgama perverso econômico-político das tiranias locais, onde se pôs o "ovo da serpente" do neofascismo brasileiro, se comunica com o que agora eu descrevo sob outra perspectiva. Quando mencionei a autonomização e enclaves institucionais, foi porque o germe da autonomização foi plantado nas instituições policiais desde a primeira autorização para a prática ilegal da execução. A violência estava na base da corrupção, e sempre foi uma moeda de troca que se inflacionava e gerava uma economia que se desdobrava com a sua própria racionalidade, evoluindo, degenerando essa instituição e fazendo-a imergir no mundo dos negócios ilícitos. Essa dinâmica fez com que a hierarquia e a disciplina entrassem em falência, e fossem abaladas e subvertidas seriamente quando esses nichos policiais começaram a se tornar autossuficientes e poderosos, com conexões políticas transversais. Como manter hierarquia e disciplina nesses termos? A segurança privada, ilegal e informal, é outra área de análise interessante, na qual ocorre um fenômeno em que, num determinado momento, o superior hierárquico dá ao subalterno no batalhão uma ordem que deve ser cumprida sem discussão, e, em outro momento, os dois são sócios em atividades ilícitas, porque o oficial tem uma empresa de segurança em nome de interposta pessoa e subcontrata informalmente o seu subalterno para o cumprimento de uma tarefa na segurança empresarial informal. Esse processo transforma completamente as relações, tornando o público e o privado indiscerníveis, com as consequências que vocês podem imaginar.

Mas voltando ao caso dos nichos que se autonomizam: com as diversas atitudes do poder executivo e da própria instituição de tolerar, animar, estimular, exaltar e premiar execuções extrajudiciais, assistimos à promoção de uma miríade de agências internas que subvertem a ordem, submetendo os comandos institucionais a chantagens de todos os tipos. A política institucional nas polícias militares e civis é dificílima, um xadrez muito complicado. Há sempre concessões, o poder é instável e depende de mil articulações que envolvem essa tolerância, quando não cumplicidade ativa. Perdeu-se completamente a ideia de uma instituição que, por seu caráter militar, fosse capaz de impor uma política, um comando. Quando chegamos no governador, então, já estamos em outra órbita. Essas autonomizações ilegais internas vão instabilizando a instituição, embora haja bolsões em que hierarquia e disciplina se aplicam, bem como uma vertebração em que isso funciona. Esses universos convivem, e no conjunto podemos nos referir ao fato de que essas autonomizações ilegais converteram as instituições em enclaves institucionais.

Eu lhes disse que o sistema penitenciário acabava estimulando o crescimento das facções criminosas, e Ferdinando chama atenção para isso, porque as polícias mais numerosas e que estão presentes em todo o Brasil são as militares. Elas são pressionadas pela chamada opinião pública – a mídia, os políticos, as instituições, os governos – e se sentem então instadas a produzir, entendendo, via de regra (pois a sociedade assim o faz), "produção" como "prisão". Se elas são pressionadas a prender, elas ficam em uma situação difícil, pois a Constituição as proíbe de investigar, papel que constitucionalmente cabe à Polícia Civil. O que lhes resta fazer, independentemente da vontade ou da intenção de um gestor ou de outro, é prender em flagrante delito. Por isso, mais de 80% dos que ocupam o sistema penitenciário estão lá por prisões em flagrante delito, mas os crimes passíveis de tal prisão não são os mais graves e não ocupam as posições superiores da hierarquia de prioridades da agenda nacional. Pelo contrário: nós estamos diante do crime organizado mobilizando bilhões de reais nas mais diversas atividades, e sua identificação, embora também tenha suas manifestações ostensivas, requer investigações sofisticadas, com melhores equipamentos e investimentos. Quando falamos em flagrante delito, são apenas um punhado de crimes, que podem ser observados pelos cinco sentidos.

O instrumento da Polícia Militar hoje no Brasil é a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), lei absolutamente disfuncional, irracional e hipócrita (posso pensar em um número grande de adjetivos morais, práticos e analíticos que se adequariam perfeitamente à desqualificação dessa lei). Ela permite a prisão em flagrante, essa pescaria que a Polícia Militar realiza: ela lança a rede e captura aqueles que estão atuando à vista de todos, os operadores do "varejo" no negócio das substâncias ilícitas, que são a maior parte dos que têm sido preso nos últimos dez anos. São os "traficantes" de drogas, mas não aqueles que se impõem pela força das armas e tiranicamente sobre territórios e comunidades, que frequentam manchetes, mas os pequenos

operadores. Há muitos trabalhos, pesquisas etnográficas e relatos de casos sobre eles, que em geral participam dessa pequena venda, mas atuam em outras áreas, lícitas, em dias alternados, pois têm de levar para casa o sustento da família ou ajudar nele. Há muita exploração do trabalho infantil, que não é vista dessa maneira. Eles são presos como criminosos, e não vistos como vítimas da exploração do trabalho de menores de 18 ou 16 anos. O fato é que eles são presos muitas vezes sem armas e sem apresentar vínculos orgânicos permanentes com organizações criminosas (até porque a polícia não tem como demonstrá-lo).

Por que a polícia não faz isso nos bairros afluentes, nos grandes condomínios da classe média, onde prosperam também negócios de substâncias ilícitas? Porque para ingressar num condomínio situado em área privada é preciso apresentar o mandado judicial, que só vai ser expedido pela autoridade se houver por parte do solicitante a apresentação de uma motivação sustentada, o que depende de uma investigação preliminar. Como a Polícia Militar não investiga, não vai apresentar nenhum resultado (até porque não pode fazê-lo), e não vai perder seu tempo tentando ingressar em áreas privadas, salvo em situações excepcionais. Por isso, não vai aos condomínios, mas a áreas mais pobres, aos territórios mais vulnerabilizados, onde, inclusive, manda a velha política do "pé na porta", e não há sequer a necessidade de mandato para ingressar em uma unidade doméstica. Nós sabemos os absurdos que são cometidos, mas nem seria necessário ingressar pois, via de regra, o escambo se dá a olhos vistos e, portanto, impera o flagrante delito.

Quando um jovem preso dessa maneira chega à unidade penitenciária, tendo que permanecer, digamos, cinco anos em regime fechado, qual a primeira providência? Manter-se vivo, garantir a sobrevivência. Para tanto é preciso procurar quem manda. Como a Lei de Execuções Penais[44] não é implementada amplamente no Brasil, salvo exceções, facções criminosas com muita frequência comandam as unidades prisionais, com cujos representantes é preciso, portanto, se entender. A sobrevivência desse jovem pode lhe ser garantida em condições mínimas de dignidade ao longo do tempo, mas com um preço: lealdade subsequentemente à sua saída da prisão, o que significa vínculo e, portanto, profissionalização. Ou seja, o vínculo, que não existia de forma permanente e orgânica, dar-se-á futuramente graças a essa política absolutamente irracional de encarceramento em massa, entregando força de trabalho jovem, ao custo de gerações que se perdem e de suas famílias, às facções criminosas, que assim prosperam, se fortalecem e se ampliam.

Não é uma questão moral, muitas vezes descrita de forma psicologizada: "A penitenciária é uma escola do crime, um aprende com o outro a ser criminoso". Isso pode acontecer eventualmente, mas não é disso que se trata, e sim de uma questão

44 Lei nº 7.210/1984, institui a Lei de Execução Penal. Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

muito substantiva, com bases materiais. Portanto, esse é um processo que vai se renovando. Por volta de julho de 2023, o Brasil possuía 832 mil presos, dos quais 650 mil estavam reclusos[45]. Isso significa a destruição de gerações de jovens pobres, frequentemente negros, além dos custos emocionais, materiais e morais para suas famílias, além de todos os desgastes que se acumulam, em benefício, supostamente, de segurança pública. É um casamento perverso entre o modelo policial, arquitetura institucional da segurança pública e legislação sobre drogas, cuja combustão promove uma contradição que gera efeitos perversos e não desejados.

Diante desse quadro, por um lado, nós vimos o amálgama do poder tirânico envolvendo forças policiais milicianizadas, quando falávamos da Baixada Fluminense e do poder local, sendo necessário incorporar ciência política, sociologia, antropologia e considerações muito mais amplas do que as da especialidade sobre segurança pública. Por outro lado, percebemos que, para discutir esse tema, deve-se enfrentar problemas atinentes a sua arquitetura institucional, ao modelo policial e às formas de distribuição de autoridade e poder entre os entes federados. A política criminal relativa a drogas, por exemplo, e o problema do sistema penitenciário e do encarceramento em massa não podem ser dissociados, mas sim desmembrados para serem compreendidos nas suas peculiaridades. O trabalho envolvido na mudança deve ser persuasivo e político; deve convocar atores interessados, capazes de sensibilizar e com conhecimento técnico acumulado; e envolver a participação de policiais e de profissionais envolvidos na matéria, mas divididos, pois suas corporações são fortemente marcadas por valores que derivam dessa experiência histórica lamentável, que aponta na direção da autonomização ilegal.

Finalmente, há a questão das esquerdas, que Ferdinando trouxe com propriedade. Elas não apenas se fragmentam nas suas posições em relação a essas questões, mas, além disso, nenhuma força de esquerda até hoje apresentou proposta alguma a respeito da segurança pública que fosse sistêmica o suficiente para dar conta desses problemas. A PEC 51[46] não foi esposada por partidos. Ela é a bandeira do Movimento Policiais Antifascismo, mas que é muito pequeno e modesto, e não tem maior expressão ou impacto no conjunto das categorias policiais. O fato é que até hoje os "mudancistas", que poderiam porventura se unir em torno de uma grande proposta de reforma para discutir com a sociedade, não foram capazes de alcançar um consenso mínimo, que fosse a base a partir da qual se exercesse

45 Total acumulado de pessoas em regimes fechado, semiaberto, aberto e outras medidas, com base em dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

46 A PEC 51/2013 propõe a reforma estrutural da segurança pública brasileira mediante a desmilitarização, a unificação das carreiras e a instituição do ciclo completo de polícia. Na perspectiva de Luiz Eduardo Soares, a eficácia da segurança pública no Brasil depende da superação da fragmentação institucional através do ciclo completo e da carreira única, medidas que visam democratizar a autoridade policial e subordiná-la à transparência e aos direitos fundamentais. Cf. SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2019.

uma atividade na direção da persuasão pública. O trabalho continua sendo reativo: denúncias diante de situações específicas – que são muito valiosas, mas insuficientes, já que é preciso também propor.

Ferdinando Ramos: Está ótimo, professor! Eu gostaria de dar um salto agora retornando um pouco para o seu diálogo com outros pensadores. Você, em certos momentos, estabelece diálogos com figuras como Daniel Galera, David Foster Wallace e Cormac McCarthy, referências importantes para a sua escrita. Como tais interlocutores contribuem para a construção de suas reflexões? Para além das redes literárias, mas em articulação com elas, como a inserção em redes na sociedade civil (como o ISER) e grupos de pesquisa acadêmicos também influenciam sua atuação intelectual e política?

Luiz Eduardo Soares: Em relação aos autores mencionados, eles não são propriamente interlocutores. Eu adoraria que tivessem sido, mas não teria a pretensão de me considerar interlocutor deles. O Cormac McCarthy e o Foster Wallace, americanos já falecidos, escreveram livros que impactaram a minha vida e geraram referências inspiradoras. Já o Daniel Galera eu conheço pessoalmente e admiro muito, como pessoa e escritor. Trocamos algumas ideias, mas moramos longe e temos vidas com dinâmicas distintas, então, infelizmente, não posso tampouco considerá-lo interlocutor. Há também muitas autoras latino-americanas extraordinárias que escrevem sobre violência contra a mulher, e tenho lecionado sobre a literatura feminina latino-americana sobre esse tema[47]. Esse universo não é composto propriamente por interlocutores, mas por referências que não operam como nas Ciências Sociais, em que eu posso tentar "imitar" meus mestres e autores que admiro e, assim, tornar meu trabalho melhor e aperfeiçoar o meu modo de pesquisar. "Imitar" significa adotar seus pontos de vista, incorporar o conhecimento que eles produziram, aprender com eles como lidar com certos desafios e adotar, eventualmente, seus métodos. Toda essa aproximação pode ter resultados muito positivos, mesmo que a gente sempre tenha a própria marca, a originalidade que decorre da nossa personalidade, inserção, trajetória e modo de enfrentar os problemas. Mas a despeito disso, o discurso da sociologia, antropologia, psicanálise etc. é vasto, inclusivo, comum e generoso, e acolhe a cada uma e cada um de nós de alguma maneira. Nós habitamos esse campo comum, com as divergências, as sinuosidades, os atritos naturais, mas é uma língua da qual nos apossamos.

47 Soares integra a interseccionalidade de Sueli Carneiro e Rita Segato para propor uma reforma da segurança que seja, simultaneamente, antirracista e antipatriarcal, além de Pilar Calveiro, que traz a discussão sobre a herança da ditadura e o estado de exceção permanente. Estas interlocutoras podem ser encontradas direta ou indiretamente nas obras de Soares: *O Brasil e seu Duplo* (2023), *Desmilitarizar: segurança pública e democracia* (2019) e *Meu Casaco de General* (2000).

Na literatura é muito diferente, Ferdinando, porque, por mais que queira imitar uma dessas pessoas maravilhosas, não teria como fazê-lo. Eu até escrevi sobre isto: não é um bom caminho você mimetizar o outro numa experiência que reivindica de cada um e de cada uma a sua modesta ração de contribuição própria. Eu imitaria muito mal esses autores e, em o fazendo, criaria também subprodutos dispensabilíssimos, porque suas obras estão disponíveis. Por que poderia ser interessante o discurso de alguém que tem uma trajetória como a minha? Eu tenho de demonstrá-lo na prática, produzindo alguma coisa que se mostre interessante às minhas e meus interlocutores. A obra de arte é muito exigente, porque não basta "olhar no espelho retrovisor", você tem de olhá-lo de frente, e mesmo isso não vai ser uma salvação. É um mundo de uma aposta muito radical, pois você não tem propriamente referência externa, e é bom que não tenha, porque se você tiver e ficar medindo o que faz por padrões alheios e cânones, creio que você vai estar abdicando dessa oportunidade extraordinária de merecer ser lido por alguém.

Quanto às redes de inserção, elas são indispensáveis, porque nós precisamos do olhar da outra e do outro, de sua sinalização e de seu apoio. Por "outro" me refiro à alteridade. Algumas coisas, como suas falhas, a redundância, a falta de consistência, a rapidez com que você passou de uma formulação a outra sem estabelecer os nexos de modo adequado, só são identificadas, muitas vezes, nas releituras, quando você se coloca na posição do outro e, sobretudo, quando você efetivamente o ouve. Por isso, eu me benefício muito do convívio com os amigos, das redes todas nas quais eu estive e de algum modo estou, e de meus alunos e alunas, toda semana. Eu adoro a sala de aula. Eu ia dizer que há dois lugares em que eu me sinto mais feliz (em adição à nossa casa, que é abrigo e acolhe), mas um deles o deixou de ser: o Maracanã, que, por circunstâncias, deixou de ser um lugar de alegria, imersão no comum, festa, exaltação e lúdico total. Mas o outro permanece, que é a sala de aula. É uma alegria enorme, um prazer. Às vezes digo isso e alunos e alunas acham um pouco demagógico e retórico, mas tenho o privilégio de continuar trabalhando e de ter a oportunidade de estar com outras pessoas interessadas pelos mesmos temas que eu, de ouvi-las e ouvi-los e discutir os livros com essas pessoas, então tenho de agradecê-las, e ao longo da vida tive turmas maravilhosas. Leciono na pós-graduação em literatura da UFRJ, e tive essa experiência muito gratificante nos últimos anos, bem como outras lindas e inesquecíveis na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), na UERJ (Universidade Estadual de Rio de Janeiro), no ISER (Instituto de Estudos da Religião) e em outros espaços.

Eu tenho enorme prazer em ouvir os colegas. Apesar de todos os problemas das redes sociais, a vantagem do YouTube é que ele nos permite acesso a palestras e aulas de colegas, que não paro de ouvir. Se pudesse, estaria presencialmente em tantas aulas e cursos, mas nós não temos tempo nem para estudar tudo que pre-

cisamos. Aliás, a sala de aula serve também para nos disciplinarmos, porque você também precisa ler os livros que indica para a semana, aconteça o que acontecer. Leciono com Felipe Lima, meu querido colega na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e Leandro Saraiva, da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e pós-doutorando na cátedra Patrícia Acioli. Também tenho a sorte de ser casado com uma pessoa que lê os meus textos de modo muito crítico e é a primeira leitora, Miriam Krenzinger Azambuja Guindani. Eu os reescrevo inúmeras vezes e sempre tremo antes de seu "juízo final", quando pensava que estava chegando perto do fim, mas vejo que tenho pela frente mais um ano de trabalho. É essencial contar com pessoas em quem você confia e que farão com franqueza uma avaliação, mas de maneira construtiva e positiva.

Tenho ojeriza contra a crítica negativa, que acho tão infeliz. Não escrevo sobre o que não gosto, para não ficar gastando meu tempo para dizer a uma pessoa que ela estaria errada. No caso de orientandos ou orientandas, é muito diferente, pois você é seu "parceiro": vai apontar o que te parece equivocado, explicar o porquê, eventualmente ser convencido de que você próprio está errado e abrir para a pessoa possibilidades alternativas. Isso um trabalho de construção. Quando você faz uma pesquisa e alguém diz que você está errado, tudo bem, pois isso é fundamental para o debate público e para você mesmo. Mas não é o caso para obras de arte, como um filme, que leva cinco anos para ser feito no Brasil, é um esforço extraordinário, mobiliza muita gente e tem muitas etapas. A facilidade com que se fala em resenhas, com poucas palavras e em cinco minutos, sobre um trabalho que você sabe que foi feito seriamente (bom ou ruim, pois quem vai ser juiz final disso?) me parece um desrespeito e uma incompreensão do que está em jogo. É muito diferente de você fazer uma análise, que efetivamente permite que o próprio autor redescubra a sua obra e veja problemas.

Também acho que nós entramos nesse "sistema Lattes", Ferdinando. Nós criamos Ciências Sociais ativas, com uma vitalidade impressionante, ricas na sua pluralidade (claro, com mil problemas, como sói acontecer). Isso porque somos filhos e netos de um momento fundacional, carismático, de encantamento, em que atuaram aqueles que lutavam contra o obscurantismo, que acreditavam no nosso país e em sua inserção diferenciada na cena global, em suas disciplinas e sua vocação, na possibilidade de reinventá-lo e redescobri-lo... enfim, pessoas que enfrentaram o desafio do seu tempo com essa grandeza. Elas não estavam fazendo carreira, obedecendo a princípios impostos institucionalmente segundo determinados cânones, mas sim pensando e errando: elas se permitiram o risco de errar, eventualmente erraram, e nós descobrimos esses erros, mas depois nos demos conta de que nós é que estávamos errados... enfim, esse processo não tem fim perfeito. Mas são grandes titãs, figuras notáveis que, com todas as suas limitações humanas, pensaram o país: Florestan Fernandes, Antônio Candido, Luiz

Costa Lima, Silviano Santiago, Roberto Cardoso de Oliveira, Darcy Ribeiro, Otávio Velho, Wanderley Guilherme dos Santos, Marilena Chauí, José Arthur Giannotti, Bento Prado, João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Graciliano Ramos, outros no mundo da música e das artes... Enfim, tanta gente que foi e ainda é muito importante para nós, que pensavam o que poderia ser esse país e sua vida intelectual. Essas pessoas não estavam fazendo carreira! Claro que as fizeram, mas, se elas foram e são nossas inspirações, é porque, nesse momento inaugural, infundiram em nós e em nossa história um espírito que requer compromisso no sentido do respeito ao rigor, liberdade, transgressão e originalidade, pois se comprometeram fundamentalmente com uma ética de convicção e responsabilidade.

Nós precisamos de institucionalidade para isso se democratizar, ou ficaríamos no mundo dos grandes heróis, um tanto aristocrático. Para isso, precisamos de parâmetros e marcos, bem como distribuir recursos, o que implica distinguir, separar, julgar, avaliar. É algo paradoxal: a institucionalização é indispensável e, ao mesmo tempo, letal, extinguindo a vitalidade e esterilizando aquilo que fecundou esses campos. Com isso, não quero dizer que eu defenda a explosão desses critérios e formas de julgamento. Eu sei que não há respostas simples, mas só compartilho uma angústia muito profunda. Começamos a viver a redemocratização e rapidamente fomos cooptados pelo mercado em suas múltiplas acepções e manifestações. Com isso, nos entregamos a um certo tipo de competição por recursos e por reconhecimento acadêmico e institucional, sacrificando, muitas vezes, o arrojo intelectual, o compromisso social e a originalidade com risco, em benefício da estabilidade, da ascensão na carreira e da retribuição por meios de prebendas. E isso moldou objetos de pesquisa, debate que está presente em um capítulo de *Brasil e seu duplo*. Houve grandes momentos de debates intelectuais interessantíssimos, que eram teóricos e políticos, mas eles foram dissolvidos rapidamente na medida em que se impuseram as normas de organização da academia e o mercado.

Não estamos inapelavelmente perdidos. Com isso, houve muitos ganhos, como a democratização, mas perdemos um horizonte. Ainda é possível para recuperá-lo – ou melhor, reinventá-lo e tentar outras sínteses, mas só fazendo é que vamos ver se é possível. Eu não admito o conformismo e a resignação. Nós acabamos reproduzindo certos padrões com implicações políticas. De um lado, a militância contagia o pensamento de uma maneira empobrecedora, mas, por outro lado, o mito de neutralidade, profissionalismo e objetividade também contamina e produz um tipo de sujeito excessivamente adaptado às circunstâncias inaceitáveis da nossa vida em sociedade no Brasil. Esses padrões de iniquidade, racismo, patriarcalismo, inserção subalterna no mundo imperial, convívio brutal com outros povos, o modo como se dá o nosso convívio nas cidades: tudo isso é inaceitável. Como mudar? Nós temos perspectivas políticas e ideológicas distintas, mas esses tensionamentos têm de pulsar no coração da vida acadêmica para que ela o seja

verdadeiramente, para além das carreiras e das escolhas de objeto, que às vezes são narcísicas, quase solipsistas, e não consideram os dramas que vivemos no Brasil e no mundo, ou por vezes são aquelas mais compatíveis com expectativas canônicas que garantam bolsas e renovações de financiamentos, ou vínculos eventualmente empresariais.

Veja que eu estou voltando àquele modo hesitante, vacilante, liminar, da insolubilidade trágica e indecidibilidade hamletiana da justiça. Não como ponto de chegada, pois seria patético me render aqui à inépcia, à inação, ao imobilismo e ao sedicismo radical, mas como reconhecimento de que habitar essa hesitação e pulsar com a contradição me mantém vivo. Ela não me orienta suficientemente a uma direção ou outra, mas me indica que não há resignação aceitável ou possível. Convocar o momento triunfal do carisma um tanto aristocrático não vai resolver o problema, mas a adaptação à "ditadura Lattes" e aos parâmetros instituídos hoje com as pequenas políticas de departamento tampouco vai nos levar a algum lugar. Nem a exaltação romântica da rebeldia pela rebeldia, nem essa renúncia a pensar com radicalidade e originalidade, à qual somos convocados por necessidade de obediência dos cânones. É um dilema que precisa ser vivido como dilema, porque assim, juntos e juntas, quem sabe não comecemos a criar alternativas que tenham sentido prático, que não romantizem a desinstitucionalização e tampouco reifiquem a institucionalização como um caminho sem volta, necessário e apenas democratizante? Estou redundando para encontrar formas distintas de dizer o mesmo, uma maneira de enfatizar a relevância que eu atribuo a isso.

Ferdinando Ramos: Perfeitamente, professor, mas ficou bem clara a linha de construção do pensamento. Nós temos ainda duas perguntas: uma sobre pesquisas relacionadas à pandemia de Covid-19, e a outra relativa a pesquisas sobre segurança pública. Passando à primeira: as reflexões durante a pandemia estavam muito ligadas à interdependência social e aos modos de constituição de solidariedade, o que já estava presente nas suas discussões sobre violência, justiça e Estado de Direito. Levando isso em conta, de que maneira a experiência da pandemia impactou o seu modo de pensar, de realizar pesquisas e de escrever e atuar publicamente (se é que de fato houve alguma mudança)? Talvez seja possível emendar nessa questão a segunda, sobre pesquisas em segurança pública, no que tange a resistências institucionais que se mantiveram, em particular no campo das forças policiais, como você apontou anteriormente. Você poderia comentar sobre esses obstáculos também no desenvolvimento de pesquisas sobre segurança pública?

Luiz Eduardo Soares: Por "esses obstáculos", você se refere à pandemia?

Ferdinando Ramos: Se for possível fazer essa articulação. Caso contrário, gostaríamos de te ouvir sobre os principais obstáculos para se desenvolver especificamente as pesquisas sobre segurança pública no Brasil, e de que maneira essas dificuldades repercutiriam no apoio institucional e fomento à pesquisa.

Luiz Eduardo Soares: Eu não saberia dizer nada a respeito da conexão entre a pandemia e as dificuldades na pesquisa relativa à segurança pública, mas eu posso falar um pouco sobre as dificuldades da pesquisa em segurança pública, de um lado, e sobre a pandemia e os seus impactos, de outro.

A pandemia, desde logo, mudou profundamente a minha prática, o que nunca é apenas performativo ou pragmático, no sentido vulgar do termo, mas envolve concepções, valores, estilos e toda uma estética de si. Envolve, portanto, revisões de si mesmo como sujeito. No caso brasileiro, não foi só a pandemia, mas ela em conjunto com o bolsonarismo. Em primeiro lugar, ela me lançou para esse universo das plataformas virtuais e encontros remotos, assim como a grande maioria das pessoas que trabalham em áreas como as nossas. Antes, inclusive, promover encontros com viagens longas e mesas às vezes breves estava se tornando algo desproporcional, irracional, quase inviável. Quantas vezes eu não viajei muitas horas para falar por vinte minutos ou meia hora, em uma mesa em que outras pessoas também falavam, mal respondíamos alguma pergunta, tomávamos um cafezinho, depois nos despedíamos e voltávamos? Era, de fato, não só cansativo, mas improdutivo. Dizíamos "pelo menos nós nos encontramos", mas de modo muito superficial e rápido, e isso tomava tempo e produzia efeitos ilusórios, para fins de relatórios, prestação de contas de investimentos e coisas do tipo. Esse tipo de história, que já teve seus momentos, estava no fim. Assim, a possibilidade de encontrar tantas pessoas e de falar para elas no mesmo dia, sem sair de casa, mudou o cenário muito profundamente.

Eu diria que nunca fui tão produtivo na vida quanto no período da pandemia – sem contar os momentos de gestão pública, porque aí os critérios e referências são outros –, justamente porque não podíamos sair, nem mesmo para trabalho, que sempre implica deslocamento, encontros etc. Eu passava os dias lendo, estudando e escrevendo, como uma atividade diária, para blogs e canais, participando de entrevistas e debates, e dando aulas. Esses foram momentos muito produtivos, de muita escrita leitura e troca. Curiosamente, foi o momento da solidão, mas em que estive com muita gente e em um tempo de maior qualidade, mesmo que virtualmente, porque ouvia, anotava, conversava, trocava ideias etc. Assim, foi um momento para a união: nós procuramos umas às outras e uns aos outros porque precisávamos estar juntos. Afinal, as ameaças eram muito graves. Precisávamos com urgência entender o que estava em curso e como impedir que se consolidasse o que já sentíamos como o ensaio geral de um golpe regressivo de inspiração

neofascista. Atuávamos nesse cenário escrevendo nossos livros e artigos, dando entrevistas, em uma militância constante, que é reflexiva, do debate e trabalho intelectual, procurando atingir áreas diversas, porque os movimentos sociais e as periferias também estavam conectadas. Isso, curiosamente, promoveu uma coesão de redes e uma expansão da ecologia social e cultural das conexões, das redes e dos espaços.

O segundo ponto que ficava muito claro (e eu logo escrevi sobre isso, pois era um tema constante para todos) é que o que nos parece a "realidade" é na verdade uma construção em curso, instável, que precisa ser reiterada, reproduzida, reconduzida e reconstruída a cada dia, sob o risco de colapsar. O que parece ser regido por leis naturais e inalteráveis é fruto de escolhas e de política. Diziam que a economia não permite isso ou aquilo, que não permite estar atento a todos, salvar a vida de famélicos, enfrentar a miséria, reduzir desigualdade, porque não podemos parar ou fazer determinadas coisas. Mas paramos e mudamos do dia para a noite. Portanto, a desnaturalização do que parecia uma realidade imperiosa e intocável foi um processo extraordinário, que poderia ter produzido efeitos políticos muito maiores do que produziu. Porém, isso não está encerrado, pois aquela experiência está em nós, que a compartilhamos, e ainda pode produzir frutos. Então, retomando: o primeiro ponto foi relativo às mudanças introduzidas, com mais organização, organicidade, comunicação, militância e produtividade, e menos solidão. Tudo isso intensificado em função da urgência das questões ambientais da epidemia e das questões políticas do neofascismo. Em segundo lugar, a desnaturalização por conta da excepcionalidade que passou a comandar a nossa vida, promovendo metamorfoses profundas.

O terceiro ponto (e é claro que isso só vem à mente porque já estava em nós, e vinha sendo objeto de reflexão há muitos anos para mim) é a natureza contingente do evento e seu lugar na história: o inesperado, aquilo que constitui na linguagem religiosa o milagre, a irrupção do novo, do que não estava e passa a estar, a emergência daquilo que não é dedutível da cadeia de causalidade exposta que conduz a desdobramentos previsíveis. A intervenção de uma catástrofe e/ou de uma invenção ou remodelagem surpreendente não só aumenta a nossa insegurança e instabilidade, mas também nos salva de uma visão mórbida e fatalista, que nos conduz à inação e à crença na rotina naturalizada e na estabilidade das coisas como são. E mais: abre para nós uma perspectiva de reavivar a esperança como uma disposição do espírito, uma abertura à gratuidade, ao inesperado, não como um esforço de previsão, que será sempre vão, mas, para além disso, de reconhecer que há sempre espaço para o não previsível e que isso não é necessariamente catastrófico (pelo menos para nós e para nossos valores). Assim, o inesperado pode ser aliado da esperança, o que nos aproxima de uma linguagem religiosa, e não tem problema algum nisso.

Em relação à segurança pública: primeiro, nós sabemos as dificuldades de encontrar fontes para pesquisa, o que é um problema de todo pesquisador. Nessa área, em particular, isso é especialmente complicado porque, se a pesquisa deve ser aplicada, ela tem de renunciar ao esforço crítico que se oriente para a proposição de mudanças profundas. Em outras palavras, quem vai dar dinheiro para alguém pensar a contrapelo essas polícias e sugerir planos de reconstrução, de reinvenção etc.? Certamente não serão as polícias, nem aquelas instituições que têm compromissos com o *status quo*, para as quais isso tudo vai soar a demagogia, retórica abstrata, inutilidade e perda de tempo. Por isso, nós precisamos muito dos recursos de natureza propriamente acadêmica, e que se mantenham firmes a independência dessas instituições e o fluxo de recursos para elas. Isso é indispensável, mas sempre muito complicado. Como você vai demonstrar que o impacto daquilo que você faz é positivo se o que você pretende fazer é basicamente demonstrar a inviabilidade do modelo vigente e a necessidade de construção de alternativas, (que não serão promovidas por sua pesquisa porque ela não terá essa capacidade, evidentemente)? Então, qual o impacto do que você faz? Criar mais desconforto? Para quê?

Às vezes, eu sou sondado, muito elegantemente e com muita sensibilidade, por um ou outro amigo ou amiga que atua em uma empresa de tecnologia e pretende oferecer produtos e serviços para instituições policiais, mas nada sabe sobre segurança ou sobre polícia, e precisa de um nome que seja conhecido no campo para asseverar a legitimidade do trabalho que está sendo realizado e a seriedade da empresa, e também para tornar seu discurso compreensível e passível de apropriação pela linguagem que seria corrente ou dominante nessas instituições. Então me procuram com essa expectativa: não o dizem claramente, mas é claro que entendo, e logo fica patente a inviabilidade da nossa parceria, porque a empresa não está interessada em saber que a utilização desse tipo de procedimento, tecnologia e serviço tende a produzir mais problemas do que soluções, e que os problemas não são aqueles que eles supõem que sejam, e que eles vão acabar contribuindo para o aprofundamento de várias crises e de vários impasses. Não lhes interessa ouvir essa voz, nem tenho interesse em negociar a minha biografia e integridade pessoal por um certo preço em dólar.

Portanto, é difícil a situação de financiamento de pesquisa. Você também sabe muito bem, Ferdinando, a dificuldade causada pelo fechamento das instituições, o que dificulta o acesso a certas informações. Eu tive a sorte de conviver nesses espaços, não como pesquisador, porque aí eu teria sofrido toda sorte de objeção, mas por assumir posições na gestão. Para mim, cada momento de convívio e atuação era também de observação e pesquisa, e sempre registrei o que vivi na clave de pesquisador, observador, etnógrafo, ao mesmo tempo em que procurava acumular experiência para que ela me servisse na própria gestão ou na ação mais

propriamente política, que também está sempre presente. Assim, foi um privilégio poder conviver com profissionais, conhecer muitas pessoas boas, que queriam mudança e sonhavam com ela, e me viam realmente como aliado, mesmo que não pudessem dizê-lo, pois o risco seria grande.

Ferdinando Ramos: Professor, vale uma observação. Mesmo no interior das corporações policiais, você sempre foi muito respeitado. Aqui em São Paulo, nos cursos que frequentei, sempre que o seu nome era mencionado, o faziam com muito respeito. Isso é uma conquista que ninguém vai tirar.

Luiz Eduardo Soares: Que bom! É porque os que acompanharam os trabalhos viram que eu era sério e leal, e, mesmo discordando, quando eu errasse, eles sabiam qual era a natureza do erro e reconheciam a legitimidade do pleito. Você viveu e vive também, Ferdinando, nessa conexão, que às vezes é difícil. Me recordo, por exemplo, de uma das nossas políticas públicas mais bem-sucedidas, que sobreviveu a essas décadas, quando exerci a função de Subsecretário de Segurança Pública e Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro em 1999: a implantação da Delegacia Legal[48], que não chegou a realizar tudo que estava previsto no projeto, mas construiu uma realidade diferente, de outra qualidade no Rio de Janeiro. Ela sobreviveu a governos opostos e a brigas políticas de todo o tipo porque nós criamos uma instância de gestão e um mecanismo de financiamento independentes das polícias, e da Polícia Civil em particular, independente do governo. Com o apoio da Assembleia Legislativa na época, se criou uma legislação específica, o Grupo Executivo Delegacia Legal, e um projeto amparado legalmente, com recursos que chegavam diretamente e eram investidos na reforma das delegacias ou na construção de novas segundo o modelo arquitetônico-tecnológico concebido de acordo com aquilo que havia sido projetado. Nós inauguramos a primeira com menos de três meses de governo, em 29 de março de 1999. Quando eu falava e defendia o projeto, nos primeiros dias de janeiro, a resposta oficial era a seguinte: "Luiz Eduardo, vamos fazer o seguinte. Eu sei que você está preocupado com as delegacias caindo aos pedaços, com os delegados tendo de tirar do próprio bolso dinheiro para pagar o conserto do banheiro, o vazamento de água, o conserto da máquina de escrever, a limpeza depois da enchente de todos os arquivos que estavam apodrecendo, para colocar mais um ventilador, para substituir o pneu velho da viatura... É perfeitamente justificável que você queira melhorar as delegacias, então vamos fazer o seguinte: nós mandamos pintar e damos um computador pra cada um. Pronto, está digitalizado!"

48 Projeto instituído em 1999 que visava a modernização, informatização e reestruturação das delegacias do Estado do Rio de Janeiro, buscando maior organização e eficiência policial.

Foi uma batalha para inaugurar a primeira, que tinha de estar maravilhosa: toda refrigerada, com 290 aplicativos e softwares originais criados na universidade, além do primeiro banco de dados, que depois seria a matriz e ponto de conexão em todo o estado, e acabaria com 64 livros burocráticos de registro, reduzidos a quatro. Acabamos também com as mediações que faziam com que uma denúncia só suscitasse investigação três ou quatro dias depois, porque os turnos de trabalho e a burocracia interna faziam com que a investigação fosse apenas a atividade do setor de investigação. Mas a delegacia não é o setor de investigação? O que mais faz a delegacia? Diziam: "Não! Tem que cuidar dos livros, e também há presos aqui. É ilegal ter presos em delegacia, mas muita coisa é ilegal no Brasil, então vamos levando, porque não tem para onde levá-los. E esses carros entulhados aqui foram recuperados, e nós não temos informações nem ferro velho..." Quando dizíamos que em três meses inauguraríamos a primeira Delegacia Legal e que ela seria uma bandeira e a demonstração de que é possível mudar, respondiam: "O senhor vem da universidade, não é? Todos chegam aqui com essa conversa de que as coisas podem mudar, mas isso aqui não é universidade, professor. Dinheiro público é difícil e demora, nós temos que ver como vamos justificar esses recursos, e tem gente que não vai gostar…"

Você sabe, Ferdinando, que sempre achei que a Delegacia Legal poderia ser muito menos do que nós previámos, mas que seria consensual. Afinal, quem poderia divergir do aprimoramento do espaço de trabalho, da valorização do trabalho de cada um, do aperfeiçoamento do funcionamento, com o fim do cárcere em delegacia, qualificação do trabalho, e introdução de profissionais que passassem a receber o que não fosse de natureza policial? As pessoas passavam ali para dizer que o marido ou o filho tinham problema de alcoolismo e pedir orientação, ou para perguntar que ônibus tomar para determinado lugar. Isso precisava ser acolhido, mas não era necessário um policial para prestar informação e orientar. Eu sempre pensei que isso fosse consensual, então nunca poderia imaginar que a maior fonte de ameaças de morte que eu sofri fosse o projeto Delegacia Legal. Custei a entender, mas não foi tão difícil, porque isso veio à tona rápido. As ameaças eram muito violentas porque nós estávamos tocando os nervos da corrupção da Polícia Civil, pois a corrupção se alimenta da anarquia. Não a anarquia de Bakunin, idealizada pelos meus colegas, mas aquela que é confusão proposital para inviabilizar a identificação de casos, documentos, informações, e encobrir cumplicidades.

As delegacias compunham "baronatos feudais": eram dispersas e não se comunicavam umas com as outras. Elas eram ilhas e formavam um arquipélago, portanto, não era possível haver política institucional, já que não havia coluna vertebral institucionalizada nem vínculos com o centro ou paralelos e horizontais. Os policiais sabiam muito sobre a sua região e tinham muitas informações, mas não a instituição, pois nenhuma informação era institucionalizada. Por isso, era muito

fácil que um boletim de ocorrência fosse adulterado, rasgado ou negociado. Informatizar não é apenas uma questão administrativa e tecnocrática, mas também política, e tem impactos incríveis. Afinal, pode-se alterar, aditar e corrigir informações que estavam erradas, mas cada entrada no sistema fica registrada, porque cada um tem sua senha de identificação. Assim, não existe mais a possibilidade de se rasgar o documento ou de aditá-lo e alterá-lo sem que isso passe a fazer parte do histórico documentado do inquérito. Quando se cria alguns mecanismos de regulação, cria-se também mecanismos de transparência e de controle interno e externo. Isso não precisa ser equivalente a uma vigilância sufocante, asfixiante e autoritária, mas é simplesmente um controle institucional para que políticas sejam possíveis. Em quanto tempo se está concluindo inquéritos? Quando são concluídos? Sobre que temas? Por que há diferenças? Por que não é possível fazer diferente? Onde há mais ou menos êxito? Por quê? Quais métodos foram aplicados? Afinal, como é possível gerir sem avaliar resultados. Como fazer isso sem diagnóstico? Como trabalhar sem planejamento e sem projeto de execução? Hoje falamos das "Emendas Pix"[49], do "Orçamento Secreto"[50] do Congresso, mas é como se nós funcionássemos às cegas na Polícia Civil naquela época, sem nenhum registro, com informações que eram "sussurradas", compartilhadas tendencialmente e seletivamente, sem maior compromisso. Não existia instituição propriamente, mas sim esse arquipélago.

Isso é tão notável que foi explicitado em uma cena da qual nunca vou me esquecer. A primeira pesquisa que eu e o grupo de trabalho fizemos foi sobre esclarecimento de homicídios. Escolhemos homicídios porque, se nós formos levantar elucidação de transgressões legais no mundo em que há informação sobre isso (por exemplo, na Inglaterra), há apenas cerca de 3% de elucidação se você incluir a sujeira na rua, o incômodo do vizinho, a identificação de quem foi responsável por tocar sua campainha às três da manhã... Enfim, não fazia sentido nenhum perder energia, recursos e tempo em coisas que não gerariam resultados significativos. Já o homicídio é o crime mais grave contra a vida, e é muito mais fácil de se acompanhar, até por ser de instauração mandatória. Nós tínhamos na época muitas categorias, que serviam também como gavetas nas quais ocultar os aumentos relativos a certos crimes e informações que não deveriam ser publicizadas. Assim, era possível dividir em "mortes suspeitas", "afogamentos", "homicídio doloso", "homicídio culposo", "mortes por fatores indeterminados"... Parecia aquela lista *borgiana* de categorias

49 Repasse de recursos do orçamento público federal feito por parlamentares (deputados e senadores) para estados e municípios, sem a necessidade de convênios ou contratos formais com o governo federal.

50 Refere-se ao uso das emendas de relator pelo Congresso Nacional brasileiro, criado por volta de 2020, caracterizado pela falta de transparência e dificuldade em identificar o parlamentar solicitante e o destino final dos recursos públicos. Utilizado como ferramenta de apoio político e com montantes bilionários, foi considerado inconstitucional pelo STF por violar a publicidade, mas continua sob novas formas, com repasses focados em bases eleitorais.

que não se comunicam e se replicam sem nenhuma lógica, mas era essa a categorização para guardar informações e distribuir politicamente aqueles fenômenos.

Enfim, o importante era que estávamos em busca do resultado das investigações de homicídios em um período de dois anos, que seria suficiente para se ter uma ideia sobre a efetividade ou não da elucidação. Trabalhamos com dados de 1992 a 1994, apenas no município do Rio de Janeiro. Assim, chegamos ao incrível resultado, na primeira pesquisa feita a esse respeito no Brasil, de que somente 7,8% dos homicídios dolosos haviam sido investigados com sucesso. Por "investigado com sucesso", entendemos casos em que o inquérito era concluído e apresentado ao Ministério Público, que o aceitava e o convertia em denúncia, abrindo-se assim a etapa do processo judicial, ou seja, casos em que havia o reconhecimento por parte do MP de que a polícia fizera o seu trabalho corretamente, de modo aceitável. Utilizando esse critério, só 7,8% dos casos haviam sido bem-sucedidos em dois anos de trabalho.

Alguém fundamental para o trabalho foi Nilo Batista, governador do Rio de Janeiro em 1994, que facultou a mim (quando atuava no ISER) e aos pesquisadores o acesso aos dados referentes aos homicídios, e inclusive reconheceu a importância de se reformular as categorias, cuja mudança, inclusive, era contrária aos interesses do governo, porque até 1992 e 1993 não se registravam os casos por si mesmos, mas havia apenas a contabilidade dos registros. Casos como o da Chacina da Candelária[51] e de Vigário Geral[52] poderiam conter 21 homicídios em um registro só. Portanto, quando era realizada a totalização, o número parecia muito menor do que efetivamente era, pois, se cada registro continha uma multiplicidade de homicídios, dez registros poderiam representar centenas de mortes. Nilo Batista tomou a iniciativa de distinguir registro de caso individualizado, distinção sem a qual não é possível realizar a análise da série histórica que envolve as ocorrências. Ele era vice-governador (em 1990, no governo de Leonel Brizola), Secretário de Justiça e da Polícia Civil (1991-1993) – depois ele foi governador (1994), quando o Brizola saiu para se candidatar à presidência –, e também secretário da Polícia Civil[53], acumulando três funções. Ele foi muito generoso e autorizou a pesquisa, que teria sido impossível no esquema anterior.

51 Na noite de 23 de julho de 1993, no centro do Rio de Janeiro, onde policiais militares assassinaram oito jovens e crianças em situação de rua próximo à Igreja da Candelária.

52 O Massacre de Vigário Geral (29/08/1993) foi a execução sumária de 21 moradores inocentes na Zona Norte do Rio de Janeiro por um grupo de extermínio formado por policiais militares (conhecidos como "Cavalos Corredores"). O crime foi um ato de vingança pela morte de quatro PMs ocorrida no dia anterior. O episódio que simboliza a violência policial no Brasil, resultou na denúncia de 52 agentes, mas apenas uma minoria foi efetivamente condenada.

53 Em outubro de 1994, sob a gestão de Nilo Batista, que assumira o governo após a renúncia de Brizola e acumulava o cargo de Secretário da Polícia Civil, formalizou-se a "Operação Rio". O acordo centralizou o comando das polícias (Civil e Militar) sob um oficial indicado pelo "Comando Militar do Leste (CML), garantindo às Forças Armadas poderes de investigação e saneamento das estruturas policiais. Na prática, a operação focou na ocupação temporária de favelas e em *blitzes* nos acessos à capital para combater o narcotráfico.

Nós tínhamos, entretanto, o compromisso de apresentar em primeira mão para o chefe da polícia o resultado da pesquisa antes de divulgá-lo. Ele se chamava Mário Covas: eu nunca vou esquecer porque ele era homônimo do saudoso ex-governador de São Paulo, Mário Covas. Quando eu, então, expus com meus colegas os resultados da pesquisa, ele ficou inteiramente perplexo, e eu duplamente perplexo, Ferdinando. Por um lado, pelos números, é claro, que são chocantes – só 7,8% de resolução, o que significa que 92,2% dos homicídios dolosos não eram investigados nem elucidados na cidade do Rio de Janeiro. Porém, fiquei perplexo também com a perplexidade dele. Porque ele era o chefe da polícia! Como ele podia não saber e, pior do que isso, não ter vontade de saber, nem considerar que fosse relevante para o seu trabalho e para a instituição que ele presidia o conhecimento a respeito dos resultados da sua própria intervenção? É inacreditável, mas não havia a consciência na instituição, salvo em alguns policiais que refletiam criticamente, de que eles precisavam trabalhar com diagnóstico, com avaliação, terem planejamento, e que não eram apenas uma espécie de repartição pública com seu horário de abertura, fechamento e encerramento do expediente. Essa concepção era completamente dissociada da ideia de política pública, de compromisso com a redução de violência e de promoção de uma segurança com qualidade cidadã, respeitando os Direitos Humanos, princípios que nós defendíamos e que certamente já estavam presentes na consciência dos governos de Leonel Brizola e Nilo Batista, mas que nem chegavam a ser cogitados.

O salto é extraordinário. Nós passamos dessa herança burocrática, inerte, que reproduzia inercialmente, de forma sempre reativa, práticas herdadas dantanho, para uma tentativa de revolucionar essa área, não só a dotando de um compromisso com política pública e com valores, como também com a "modernização". É pouco, porém, dizer isso, pois não se trata de "modernização" daquele inferno: uma jaula que servia como cela, com temperatura de 50 graus à sombra, na qual às vezes mais de uma centena de pessoas permanecia em condições indignas e insalubres, que brutalizavam todos eles durante tanto tempo, convivendo com os profissionais que atendiam o público e que funcionavam dessa maneira. É uma burocracia maquínica, rotinizada, medíocre, incompetente e insalubre ela própria, no interior da qual se plantava uma masmorra medieval (para citar José Eduardo Cardoso, que usou essa expressão para se referir ao sistema penitenciário brasileiro quando era ministro da Justiça), onde seres humanos eram tratados como dejetos. Isso era segurança pública. O salto que era preciso dar envolvia muito mais do que simplesmente racionalizar e modernizar uma instituição que existia. Era um salto fundacional, de fato, e isso requeria muita energia, determinação, clareza no estabelecimento de objetivos etc.

É curioso que nós, nas Humanidades e nas Ciências Sociais, somos muito bons na crítica e na denúncia (que, repito, é absolutamente fundamental), mas não inves-

timos suficientemente no outro lado da moeda, que é a formulação de propostas alternativas para a reconstrução (ou mesmo para a fundação e construção). É muito fácil, na área de segurança, você simplesmente recusar a conversa e a reflexão com uma oratória generalista e acusações abstratas, do tipo: "Não há nada a fazer, porque esses são mecanismos de reprodução de dominação de classe, e nós não podemos aperfeiçoar o aparelho de dominação". Isso denota a falta de compreensão de que, mesmo que nós logremos alcançar um momento quase utópico de desaparecimento de classes sociais e, portanto, do próprio Estado (e sonho que isso ocorra e a humanidade emancipada conviva em paz e solidariedade, lidando com seus atritos inevitáveis de uma maneira muito construtiva), isso certamente está num horizonte muito distante. Daí se deriva, portanto, que nós vamos conviver com classes sociais, com o Estado, e com Justiça Criminal e os aparelhos repressivos e coercitivos que são parte do Estado Democrático de Direito, que existem, idealmente, para garantir direitos. Nós vamos ter de conviver, portanto, com polícias (que são nossas parceiras históricas) ou serviços análogos a esses mecanismos, ao longo de muito tempo, bem como com instituições que garantam ao Estado que ele exerça o monopólio da força restrita à normatividade legítima.

Se não quisermos esse tipo de Estado submetido ao Direito (cujo conteúdo nós vamos reinventar, mas submetido ao Direito), vamos ter a opção de caminhar no sentido de fortalecer a nossa milícia privada e viver o tempo dos confrontos hobbesianos, nesse estado de natureza na sua pior e mais dantesca descrição. Assim, se não queremos um conflito entre milícias privadas em que prevalecerão os mais fortes e os mais capazes de prover tecnologia e potência aos armamentos, se quisermos o oposto da escravidão, da brutalidade generalizada e do fortalecimento de poderes imperiais e tirânicos, vamos ter de contar com um Estado que monopolize os meios de força e os submeta à vontade cidadã por mediações institucionalizadas. Que os conteúdos sejam os nossos, mas que os procedimentos e mecanismos sejam do Estado Democrático de Direito, em uma democracia redefinida, radicalizada e que efetivamente se comprometa com a efetividade dos seus enunciados. Porém, vamos ter que conviver com mecanismos que viabilizem esse monopólio para evitar a dispersão das milícias (na minha concepção, pois alguém pode dizer que estou errado e me provar isso, e eu rapidamente e com satisfação reconhecerei o erro, mas no momento não consigo ver alternativa).

Se esse é o caso e as polícias são e serão nossas parceiras nessa travessia histórica, assim como o Estado, a Justiça etc., então nós temos de afirmar que polícia desejamos ter e qual seria menos ruim. Deve-se admitir que elas têm características muito perigosas, e seria muito melhor que nós pudéssemos prescindir delas e de Justiça Criminal. Contudo, se tivermos de contar com elas, que sejamos capazes de dizer como elas devem ser e como devem funcionar. Nós deveríamos nos organizar de modo a que representantes em quem pudéssemos confiar as dirigis-

sem e que elas fossem submetidas a controle externo transparente, valorizando os trabalhadores, cidadãos e cidadãs profissionais que estivessem lá e que prestassem esse serviço público. Assim, seremos coniventes com o Estado burguês? Não necessariamente, porque esse Estado pode não ser burguês, e queremos que não o seja, mas sim efetivamente democrático, em uma sociedade reorganizada, mas ainda assim com Estado e com justiça, o que será necessário.

Portanto, vamos repensar a polícia. Esse outro mundo não emergirá se não mudarmos as polícias também, porque elas não são parte desse mesmo estado de coisas. As polícias são mecanismos que também dificultam a mudança: não só produzem muito sofrimento evitável, como também inibem a participação, o associativismo e a expressão popular, geram medo, desertificam o espaço público e tendem a privatizá-lo. Em nome da vida dos jovens que estão morrendo e correm risco agora, em nome da transformação da vida que está sendo afetada por polícias que estão funcionando de forma negativa, nós temos de mudar enquanto o Estado ainda é burguês. Isso necessariamente vai fazer parte do nosso esforço, e não podemos abdicar disso. Essa é uma distância muito grande entre posições políticas. Como é difícil, complicado e delicado propor, como o consenso é mais difícil ainda de se alcançar do que em outras áreas, e como existe na retaguarda essa concepção a seu modo negacionista, as esquerdas continuam silentes relativamente a essa questão.

Ferdinando Ramos: Luiz, antes de tudo aviso que estamos encerrando esta primeira parte. Tenho certeza de que teríamos como desdobrar várias das questões abordadas, e foi um desafio gratificante chegar neste bloco porque conhecemos a sua experiência, seus estudos e o desenvolvimento do seu trabalho na política pública. Foi um exercício difícil tentar ser sintético, pois toda a informação foi muito rica, e este depoimento poderá ser consultado para pesquisa acadêmica ou para alguns *insights* para elaboração de projetos em política pública. É muito gratificante e um prazer ouvi-lo, e conviver com sua experiência, que também me faz rever, inclusive, alguns postulados.

Pedro Vasques: Vamos agora para a segunda parte do roteiro, sobre sua trajetória, começando com uma conversa sobre o início de sua carreira e retomando seus primeiros trabalhos. Gostaríamos que você comentasse sua escolha pela graduação em literatura, e como essa incursão no meio literário e pela análise cultural dialoga com as suas futuras abordagens sobre poder, sociedade e comportamento humano.

Luiz Eduardo Soares: A escolha por literatura atendia ao que eu julgava ser uma vocação, meu interesse espontâneo por literatura. Nós, na época, tínhamos dois caminhos, clássico ou científico, uma divisão escolar. Optei pelo clássico e já tinha,

portanto, essa intenção. Também estava muito ligado a um grupo de teatro, com amigos e amigas que depois criariam o "Asdrúbal Trouxe o Trombone"[54], grupo que se tornou conhecido e importante. Participei como interlocutor e amigo de Hamilton Vaz Pereira, de Regina Casé, e também como uma espécie de assistente de direção do Hamilton na segunda peça, que foi o "Burrei"[55] de 1975 (a primeira havia sido "O Inspetor- Geral"[56], de 1974). Escrevi cerca de três artigos sobre a experiência no "Asdrúbal Trouxe o Trombone" e a importância do cenário teatral brasileiro da época[57]. Eu acompanhava o grupo de teatro, escrevia a respeito, e isso dialogava com os cursos de literatura que eu realizava na PUC do Rio de Janeiro.

Nós estávamos no período mais brutal da ditadura, durante a presidência de Emilio Garrastazu Médici nos anos de 1969 a 1974. Ingressei na PUC em janeiro de 1972, e tive amigos e amigas sendo presos, torturados, desaparecendo. Eu participava do movimento estudantil, mas ainda não tinha me organizado; depois participaria do PCB (Partido Comunista Brasileiro) ainda no período da clandestinidade. Mas em 1973, ainda buscava compreender as disputas, porque eu era persuadido por todos os discursos dos meus colegas do movimento estudantil. Eles se criticavam mutuamente, e eu não compreendia exatamente os pontos de divergência. Eu me dei conta de que era muito ignorante, como era natural, não apenas pela idade, posto que eu tinha 17 anos, mas porque minha formação, na época, era um investimento descompromissado em literatura e análise literária. Eu tinha uma ou outra leitura em política histórica, mas isso era secundário. Apesar disso, senti necessidade de entender, afinal de contas, por que havia essas divergências e quais eram seus fundamentos e suas alternativas, porque a Vila dos Diretórios, como nós chamávamos na PUC, no campus da Gávea, da rua Marquês de São Vicente, era povoada por várias organizações clandestinas, e por isso essa "Babel" que me inquietava.

Então, antes de tomar partido propriamente, eu achei que tinha de fazer um mergulho na leitura de história e teoria social, e realizei cursos na graduação de Ciências Sociais da PUC. Cursava como aluno "ouvinte", mas tive de me distanciar um pouco das aulas da literatura. Os professores entendiam que seria suficiente

54 Grupo "Asdrúbal Trouxe o Trombone", fundado em 1974 por Regina Casé e Hamilton Vaz Pereira. Sob influência estética do Monty Python, o coletivo carioca renovou a comédia brasileira, marcando a transição da dramaturgia nacional para uma linguagem jovem e experimental.

55 Peça teatral de 1975, fruto da parceria com o Asdrúbal Trouxe o Trombone. O título é um trocadilho e a obra aprofundava a experimentação estética e a irreverência.

56 Adaptação da obra de Nikolai Gogol, foi a primeira incursão de Luiz Eduardo Soares na dramaturgia, realizada em colaboração com o grupo Asdrúbal Trouxe o Trombone. A montagem, que marcou a estreia do grupo, transpôs a sátira russa sobre a corrupção burocrática para o contexto brasileiro, evidenciando precocemente o interesse do autor pela crítica institucional.

57 Ver: SOARES, Luiz Eduardo. "Asdrúbal e o rumoroso caso do ator que falou em felicidade ou: Felicidade em sol maior trombone ou: (papeis estão em ordem, a quem entrego a conta?)". In: FREIRE Filho. João. (Org.). Ser Feliz Hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 01, p. 275-290.

eu apresentar e discutir os autores no trabalho final do curso de Letras e que não seria necessária minha presença em sala de aula. Fui autorizado a seguir para a pós-graduação em Literatura, curso que dialogava com o de Ciências Sociais, e isso cumpriria um duplo objetivo: eu permaneceria vinculado com a teoria da literatura e, ao mesmo tempo, começaria a adquirir mais intimidade com as Ciências Sociais. Fui aceito também pelos professores da pós-graduação, então eu fiz a graduação e o mestrado em Literatura. Como o curso utilizava muito Lévi-Strauss e outros autores fundamentais da antropologia, bem como Lacan e um pouco de Derrida, autores que eu já lia bastante na adolescência, eu me movia ali com certa facilidade, e isso me abriu as portas. Portanto, foi um curso muito interessante e inusitado, porque eu fazia um compósito, um "*pot-pourri*", com um pouco de Ciências Sociais e um pouco do mestrado em Literatura.

Fiz o exame para o Museu Nacional em 1975, para a Antropologia. Antes disso, eu trabalhei no IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), sediado no Centro João XXIII, ligado aos jesuítas, e havia estudado no Colégio Santo Inácio, localizado em Botafogo, no Rio de Janeiro, também ligado aos jesuítas. Além disso, participei de um grupo de pesquisa muito interessante, no qual aprendi, muito composto pelo Luiz Costa Lima, que era meu professor na PUC, o Eduardo Viveiros de Castro, que é um pouco mais velho que eu e estava na graduação em Ciências Sociais, e depois logo ingressou no Museu Nacional para fazer uma "estrada" na Antropologia, e o Padre Paulo Menezes, que era também etnólogo e escreveu sobre mitologia "irantxe". A partir de 1973, fazíamos seminários, e meu papel no grupo de pesquisa era fazer os fichamentos das leituras do Lévi-Strauss. Durante muitos anos da minha vida, antes do computador, estudei utilizando fichas em que reproduzia as frases-chave de cada capítulo e fazia resumos, indicando por páginas os temas tratados. Tenho um arquivo de fichas bem detalhadas de muitas obras, por exemplo, as do Lévi-Strauss, os três livros de *O Capital*, de Karl Marx, página a página. Realizei um grande investimento na organização dos estudos e isso me ajudou bastante. A interlocução com eles era excelente e amistosa, e eu aprendi muito com eles nesse convívio.

Paralelamente, tive de tomar uma decisão muito difícil. Me casei muito cedo, em 1972, com 17 para 18 anos, e a decisão difícil foi entre o teatro e a universidade. Na verdade, eu via isso como uma decisão entre o teatro ou a política, porque a universidade era um esforço de identificação de caminhos, o qual eu já antecipava que me levaria a uma militância em uma direção ou outra. Naquela época, entendíamos o teatro como uma prática experimental, uma experiência de imersão. Passávamos o dia no ensaio, que era igualmente uma criação coletiva. Tratava-se de uma dedicação completa, uma forma de vida, e era absolutamente impossível conciliá-lo com o estudo, que eu levava muito a sério, com a leitura sistemática e o fichamento. Infelizmente, foi muito difícil para mim, porque eu adorava o convívio

com a turma e a atividade, e sonhava em um dia voltar. Ao longo dos últimos 15 anos, cheguei a escrever duas ou três peças. Uma delas, intitulada *Assim na Terra como no Céu*, será encenada, sob a direção de Marcus Vinícius Faustini. Ele também dirigiu uma peça minha em 2013, se não me engano, chamada *Entrevista com o Vândalo*, em torno das manifestações de 2013, e uma outra, o *Confronto* [*Sangrenta Madrugada Sangrenta*][58] com Márcia Zanellato e Domingos de Oliveira, lançada em 2010. O teatro sempre foi uma das possibilidades para mim, pois eu tinha essa ligação muito intensa. Foi difícil, mas era necessário, e essa foi a decisão.

No Museu Nacional, além dos textos sobre teatro, escrevi sobre poesia, religião, e sobre a prática da psicografia, pois me interessava pelos fenômenos do êxtase e da mediunidade. Cheguei a escrever uma pesquisa que nunca foi publicada, mas que ainda quero publicar e um dia vou retirar dos arquivos, sobre a colônia espiritual descrita no livro *Nosso Lar*[59], mostrando analogias muito interessantes. Nos anos 1970, os autores brasileiros mais lidos eram o Jorge Amado e o Chico Xavier. Nos presídios, o Chico Xavier era o mais lido, e eu me perguntava como era possível que nós, que pretendíamos estudar o Brasil e a cultura brasileira, ignorássemos por completo a produção bibliográfica do Chico Xavier, que à época já era uma produção notável, com mais de uma centena de livros psicografados, ditados pelo espírito André Luiz. Resolvi então fazer uma incursão nessa área e ler alguns livros dele. O professor Roberto DaMatta propôs este tema como pesquisa para a minha dissertação de mestrado, mas julguei ser melhor esperar e realizei o trabalho de pesquisa sobre o campesinato posteriormente. Mas esse trabalho sobre o Chico Xavier, o André Luiz e particularmente o livro *Nosso Lar* foi significativo para mim, porque eu mostrava uma impressionante analogia com Plínio Salgado e o ideário integralista. A cidade descrita pelo livro *Nosso Lar* é integralista, organizada em torno do princípio do corporativismo e da distinção entre profissões, e era regulada pelo bônus-hora, que era a moeda local e cumpria um certo papel. Quando me dei conta de que isso acontecia, passei a ler alguns materiais que tratavam da proximidade dos militares brasileiros com o positivismo e derivei daí a ligação com o kardecismo, porque entre positivismo e kardecismo havia muitas conexões. O kardecismo é uma religião que se considerava fundada em princípios científicos, e há muitos elogios ao positivismo. Então, foi possível compreender a proximidade dos militares com o kardecismo, pela mediação do positivismo. Havia igrejas positivistas que eles frequentavam, o que contribuiu para a sua associação ao kardecismo. É muito curioso, e acredito que agora é o momento de publicar esse estudo, que permanece nos meus arquivos desde 1976.

58 Livre adaptação para o teatro do livro de Luiz Eduardo Soares, A. Batista e R. Pimentel, *Elite da Tropa*.

59 Livro psicografado por Francisco Cândido Xavier (Chico Xavier), ditado pelo espírito André Luiz. XAVIER, Francisco Cândido (Pelo espírito de André Luiz). *Nosso Lar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1944.

É interessante a produção do Chico Xavier e o seu impacto popular, e a exibição recente dos filmes [referentes ao livro *Nosso Lar*[60]] a reanimou.

Havia também, do ponto de vista cultural e político, descontinuidade e contradição entre esses ambientes que eu frequentava, o que sempre foi objeto para a minha reflexão e para a construção do meu caminho na política e no campo intelectual. A minha turma do teatro não era anarquista no sentido de professar o anarquismo, não liam Bakunin, não discutiam a problemática do anarquismo etc. Eles eram "espontaneamente anarquistas", com posição democrática radical, antiditadura, mas consideravam o mundo socialista, comunista, marxista como excessivamente "careta", e não tinham nenhum interesse maior. Suas opiniões sobre o futuro do Brasil e do mundo naquela oportunidade eram pouco críveis ou consistentes, e eu não conseguia dialogar sobre política com eles. Por outro lado, o meu grupo de referência na política, embora com alguma divergência, se posicionou por um comunismo anti-stalinista, de forte inclinação gramsciana, que flertou com o eurocomunismo, e com a social-democracia na Europa, se comunicando com a tradição comunista resistente ao stalinismo. Eu me identificava muito com esse grupo do ponto de vista da leitura do processo histórico brasileiro, da situação que vivíamos e das bandeiras de luta. Quase fui para a luta armada naquele momento de indecisão, porém, me convenci de que era um equívoco. Eu defendia o processo de redemocratização com ampla anistia, geral e irrestrita, com Constituinte, mobilização social das massas etc., que foi a posição do "partidão" (PCB) e que acabou predominando. Resumindo, eu também os considerava muito "caretas" do ponto de vista estético existencial, mas eram pessoas generosas pelas quais eu sentia também afeto, com reconhecimento das respectivas virtudes.

Ousei realizar uma festa de aniversário convidando ambos os grupos. Foi um grande equívoco, que explodiu no momento em que um psiquiatra neostalinista tentou "curar" um ator gay. Naquele momento, a situação já estava estranha, porque o cheiro da maconha criava uma ambiência nebulosa que infestava a casa, mas que para mim era natural. Era meu grupo geracional e meus amigos, mas, de outro lado, isso chocava quem considerava esse tipo de prática tipicamente pequeno-burguesa e alienada. Percebi que aquela "*détente*" não impediria a sequência da Guerra Fria. A guerra quase se concretiza e eu, nos anos subsequentes, tive de substituir a festa unitária por duas reuniões para viabilizar a manutenção dos laços de ambos os lados. Isso foi mais do que apenas um evento engraçado e revelador, porque eu tinha de "dar esse laço" na minha cabeça na organização de valores e de visão de mundo entre a tradição contra cultural e libertária que se

60 Filme com roteiro baseado em livro homônimo: NOSSO Lar. Direção: Wagner de Assis. Produção: Iafa Britz. Rio de Janeiro: Cinereview; Fox Filmes do Brasil, 2010. 1 videodisco (103 min). NOSSO Lar 2: os mensageiros. Direção: Wagner de Assis. Produção: Iafa Britz. Rio de Janeiro: Star Original Productions; Cinética Filmes, 2024. 1 videodisco (111 min).

expressaria em 1968 com muita força, e uma tradição mais ortodoxa ou realista que pisava no solo firme de um processo político que se institucionalizaria. Como compatibilizar um socialismo com bases realistas, sem sectarismo, mas ao mesmo tempo consistente ideologicamente (assim eu pensava) com as pautas libertárias das mulheres, do mundo gay (à época não se dizia LGBTQIA+), do livre uso do corpo, da liberdade plena, da legalização das drogas etc.? Então, essas sempre foram as minhas pautas: a emancipação reunindo o libertário, que era herança de 1968 e do movimento jovem dos anos 1960, com a institucionalização social na direção do socialismo. Como reunir a dimensão "careta" da institucionalidade com essa dimensão libertária da forma de vida? Essa conjunção sempre esteve presente em mim e marcou minha militância e meu trabalho.

Assim, os primeiros artigos foram sobre poesia, teatro, psicografia. O texto "O Autor e seu Duplo" (1979) eu publiquei na Revista Religião e Sociedade[61], e também escrevi dois trabalhos sobre futebol[62]. Eu publicava na Tempo Brasileiro[63] e na Revista de Cultura Vozes[64]. A Tempo Brasileiro era ligada ao campo da esquerda no Rio de Janeiro, e a Revista de Cultura Vozes ligada aos católicos de esquerda, e era uma revista frequentada por lacanianos e pelo marxismo estruturalista althusseriano. Então, esse foi o meu campo e meus interlocutores. Claude Lévi-Strauss e Karl Marx, Sigmund Freud e Jacques Lacan, literatura e teatro, e a militância na resistência à ditadura. Eu fazia a composição possível.

Pedro Vasques: Era exatamente sobre isso que eu queria perguntar. Qual foi o impacto dessa militância na resistência à ditadura e depois na transição para esse movimento entre literatura, de um lado, e ação e reflexão política, de outro?

Luiz Eduardo Soares: Na literatura eu permaneci fiel às intuições e à empatia espontânea que sempre senti pelo que na época chamávamos "vanguarda", depois "formalismo", mas fui refratário, visceralmente, à "caretice" do realismo socialista.

61 SOARES, Luiz Eduardo. O autor e seu duplo: a psicografia e as proezas do simulacro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 55-80, out. 1979. Este foi um dos primeiros artigos a tratar a psicografia sob a lente do pós-estruturalismo, analisando a "dissolução do autor" em Chico Xavier, e é o momento em que Soares articula o marxismo estruturalista (Althusser) com a psicanálise (Lacan).

62 SOARES, Luiz Eduardo. Futebol e Teatro, Notas para uma Análise de Estratégias Simbólicas. *Boletim Museu Nacional Antropologia*, v. 33, p. 1-23, 1979. Neste artigo, Soares analisa o campo de futebol como um palco de representações sociais, argumentando que, tanto no teatro (como o que ele fazia no Asdrúbal) quanto no futebol, existem "estratégias simbólicas" que permitem ao brasileiro lidar com as regras, a sorte e a identidade nacional.

63 SOARES, Luiz Eduardo. Contribuição ao Estudo de Wilhem Reich. *Tempo Brasileiro*, v. 36/37, p. 5, 1974.

64 SOARES, Luiz Eduardo. Super-Heróis: O Poder Elevado ao quadradinho. *Cultura Vozes*, v. LXX, p. 33-40, 1976. E, SOARES, Luiz Eduardo. Uma Peça para Trombone. *Cultura Vozes*, v. LXIX, p. 39-52, 1975.

Não era um apreciador de György Lukács, embora admirasse a engenhosidade de análise e a sofisticação de alguma reflexão filosófica, mas não me filiava a essa linha. Me interessava pelo surrealismo, pelo dadaísmo, pelo modernismo brasileiro retomado ali em 1967 e 1968, por Glauber Rocha e Zé Celso, pelo "live theater", por Jerzy Grotowski, por Samuel Beckett, pelos concretos... Essa foi a minha formação. Isso me aproximava dos meus amigos do teatro e me separava da tradição comunista do ponto de vista da estética e das formas de vida, mas não quanto à análise das conjunturas e às prospecções dela oriundas. Então, pude conjugar alianças e amizades, de um lado, e disposição militante na política, de outro, ao mesmo tempo convivendo com a diferença, o que nunca foi um problema para mim, porque isso fazia parte da minha trajetória. Não por acaso procurei a antropologia. Eu observava com distanciamento, mas sem superioridade e arrogância (do contrário eu sequer seria aceito no grupo), e o compreendi como uma construção cultural que proporcionava sentido à vida daquele meu grupo, da mesma forma como estudei os grupos kardecistas ou a Umbanda com suas experiências mediúnicas sendo ateu, pois era capaz de conviver com esses mundos variáveis.

Do ponto de vista da defesa de propostas políticas, eu era aliado dos valores libertários e de uma democracia o mais radical possível, que abrigasse o exercício das liberdades no sentido mais amplo possível, na direção da redução de desigualdades etc. Isso tudo fazia sentido, mas exigia um esforço de centramento, de deslocamento, digamos, de afastamento de mim mesmo para me ajustar àqueles códigos e respeitar a gramática vigente sem negar minhas convicções. Então eu andava com cabelo e barba compridos, calça vermelha e todo tipo de figurino que seria típico do movimento hippie e que fazia com que eu me sentisse confortável com meus amigos do teatro, nas reuniões com os adeptos de Luiz Carlos Prestes e outros. Eu sabia que aquilo causava embaraço, mas eu não fazia para chocar, pois era meu modo de ser e minha forma de vida. Não julgava necessário me justificar e não foi uma manifestação, porque estava incorporada. Pensando hoje, sei que isso trouxe consequências, mas não me arrependo, porque se eu fizesse qualquer concessão à expectativa eu ia me sentir traindo o que para mim era fundamental. Então, eu era esse sujeito "esquisito", que anda como um hippie, como um alienado, mas não era de fato. Um "cara legal", diriam meus amigos "caretas", "ele encaminha bem as propostas nas assembleias", e do outro lado, diriam "ele tem essas convicções comunistas esquisitas, mas é um cara legal, transita bem e não cria problema para nós". Era um "estrangeiro" em todas as terras, todos os lados, à margem das classificações.

Pedro Vasques: Você acredita que esses deslocamentos que você foi obrigado a produzir também encontraram reflexos nesse movimento que você fez da literatura para a antropologia? Ou foi um percurso natural, olhando para essa forma de entender o que era o teatro ou o kardecismo, por exemplo? E, sobretudo, que-

ríamos também entender, nesse deslocamento, como se deu o diálogo com o seu orientador, Otávio Velho.

Luiz Eduardo Soares: Houve dois fatores importantes na época, um bastante pragmático e o outro por afinidades eletivas, digamos assim. Afinidades eletivas porque a antropologia me pareceu um espaço reflexivo muito interessante para conviver com a pluralidade de mundos e para desconstruir o que parecia natural para cada grupo. Eu fazia análise como paciente. Pensei várias vezes em me dedicar e me tornar psicanalista, mas disse para mim mesmo, e repito até hoje com toda a convicção, que eu não tinha, não tenho e não terei coragem pra isso. Mexer com a cabeça de alguém, com essa autoridade e o suposto saber, é uma coisa que me amedronta. Mas enfim, fazia análise como paciente, então tudo isso também era processado. Assim, por uma afinidade relativa, a transição da literatura para a antropologia pareceu-me bastante natural.

Já o fator pragmático era o seguinte: havia um consenso no meu grupo de referência (eu me refiro àquele grupo no qual eu trabalhava como pesquisador assistente, do Eduardo Viveiros de Castro, do Luiz Costa Lima, do Paulo Menezes), assim como entre os meus amigos (fui colega de turma na literatura da Ana Cristina César, do Geraldinho Carneiro, do João Carlos Pádua, falecido em 2009, poeta também, aluno da minha querida professora e amiga, Vilma Reyes, que foi casada com Fausto Cupertino, que é uma pessoa muito querida e que eu admirava muito, dirigente do "Partidão", e que eu visitava na prisão). Havia nesses grupos uma convicção indiscutível de que o Museu Nacional era o melhor espaço das Ciências Sociais no Brasil, ou pelo menos no Rio de Janeiro, sem nenhuma dúvida. Mesmo que não fosse Antropologia, eu tenho a impressão de que eu iria para lá, porque se tratava de estudar no Museu Nacional, um local muito protegido, onde não havia repressão policial.

Eu comecei a trabalhar muito cedo, em 1974 e 1975, com 20 anos, 21 anos, lecionando em universidades privadas. Não havia o curso de Ciências Sociais, então ministrei aulas de História da Cultura e Cultura Brasileira em cursos de graduação em Comunicação, Turismo e Letras. Nós éramos contratados por hora-aula, e eu ganhava muito pouco, pois não havia pagamento por preparação de aula nem descanso semanal remunerado. E se não houvesse alunos no vestibular para o semestre seguinte, não haveria trabalho. Por isso, procurávamos acumular o máximo que podíamos de disciplinas e cursos em cada semestre, porque não podíamos contar com o seguinte, e não havia concursos para as universidades públicas na época ditadura militar, um fechamento muito grande.

Depois desse trabalho de pesquisa no Centro João XXIII e no IBRADES, com esse grupo ao qual eu fiz referência, meu primeiro trabalho foi lecionar no CUP, que tinha dupla acepção, Centro Unificado Profissional, que era o nome aplicado na

época, mas que pretendia se transformar em Centro Universitário de Pesquisa. Era o projeto da professora Amélia Jacobina Lacombe, que era uma diretora de área de Humanidades na PUC-Rio e foi demitida. Ela tinha uma família com muitos recursos, e um irmão empresário que resolveu apostar na criação de uma instituição privada. Assim, foi criado o CUP, com a perspectiva de que progressivamente se transformasse em um centro universitário. A Amélia contratou muitos ex-colegas da PUC-Rio. Nós tínhamos um grupo privilegiado nesses primeiros anos da instituição, que não durou muito porque se mostrou economicamente inviável. A instituição se situava em Jacarepaguá, porque se estimava que a cidade cresceria para a Zona Oeste, o que estava correto, mas fora de tempo: a previsão, feita por volta de 1974, foi antecipada, e surgiram competidores mais próximos das áreas onde havia mais procura. Por isso, se tornou um lugar muito distante. Eu tinha de tomar três ônibus para chegar até lá, pois eu não tinha carro. Era uma localização bucólica, muito interessante, para onde a cidade efetivamente cresceu, mas o investimento foi feito com décadas de antecipação, e isso levou ao fracasso. Nesses primeiros anos, o nosso grupo envolvia Adauto Novaes, o grande jornalista Jânio de Oliveira, o Eduardo Viveiros de Castro, Hélio Edmundo Santos Silva, Luiz Costa Lima, Luiz Jorge Werneck Viana, Yvonne Maggie, Ítalo Morricone, Beatriz Resende, David Linga, fotógrafos da área de jornalismo, Marcos Augusto Gonçalves, que posteriormente se tornou editor da Folha de São Paulo... e muito mais gente, de quem não estou me lembrando. Era um grupo muito especial, e fui admitido e lecionei lá, e esse foi o meu trabalho propriamente durante os anos subsequentes.

Mas o Museu Nacional era um espaço, eu dizia, protegido, porque os professores vieram dos Estados Unidos, da Inglaterra ou da França, tendo feito lá seus doutorados. A ideia de ser um museu já conferia uma certa imagem reclusa para os censores da ditadura. Eu sei que não vislumbravam ali nenhum problema, porque pensavam serem "aqueles caras pesquisando um passado mumificado", e de fato havia pesquisas linguísticas e pesquisas no arquivo. Enfim, por circunstâncias ainda a explicar, o Museu Nacional não foi alvo de repressão, ali se respirava muita liberdade, e os professores eram excelentes: Afrânio Garcia, José Sérgio Leite Lopes, o Eduardo Viveiros de Castro, que depois que tornaria professor lá, João Pacheco, Otávio Velho, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Roberto DaMatta, Antônio Siga, Castro Faria, Alfredo Wagner. Era um grupo muito interessante.

Pedro Vasques: Mas em especial a relação com o Otávio Velho, como se deu o diálogo, vindo você da literatura?

Luiz Eduardo Soares: Enquanto ainda era orientando do Otávio, nós nos tornamos cunhados, porque ele veio a se casar e ter um filho com a irmã da minha

esposa. Eu tive dois casamentos, tenho um segundo casamento com a Miriam Krenzinger, mas o primeiro durou 27 anos, com a Bárbara Musumeci. A irmã da Bárbara, Leonarda, foi esposa do Otávio, então nos tornamos cunhados e família.

Mas no início, minha primeira conversa com ele foi até difícil, porque não tive orientador acadêmico na minha trajetória de estudos, e tudo estava sendo fácil demais. Primeiro porque na PUC-Rio logo fui aceito no mestrado. Não que me sentisse alguém especial... Claro que, retrospectivamente, nós reinventamos o passado, mas, pelo retorno que eu tenho dos colegas que mantive a vida toda, creio que eu não era um sujeito que confiasse excessivamente em si mesmo e em sua sabedoria. Contudo, eu havia acumulado leitura e reflexão, de tal modo que parte da graduação eu já havia percorrido. Minha participação nos debates do mestrado demonstrava para mim, para os professores e para os colegas que eu podia estar ali, e aquilo se normalizou para mim.

Quando fui para o Museu Nacional, realizei o estudo sobre o kardecismo, na disciplina do Roberto DaMatta. Era um trabalho de cerca de 120 páginas, de fim de semestre, mas alentado e no qual investi bastante. O Roberto DaMatta gostou do estudo, me ligou, marcamos uma conversa, e ele fez uma proposta. Embora eu tivesse cumprido apenas quatro das oito disciplinas exigidas, ele acreditava que eu poderia apresentar aquele trabalho como dissertação de mestrado e, de alguma maneira, resolver o problema das outras disciplinas, e assim teria uma passagem mais rápida do que o Gilberto, que tinha sido mais veloz na sua própria formação. Fiquei muito feliz e gratificado, mas me perguntei se não estava rápido e fácil demais. Aí estão envolvidas questões psicanalíticas, porque hoje, se um orientando meu pudesse fazer isso, eu diria para ele defender logo sua tese, seguir adiante e fazer outras coisas se ele quisesse, e que não se freasse por achar que esse caminho que não é uma formação sólida.

De todo modo, fui conversar com o Otávio, para pedir que se tornasse meu orientador e expor a ele a minha situação, porque eu sabia que ele era ligado ao marxismo e também tinha essa proximidade com o "Partidão". Eu achava que precisava ler Marx em profundidade, me expor ao que não conhecia, estudar o que não estava na minha linha de formação e enfrentar uma pesquisa de campo, o que seria difícil para mim, por acreditar que talvez isso fizesse parte da formação (quase que uma espécie escarificação no ritual de passagem, como um cristão culpado, jesuítico). Eu perguntei o que ele achava daquela situação, se devia defender aquele mestrado ou se seria melhor seguir um caminho mais lento e passar a ler o que eu considerava importante e ainda não tinha lido, passar por uma experiência de pesquisa de campo etc. Eu esperava que ele me ajudasse, mas ele respondeu como um oráculo ou sábio oriental, que devolve a pergunta para um incauto ou neófito: "Isso é uma coisa que só você pode saber".

Eu voltei para casa inteiramente perdido e acabei decidindo não aceitar a proposta do Roberto DaMatta e me apresentar ao Otávio para ser orientando dele e fazer um trabalho com campesinato. Então, fui para a região da Amazônia Legal, e por indicações diversas cheguei a esse grupo. Fui com o Otávio, com a Patrícia Birman e com a Leonarda Musumeci. Nós fomos para o campo juntos, fizemos uma entrada por São Luís, mas depois passamos por outros locais e nos separamos. Eu fiquei em Pedreiras e na Comunidade Bom Jesus, que ficava a cerca de doze quilômetros da cidade mais próxima. A Patrícia foi para outro espaço, Leonarda foi para outra cidade, e o Otávio seguiu seu rumo. Então, ali nós nos separamos. Eu fiquei cerca de dois meses, e depois voltei mais um mês, e disso resultou a tese (ou dissertação), que é o meu primeiro livro. A segunda parte da tese é dedicada a uma leitura de Marx e a uma proposta de diálogo com a questão agrária no Brasil. Assim, cumpri, digamos, minha "via crucis" para me sentir legitimamente ungido com o atributo profissional que decorria da aprovação final. E o Otávio é um sujeito brilhante, inteligentíssimo. Com ele eu pude experimentar exatamente a aproximação com aquilo que eu ignorava e achava que precisava conhecer. Ele é uma pessoa muito bem formada, informada e capaz, então foi muito bom, e depois nos aproximamos mais pessoalmente. Ele se tornou meu cunhado e nós sempre fomos amigos, e o somos até hoje.

Pedro Vasques: Luiz, desculpe, não sei se você quer concluir, mas gostaria de direcionar a entrevista para outro deslocamento que você fez no doutorado. Você foi da literatura para a antropologia e seguiu para a ciência política, com o Wanderley Guilherme dos Santos, quando você desenvolveu uma tese sobre Hobbes, em que propôs uma leitura dramática da política e, ao defender a desmilitarização das polícias, você fez um tensionamento com o próprio conceito de soberania. Então, o que gostaríamos de entender é como esse jogo que você faz entre os campos disciplinares e a própria opção pela ciência política no doutorado interfere na sua trajetória e o auxilia em alguma medida nas suas reflexões e trabalhos de pesquisa seguintes.

Luiz Eduardo Soares: Sim, mas essa não foi uma transição voluntária. Eu fui reprovado no exame para o doutorado no Museu Nacional, e foi muito curioso, porque a banca era composta pelo Luiz de Castro Faria, Lygia Sigaud e Gilberto Velho. O Otávio havia ingressado como *Visiting Professor* na Universidade de Stanford (EUA), e nos comunicávamos por carta. Eu não pensava em outra coisa senão seguir o doutorado no Museu Nacional, como seria o natural para mim. Eu havia passado no mestrado em 1975, havia 98 candidatos e eu passei em primeiro lugar. Eu tinha um certo reconhecimento e uma trajetória muito boa, do que presta testemunho a generosa oferta do Matta a respeito daquela minha pesquisa, então

eu possuía todas as condições para crer que eu passaria, sem nenhuma dúvida. Não porque eu fosse melhor do que ninguém, mas sim porque havia mais vagas do que candidatos! Eu havia feito ali o mestrado, minha tese havia sido publicada como livro, e eu tinha um bom relacionamento com as pessoas, então não havia razão para pensar que seria reprovado. O meu projeto estabelecia o diálogo crítico e recíproco entre o marxismo gramsciano e as teorias da cultura na antropologia. A avaliação era feita a partir do currículo, do projeto e da entrevista. Eu não tinha sido aluno nem do Luiz de Castro Faria, nem da Lygia Sigaud, mas sim do Gilberto Velho, que me aprovou. Foi ele, inclusive, que anunciou que eu havia sido reprovado. Ele me telefonou, dizendo que estava muito chateado, pois o resultado era contra o voto dele, que ele achava uma pena, e foi muito gentil. Então, eu sei que os votos ali foram os da Lygia Sigaud e do Castro de Faria.

Eu fui muito desarmado para a entrevista, no sentido de que fui com o espírito de querer aprender e crescer, e não ficar defendendo os meus argumentos. Se estivessem errados, não havia nenhum problema, pois eu estava ali justamente na perspectiva de submeter o que eu estava pensando à crítica, até porque eram hipóteses exploratórias. Por isso, foi um baque muito grande para mim. Logo no início, o professor Castro Faria – que se dava bem com os marxistas da casa, mas era uma pessoa bem mais idosa e ultraconservadora, não gostava de Lévi-Strauss, embora tivesse participado de sua expedição, era bastante autoritário e falava, em geral, em um tom elevado – me perguntou (e foi basicamente essa a intervenção dele na entrevista): "Meu filho, que idade você tem? " Eu não lembro a idade que eu tinha, mas era algo em torno dos 20 e pouquinhos anos. E ele perguntou: "Você sabe com quantos anos Bourdieu escreveu seu primeiro trabalho teórico? " Eu falei: "Não, professor". E ele disse que havia sido por volta dos 40, e perguntava: "Como é que você tem a petulância de querer propor uma discussão teórica? "

Bom, eu me recolhi à minha inferioridade. A correlação de forças não era muito propícia a qualquer insistência, mas enfim, achei desrespeitoso e despropositado, porque ele não argumentou, nem demonstrou a incoerência ou a fragilidade do que eu propunha, até porque eu fazia uma aproximação, apresentando as teorias de cá e de lá e mostrando os choques e a riqueza que poderia provir de uma comparação mutuamente crítica. Ele não entrou em detalhes nem discutiu conteúdo, apenas considerou um acinte que uma "criança" daquela idade tivesse a petulância de propor aquilo, e não repliquei. A Lygia disse que achava que eu estava querendo arrombar portas abertas, pois aquilo já estava resolvido e não havia questão nenhuma ali, e foi isso. Mesmo assim, pensei: "Eles detestaram o meu projeto e vão dar uma nota muito ruim para ele, mas a outra nota é para o currículo. Então, se eu tiver o 5, estou aprovado, já que há muito mais vagas do que candidatos". Mas a resposta foi negativa e fui reprovado. Depois eu soube que havia um problema interno. Sempre há disputas, e eu não sabia muito bem

onde eu estava pisando nesses conflitos. Mas não admito que as pessoas falem em "política departamental", e sempre tive uma implicância muito grande com isso. Sempre dizia para meus colegas que não acredito que haja política do pequeno número. No pequeno número você tem neurose familiar: questões de amor, inveja, ciúme, cobiça do parceiro alheio... E o conflito tende a se personalizar. Nós damos o nome de política porque é mais nobre e respeitável.

O fato é que eu, que eu tenho 71 anos e sou professor há 50 anos, eu não consigo concordar com essa reprovação. Por princípio, creio que, em uma instituição que é sustentada publicamente, havendo quem queira estudar e tenha demonstrado disposição de fazê-lo respeitosa e produtivamente, e não havendo competição e, portanto, possibilidade que essa aprovação implique a reprovação de terceiros, seja injustificável que você obste o caminho de alguém. Nunca fiz isso na vida e não consigo entender algo assim. Não faz sentido, mas, enfim, aconteceu. Você pode imaginar que eu levei um choque devido a minha trajetória, que era super positiva (entrei na graduação e já fui para o mestrado, passei em primeiro lugar no Museu Nacional, meu primeiro trabalho maior foi convidado para se tornar tese etc.) E aí esse baque. Mas tentei ver outras alternativas. Como a gente costuma falar em um ditado popular que cabe aqui, temos de "tentar fazer do limão a limonada" e seguir adiante.

Após esse episódio, contei muito com solidariedades, às quais eu sou muito grato até hoje. A professora Ruth Cardoso ofereceu-se para me receber como seu orientando na USP, onde sequer seria necessário concurso, porque os professores tinham autonomia para compor o seu grupo de orientandos. O professor Roberto Cardoso também me convidou para que eu fosse para Brasília. Ele havia fundado o Museu Nacional e era o diretor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), onde estava criando o programa de doutoramento que depois foi bloqueado pelo reitor, que era aliado à ditadura e vetou o projeto. Porém, naquele momento, ele tinha certeza que ia dar certo, então me convidou para ir a Brasília, entrar no doutorado lá e participar como seu auxiliar de uma pesquisa sobre contato interétnico na periferia de Manaus. Fiquei animadíssimo com todas essas possibilidades. Não me lembro qual veio primeiro, mas aceitei imediatamente. Contudo, o professor Roberto Cardoso teve o seu projeto cancelado por conta desse reitor que era cúmplice da repressão. Quanto à oferta da professora Ruth Cardoso, eu soube que a FAPESP não concederia bolsa para quem residisse no Rio de Janeiro. Eu não tinha como me mudar para São Paulo, pois estava já com uma ou duas filhas, além do meu trabalho. Seria inviável para mim, pois a bolsa não oferecia maiores garantias em termos de extensão. Certo ou errado, decidi não ir. Mas isso me fez muito bem, e eu fiquei muito grato a ambos, que, curiosamente, são da mesma família. Fernando Henrique Cardoso, esposo da professora Ruth Cardoso, é irmão da esposa do professor Roberto Cardoso

de Oliveira, então havia essa conexão, e provavelmente a Ruth Cardoso soube de mim pelo Roberto Cardoso. Mais adiante, eu fui colega do professor Roberto Cardoso na Unicamp, como já mencionei anteriormente.

Diante desse quadro, pensei: "Bom, eu não vou poder ter bolsa, porque estou trabalhando e não é possível combinar, e nem é possível viver só da bolsa, que é muito pouco para viabilizar a vida aqui no Rio de Janeiro, então tenho que continuar trabalhando nas aulas" (eu dava aula de manhã todos os dias, de 7h às 12h). Então, fui para o IUPERJ, que era a outra instituição de pós-graduação de alto nível que havia no Rio de Janeiro além Museu Nacional. Eu não tinha nenhuma relação com o IUPERJ, mas pensei: "Tudo bem, vou passar a aprender outras linguagens, vocabulários e perspectivas, e vai ser um aprendizado". Passei em primeiro lugar no concurso, fui super bem recebido, e logo recebi uma bolsa para realizar um período sanduíche em Columbia, Nova Iorque, pela Fulbright. Além disso, logo que ingressei no IUPERJ, fiquei muito impactado com as aulas do Wanderlei Guilherme dos Santos. Foi um grande momento. Encontrei lá também outras figuras incríveis, como o notável César Guimarães. No final do meu primeiro ano, fiz um trabalho de qualificação, em que escolhíamos entre dois ou três temas e tínhamos uma semana para escrever e entregar o trabalho. O meu foi bem-sucedido e muito bem avaliado, e suscitou essa bolsa Fulbright, com uma indicação especial do IUPERJ.

Depois de ler esse trabalho, o professor Wanderlei me chamou a sua sala e me convidou para trabalhar como professor no IUPERJ. Ele disse que conseguiria que isso se realizasse, mas não de imediato, devido a questões econômicas, orçamentárias e todo um procedimento institucional, então eu teria que esperar um tempo, que ele não podia prever exatamente. Porém, eu tinha acabado de fazer um concurso para a Unicamp em que fui aprovado, para ser professor do conjunto de Antropologia, substituindo o professor Peter Fry, que estava indo lecionar no Museu Nacional. Ele foi uma grande figura, me tornei amigo dele, e foi uma honra substituí-lo. Ali, pude conviver com pessoas maravilhosas, Mariza Corrêa, seu esposo Plínio, Manuela Carneiro da Cunha, Mauro Almeida, para citar só alguns colegas professores. Assim, fui para a Unicamp, porque a hipótese do IUPERJ estava no horizonte, mas não se concretizaria logo, e lá permaneci durante vários anos (1983-1987). Quanto ao trabalho, depois o publiquei. Primeiramente, ele foi publicado pelo próprio IUPERJ[65], e depois no meu livro *Legalidade Libertária*[66], de 2006, mas é um trabalho feito no início dos anos 1980, e tratou do conceito de desobediência legítima em alguns autores (Hobbes, Locke, Hume, Rousseau, Stuart Mill e Burke). Foi um trabalho muito interessante, e eu pretendo republicá-lo em

65 SOARES, Luiz Eduardo. *As bases da desobediência legítima segundo Hobbes, Locke, Hume, Rousseau, John Stuart Mill e Burke*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

66 SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade Libertária*. Rio de Janeiro: Lumen-Juris, 2006.

breve, porque é bem longo, com quase 100 páginas, e a síntese que ele faz sempre me ajudou nos cursos que dei ao longo da vida.

A trajetória no IUPERJ foi muito enriquecedora e gratificante. Eu tinha uma visão muito negativa sobre o positivismo que marcava o institucionalismo da ciência política norte-americana, com impacto na brasileira, e não só não alterei essa visão, como a aprofundei e radicalizei. Esse confronto tem sido para mim importante, assim como a incursão em um saber com perspectivas com as quais não me identificava, para justamente elaborar uma posição de contraposição. Eu acabo de participar do ciclo "Mutações", que o Adauto Novaes organizou no Sesc São Paulo[67] e na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Minha conferência foi justamente um diálogo crítico com o liberalismo e o positivismo utilitário, e como esse embate não está vencido, datado ou ultrapassado, mas continua relevante e pertinente, e isso marca a minha produção e as minhas pesquisas.

A minha tese de doutorado sobre Hobbes[68] não foi lida por ninguém, salvo por meu orientador, e, eventualmente, talvez por algum membro da banca de doutorado. Eu sei que dois não leram, mas eram cinco, então, além do orientador, mais dois certamente leram. Acho que uma ou outra pessoa talvez tenha lido, mas, sinceramente, acho que não foi lida por ninguém. Fica aqui também o meu registro crítico relativo à Editora da Unicamp. Eu sou extremamente grato por ela ter acolhido e publicado essa tese de doutorado, o que foi muito importante para mim. Eu fiquei honrado e feliz, mas também muito triste, porque a publicação correspondeu a um sepultamento. Nunca houve distribuição de nenhum tipo, era difícil consegui-la mesmo indo à Unicamp. Muitos anos depois, a Editora da UFMG, que era muito ativa e interessante, fazia livros ótimos e tinha uma distribuição razoável, e cuja editora era a Heloísa Sterling, me convidou para republicar a tese por ali. Eu aceitei de imediato, e eles se comunicaram com a Unicamp, que negou a cessão do livro, porque ainda havia unidades não comercializadas. Claro, não havia distribuição! Eu fiquei de mãos atadas: não podia republicar, porque ainda havia unidades, mas essas unidades jamais seriam distribuídas e vendidas, então a tese ficaria encalhada. Parece que agora as teses serão divulgadas e publicadas virtualmente, pelo que me disseram. Tomara que seja verdade e que alguém eventualmente se interesse pelo trabalho.

Você pode imaginar: é um trabalho de ourivesaria conceitual, e que parece inteiramente fechado em si mesmo e sem função nem lugar. Creio que não seja bem assim, mas eu teria de fazer uma longa explicação para justificar tamanho investimento na elaboração daquela tese. Essa conferência à qual eu fiz referência de alguma

67 Ciclo "Mutações Constelações Imaginárias", ocorrido em 12/09/2025, com curadoria de Adauto Novaes, no Centro de Pesquisa e Formação, SESC-SP.

68 SOARES, Luiz Eduardo. *A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido*. Ano de obtenção de título de Doutor: 1991. Orientador: Wanderley G. Santos.

maneira procura fazer isso: retomar pontos da tese e demonstrar o seu eventual interesse e pertinência. Mas se um orientando ou orientanda tivesse uma ideia infeliz como essa, eu sugeriria que a pessoa buscasse outro caminho, porque é realmente um trabalho indigesto e difícil, uma vez que todos já escreveram sobre o autor ao longo de séculos. Há bibliotecas sobre isso, e é impossível dar conta delas. Portanto, você tem que tentar identificar os leitores que se converteram em referências e que fizeram escola, ou seja, autores em relação aos quais haverá pequenos desvios. A dinâmica da produção hermenêutica ou exegética sobre Hobbes é marcada por esses desvios de rota relativamente às leituras canônicas. Isso é o máximo que você pode inventariar, pois nem uma vida inteira dedicada a essa biblioteca daria conta do que você teria de ler, ordenar e reordenar. Assim, provavelmente, o que eu vi e achei muito original já terá sido dito dúzias de vezes, estará em estantes de universidades mundo afora, e esses livros nunca se encontrarão, nem no final dos tempos. Portanto, é um caminho pouco produtivo. Houve um rendimento teórico intelectual, com o qual eu procuro aprender e que eu eventualmente retomo, mas o estudo não contribuiu para o debate a respeito das questões candentes do nosso tempo, nem para as questões brasileiras, nem para os problemas que eram reconhecidos e que estavam no centro da filosofia política e da ciência política. Eu gosto do trabalho e ainda me reconheço ali, mas ele ficou perdido no tempo, nunca foi valorizado e retomado nem por mim mesmo, e não deu frutos.

Pedro Vasques: Deixando o Hobbes de lado, apesar dessa não tão intencional inserção nos vários campos do saber, você teve também uma grande circulação entre instituições. Você comentou da Unicamp e do IUPERJ, mas você deu aula em vários outros lugares. Para a nossa pesquisa, seria muito interessante entender de que maneira essas várias experiências como docente em instituições diversas e os interlocutores nesses espaços contribuíram para sua reflexão intelectual e formação profissional.

Luiz Eduardo Soares: Mas foram muito poucas. Se você olhar meu currículo, vai identificar a Faculdade Santa Doroteia, em Nova Friburgo, Gama Filho, no Rio de Janeiro, e o CUP, que, como já descrevi, foi a instituição na qual eu fiquei os primeiros anos da minha vida profissional, e depois supostamente se converteria em universidade, mas acabou fracassando economicamente e aquele impulso se desfez. Durante esse período, como não tínhamos contrato e trabalhávamos muito, e sempre com ansiedade e medo de não ter trabalho no semestre seguinte, eu aceitava todas as oportunidades que surgiam para dar aula. Portanto, eu dava aula de manhã, das 7h às 12h, no CUP, em Jacarepaguá, e depois ia à Piedade dar aula na Gama Filho à noite, em disciplinas como Teoria do Estado de cursos

de Direito, sobre questões das quais eu podia tratar. Era engraçado, porque delegados de polícia frequentavam as aulas de Direito, e até brincavam comigo e me ofereciam carona na viatura policial na saída. Eu fazia uma ginástica retórica impressionante, porque tinha de ensinar sobre Durkheim, Weber e Marx, e era um momento de repressão muito dura, com olheiros e delatores nas turmas. Por isso, a parte relativa a Marx eu lecionava no nível máximo de abstração, usando uma linguagem quase ininteligível para quem não fosse do ramo e escolhendo temas como subsunção formal e subsunção real, pois frequentemente amigos eram presos. Era uma tensão permanente, muito difícil. Nos sábados eu dava aula na Santa Dorotéia, em Friburgo, que fica a três horas daqui. Depois de ter dado aula até meia noite na sexta-feira na Gama Filho, em Piedade, eu ia para Santa Tereza, dormia, saía para a rodoviária às 5h-4h30 da manhã, e às 8h estava na sala de aula da Santa Doroteia em Friburgo, onde ficava até meio dia. Eu tinha muita energia, era super jovem, com uns vinte e poucos anos, mas não era fácil. Mas isso não significa que eu estivesse em várias instituições. Na verdade, eu lecionava no CUP e, quando surgiam outras oportunidades, nós corríamos atrás, e isso acaba entrando no currículo.

Da Gama Filho, eu me demiti em solidariedade aos colegas que foram expulsos. Nós estávamos terminando o semestre, e os colegas que já estavam lá (queridos amigos até hoje, Lincoln Pena, Roberto Amaral, Caetana, Hélio Ramalho Santos Silva) resolveram criar uma associação docente. Isso foi um ou dois anos depois da Revolução dos Cravos, em 1975 ou 1976. Era um sábado, eu estava na Assembleia para criar a associação, e a Caetana seria a nossa primeira presidente. Acho que ela era da Sociologia, uma intelectual, mulher negra, grande figura, liderança carismática, e pessoa maravilhosa. Ali, ela foi alvo de ataques racistas, quando a Assembleia foi ocupada pelo pessoal da Educação Física (a Gama Filho era considerada a melhor faculdade nessa área, então lá havia muitos lutadores de luta livre, pessoas que iam para a segurança privada, militares...). Essas pessoas que ocuparam a Assembleia haviam vindo de Portugal junto do Marcelo Caetano, salazaristas que haviam fugido para o Brasil e foram acolhidos no Departamento de Direito e convocados para ocupar espaço na Assembleia. O clima foi se tornando cada vez mais agressivo, até que um grupo invadiu o palco, roubou a ata, e começou a bater em nós, fisicamente. Então, nós levamos uma surra desses atletas fascistas e todos os nossos foram demitidos. Eu não fui porque não era conhecido, estava meu no primeiro semestre, então não me identificaram ali e não me demitiram. Porém, pedi demissão em solidariedade, e fiquei apenas um semestre ali por conta disso. Por isso, o trabalho em Friburgo era eventual, para cobrir despesas, e na Gama Filho houve apenas esse episódio, e esse período tão curto.

Eu estive mesmo no CUP, depois fui para a Unicamp (1983-1987) em um regime de contratação análogo a concurso público, o primeiro em que pude participar.

Da Unicamp, eu retornei ao Rio para ir para o IUPERJ, onde dei aula por treze ou quinze anos (1987-2000), e depois fui para a UERJ (1991-2017). Eu tive de me desligar IUPERJ porque tive de fugir do Brasil com a minha família. Deixei o governo do Rio de Janeiro, onde atuava como Subsecretário de Segurança Pública, na função de Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania, por sofrer ameaças de morte. Passei um ano fora do Brasil e dois anos fora do Rio de Janeiro. Ao retornar para o Brasil, segui para Porto Alegre para trabalhar na Prefeitura Municipal com o Tarso Genro, atuando como Consultor em Segurança Pública nos anos de 2001 e 2002. Esse é o período em que atuei na gestão pública. Mas o fato é que depois continuei lecionando na UERJ, para a qual eu havia feito concurso. No início dos anos 1990, todos os colegas estavam prestando concursos públicos (para a UFRJ, para a UERJ e outras instituições públicas no Rio de Janeiro), porque havia a informação concreta e objetiva de que o IUPERJ entraria em uma crise econômica irreversível e teria de fechar, porque era parte da Universidade Cândido Mendes (o que se confirmou, e teria sido assim se não tivesse feito a transição para a UERJ, onde foi abrigada). Então, minha carreira foi CUP, Unicamp, IUPERJ e UERJ. Portanto, eu diria que não houve tanta descontinuidade.

Claro, os momentos para mim mais gratificantes foram aqueles em que eu pude trabalhar na pós-graduação na Unicamp (período muito gratificante, em que eu tive turmas maravilhosas) e no IUPERJ, onde só havia pós-graduação, e nós tínhamos a uma condição única. Tínhamos a melhor biblioteca de periódicos de Ciências Sociais do Brasil (a USP tem a maior biblioteca no sentido amplo, mas em termos de periódicos a maior era a do IUPERJ, em uma época em que o analógico ainda era fundamental). Além disso, nós dávamos uma disciplina por semestre, duas por ano, e depois folgávamos no semestre seguinte para fazer pesquisa, viajar, o que fosse. As condições de trabalho eram extraordinárias, os bibliotecários eram excelentes e nos ajudavam todo o tempo, além das salas de aula e de reunião. Era, de fato, um privilégio maravilhoso. Nós recebíamos alunos das mais diversas partes da América do Sul nos programas parceiros. Tive muitos alunos uruguaios, argentinos, peruanos, bolivianos, chilenos. Portanto, foi uma experiência muito rica. Depois, na UERJ, ajudei a criar o doutorado. Eu era coordenador da pós-graduação em Ciência Política em 1998, quando elaboramos nosso projeto de doutorado, que foi acatado e aprovado a partir de 1999 ou 2000. Em 1999, eu saí em licença para trabalhar no governo do Rio de Janeiro e depois tive de fugir, então demorei a voltar, mas participei da criação do doutorado. No geral, houve mais continuidade, e eu não estive em muitas instituições.

Pedro Vasques: Mas a UERJ foi onde você acabou passando mais tempo, não é? Ainda que com o desvio por conta da saída do país.

Luiz Eduardo Soares: Durante um período, pedi licença para ser secretário do prefeito Lindbergh Farias em Nova Iguaçu, durante três anos (2006 a 2009), e tive os anos no governo do Rio, quando fui Secretário Nacional de Segurança Pública (2003 e 2004), e o tempo fora do Brasil. Então, contando apenas o tempo em que eu não estava em licença, somando os anos, acho que, mais ou menos, se equilibram o IUPERJ e a UERJ, cerca de 15 anos em cada um.

Pedro Vasques: E na experiência na UERJ, o senhor chegou a visualizar a transformação da política de cotas, em relação ao perfil dos alunos e, em especial, em como lidar com segurança pública nesse movimento da mudança de quem são os seus discentes e interlocutores na sala de aula?

Luiz Eduardo Soares: Foi maravilhoso. Um orgulho tremendo ter participado justamente da geração que introduziu as políticas de cotas na UERJ, que foi pioneira, e nós, de certa maneira, participamos ativamente desse processo. Era muito emocionante ver a transformação da universidade. Eu saí em 2017, mas já era visível o impacto das políticas de cotas, porque o panorama já tinha se modificado. Era interessantíssimo, porque eu me lembro até de situações nas quais eu discutia com os alunos. Eu era professor da graduação e da pós-graduação, e nós temos várias disciplinas obrigatórias e algumas optativas, mas acho que nunca ministrei nenhuma disciplina sobre segurança pública, pois já havia tanta coisa a ser coberta, e isso exigiria que alunos estivessem interessados especificamente por questões muito peculiares. Mas enfim, eu me lembro de discussões em que os alunos marxistas e com grande participação em entidades discutiam entre si o significado de alguma questão social ou cultural, e falavam sobre favela, periferia etc. Eu assistia ao debate, fazendo aqui e ali uma ponderação ou pergunta, até que, muito timidamente, um aluno disse: "Olha, pessoal, eu moro lá. Eu sou nascido e criado numa favela e posso dar aqui um testemunho. Na minha observação, não é nem isso nem aquilo que acontece..." Era sensacional, porque eles tinham toda a convicção, e tudo aquilo ruía diante do depoimento de quem tinha experiência direta. Isso começou a alterar bastante a dinâmica dos debates, e era muito valorizada a integração e participação de quem antes era excluído completamente da universidade. A UERJ foi um espaço super importante nesse processo, e eu pude ver o início e a gestação disso, sua implementação e seus efeitos. Mas claro que os efeitos propriamente ditos teriam de se dar quando o corpo docente mudasse de composição racial e étnica, e nós tivéssemos, de fato, o conjunto já alterado. Eu estava acompanhando o processo que começou pela geração de alunos, pela camada discente.

Enfim, houve bastante continuidade na minha trajetória, inclusive, porque também se tornaram professores da UERJ meus colegas do IUPERJ, ou colegas que

foram estudantes de mestrado ou doutorado do IUPERJ, ou aqueles mais velhos que vinham do Museu Nacional, ou ainda os que foram orientandos de "filhos do Museu", mas que haviam feito sua formação já no IFCS ou na UFF. O Rio de Janeiro é de fato muito pequeno nessa nossa área, que é já diminuta, e na qual praticamente todos se conhecem, já que as instituições não são muitas. Nesse sentido, a familiaridade e o diálogo se mantinham, os temas atravessavam as instituições, e era muito comum participar de seminários em uma ou em outra instituição. São troncos comuns com muitas ramificações.

Pedro Vasques: Professor, uma questão sobre a qual nós falamos muito superficialmente foram suas experiências internacionais. Você saiu do país por diversas razões e fez uma série de atividades em universidades diferentes, como *Visiting Scholar* ou pós-doutorando em Harvard, Columbia, Pittsburgh, Virgínia... Como essas experiências, por mais diversas que elas tenham sido, também influenciaram sua trajetória profissional e de reflexão acadêmica?

Luiz Eduardo Soares: Sim, sempre impactam, porque você se vê imerso num universo diferente. Houve situações que foram um pouco constrangedoras, em razão da diferença entre estruturas e institucionalidades acadêmicas. Eu já era muito velho para estar fazendo doutorado: fiz o mestrado logo, mas pulei um ano antes do doutoramento, e no doutorado, como eu era professor da Unicamp, fiquei elaborando a tese enquanto fazia outras coisas simultaneamente, e fui defendê-la muito mais tarde. Ingressei no doutorado por volta de 1982 ou 1983, mas defendi a tese por volta de 1991 ou 1992. Foram anos que eu passei dando aula na Unicamp e, depois, no IUPERJ, pois não era necessário que você tivesse doutorado para dar aula. Nós escrevíamos à mão ou na máquina de escrever, então eu trabalhava durante o dia e ficava de madrugada no IUPERJ datilografando ou escrevendo, e, como não havia nenhum tipo de imposição ou cobrança, aquilo seguia o ritmo possível. Sempre ficava para depois do trabalho, dos cursos que eu dava, das pesquisas de que participava, e por isso demorei muito.

Quando fui fazer o período sanduíche, em 1984 ou 1985, eu tinha acabado de ingressar no doutorado, mas já tinha 30 anos, enquanto os meus colegas da Colúmbia terminavam o doutorado com 24, porque lá não há mestrado. Seu correspondente é uma prova de qualificação que você faz no processo de doutoramento, então todos fazem imediatamente seu doutorado. Eu, então, já era velho e, embora estivesse no meio estudantil, eu era professor há muitos anos, não só de graduação, mas também de pós-graduação na Unicamp. Por isso, eu me sentia um pouco deslocado, não por frescura narcísica, mas por diferença geracional, inclusive politicamente, já que nós estávamos vivendo a transição no seu ápice. Depois das

Diretas Já, eu cheguei no Brasil em um dia próximo à morte do Tancredo Neves. Assim, nossa cabeça estava voltada para o dia-a-dia do Brasil e da política brasileira, enquanto os estudantes ali estavam ligados nas suas carreiras e teses. Era muito complicado e pouco inspirador, então não tive muita interlocução, mas aproveitei a biblioteca. Na época, nós vivíamos o mundo analógico, e as bibliotecas lá eram maravilhosas, e era um lugar bom para se comprar livros. Devo muito à solidariedade de meu irmão e da minha cunhada, Marcelo e Vera, que moravam em Nova Iorque. Eles fizeram doutoramento em Columbia, na área de genética. Depois, Marcelo foi dar aula na USP, mas voltou quando foi convidado para ser professor de Columbia, assim como a Vera. Eu fiquei na casa deles e me dedicava ao estudo. Foram só seis meses, mas de muita imersão em leitura.

Mais interessante foi o pós-doutorado que fiz com o Richard Rorty, pois eu queria ter uma interlocução com ele. As leituras dos seus livros foram muito marcantes para mim, porque eu havia chegado em algumas encruzilhadas das quais ele partia, então sentia que havia ali algo que realmente me interessava. Eu o conheci porque fui convidado para ser o debatedor de sua conferência em um ciclo realizado em São Paulo sobre relativismo . Fui o comentarista do texto, e depois me apresentei e disse que teria a possibilidade de conseguir uma bolsa para passar dois anos nos Estados Unidos, e que gostaria de ir para Charlottesville, em Virgínia, se ele me admitisse. Ele foi gentilíssimo, muito além do que eu jamais pude imaginar, contrastando muito com o fechamento que ele parecia ter, pois era uma pessoa extremamente modesta e tímida e passava uma imagem de austeridade e severidade, que não correspondia exatamente a sua postura, muito aberta e generosa. Para você ter uma ideia, ele visitou casas para mim, as fotografou, fez uma avaliação, e me sugeriu que casa eu deveria alugar. Quando eu cheguei, a esposa dele dedicou um dia inteiro a minha e a minha família, para que nós conseguíssemos toda a documentação básica indispensável, conhecêssemos a cidade, entendêssemos sobre a escola e a matrícula das crianças, e com o carro ela nos levava para os lugares. Coisa inacreditável. Não era só comigo: ele recebia livros do mundo inteiro, e o que não interessava, ou o que ele já tivesse lido e julgasse que não valesse a pena manter, ele distribuía para os amigos, interlocutores e orientandos. Ele era uma espécie de instituição em si mesmo. Foi para Virgínia convidado e sem nenhuma obrigação: ele podia dar cursos e orientar se quisesse, mas se não quisesse, não precisaria. Ele tinha uma sala só sua e uma secretária, mas jamais admitia que ela pagasse contas para ele ou levasse cartas no correio. Ele tinha um carro velho e era de uma sobriedade impressionante.

É curioso, porque ele se identificava como liberal, mas aquele tipo de liberal com convicções, e muito franciscano. É muito interessante, porque sua família era trotskista. Quando Trotsky foi assassinado, seu secretário refugiou-se na casa dos pais dele. Ele participava das lutas sindicais, ajudando os pais na distribuição de

panfletos, estudava nas bibliotecas públicas em Nova York e fez a vida contra a filosofia analítica. Vivia uma vida depressiva e ágrafa até passar por um processo analítico que revolucionou sua vida, encontrar um amor e se recasar, e começar uma outra história, se permitindo escrever com liberdade e pensar de outras maneiras. É muito bonita a história dele, e esse desligamento da filosofia analítica foi também um desligamento das amarras retóricas. É como se imaginássemos um socialista que se recusa a qualquer ostentação, que não admite nenhuma situação hierárquica, que vive a solidariedade na prática, mas ele se autodenominava liberal. Um pouco diferente das experiências que nós temos com os IAPs[69] da Faria Lima... Que figura! Era difícil extrair algo do Rorty, porque ele era muito fechado, mas eu queria ouvi-lo e saber não só de sua trajetória, mas também das suas relações, porque ele era muito amigo do Derrida, e não se dava tão bem, por razões óbvias, com o Habermas[70], mas tinha relações cordiais com os franceses e os alemães, e já tinha passado alguns anos na Alemanha como professor. Eu soube do câncer do Derrida quando ele abriu uma carta do Derrida para ele quando estava almoçando comigo, em que contava a respeito da doença, a mesma que o mataria poucos anos depois. Nós ainda estivemos juntos quando houve a primeira vitória do George Bush em 2000, quando houve aquele processo escandaloso da contagem de votos na Flórida, e o Al Gore foi derrotado por poucos votos devido a uma manobra do irmão do Bush, que era governador da Flórida. Nós almoçávamos juntos naqueles dias, e ele estava sofrendo com a debacle da democracia americana que aquilo já prenunciava. Eu fico muitas vezes imaginando como ele ficaria se estivesse vendo a ascensão de Donald Trump e da ultradireita.

Ele ainda nutria muitas esperanças, não no modelo americano, que ele julgava um modelo de exploração capitalista iníquo, mas em uma social-democracia renovada. Contudo, considero que o Rorty (quem sou eu para achar alguma coisa a respeito dele, mas enfim) não compreendeu a antropologia e a psicanálise lacaniana. O fato de ele jamais ter assimilado isso teve impacto sobre sua compreensão a respeito da linguagem, e tudo isso impactou sua visão política e o manteve prisioneiro de uma matriz liberal da qual ele poderia ter se libertado. De qualquer forma, ele produziu obras muito importantes e era uma pessoa extraordinariamente generosa e comprometida com as lutas

69 Termo polissêmico no ambiente corporativo da Faria Lima, referindo-se tanto a In-App Purchases (estratégias de monetização em plataformas digitais para gerar receita recorrente) quanto a Indicadores de Atuação/Performance (métricas de desempenho individual usadas para cálculo de bônus e eficiência em consultorias). Em ambos os sentidos, o termo denota uma visão de mundo pautada por métricas de mercado e produtividade, distinta do liberalismo ético-político descrito por Luiz Eduardo Soares.

70 Embora compartilhassem o projeto de uma democracia liberal e secular, Richard Rorty e Jürgen Habermas divergiam sobre os fundamentos da verdade. Enquanto Habermas buscava bases universais na "razão comunicativa", Rorty, como neopragmatista, rejeitava qualquer fundamentação última, defendendo que a democracia deve se basear na solidariedade e na utilidade social, e não em uma racionalidade absoluta.

sociais. Ele lamentava muito o desprestígio dos sindicatos e não considerava produtivas as lutas parciais disso que nós às vezes chamamos, contra a minha vontade, "pautas identitárias". Eu não endosso esse tipo de crítica, mas ele, apesar de ter excelentes relações com os movimentos feministas e ter escrito a seu favor, não gostava do abandono da luta política em nome de uma suposta política teórica que se dava no plano da linguagem e da retórica. Não é que ele tivesse algo contra as disputas filosóficas e especulativas (de maneira alguma, afinal, ele era filósofo), mas ele queria ver as lutas populares, as lutas sociais concretas das entidades indo às ruas, se manifestando, apresentando suas pautas e buscando pontos de conexão com a política propriamente dita, no sentido institucional, para fazer a diferença. É um homem de sua geração, mas profundamente antipatriarcal e anticolonial. Ele tinha, inclusive, uma maneira própria de visitar os países colonizados pelo império estadunidense, e fazia questão de adotar posturas que eram muito admiráveis. Fazer esse pós-doutorado com o Rorty foi um privilégio.

Depois, voltei a Nova Iorque para escrever *Meu Casaco de General*, quando tive de fugir do Brasil, e nessa ocasião consegui abrigo no Vera Institute of Justice. Eles facultaram o acesso a uma sala a mim e a minha então esposa, Bárbara, para que nós trabalhássemos. Ofereceram toda a infraestrutura, e eu passei um ano dedicado, dia e noite, a escrever esse livro a respeito da minha experiência no governo do Rio de Janeiro. Voltei ainda para Harvard posteriormente, porque o Chris Stone, que tinha sido diretor do Vera Institute, se tornara diretor do Kennedy School of Government, e me convidou para passar um período lá. Dei seminários, interagi muito com o Chris, que é uma grande figura e trabalha na área das reformas da justiça. Depois ele foi diretor geral mundial da Open Society durante alguns anos, e nesse período eu fui convidado a estar no *Advisory Board*, dedicado a selecionar projetos de pesquisa, em várias partes do mundo, cujos impactos políticos e culturais fossem importantes. Todo semestre me encontrava com os companheiros do *Board*, que vinham de países diferentes, em geral em Nova Iorque. Também foi uma experiência interessante, porque eu li muito material sobre realidades mundiais muito diversas, em temas muito diferentes. Foram quatro anos nesse *Board*.

Pedro Vasques: Outro aspecto relevante, professor, sobre o qual o senhor tem se manifestado publicamente em diversas oportunidades, diz respeito a sua experiência como gestor público, nos níveis federal, estadual e municipal. Gostaríamos de entender um pouco dessa via de mão dupla: que aspectos de sua experiência como gestor você levou da academia, e o que você trouxe para a academia da sua experiência enquanto gestor público?

Luiz Eduardo Soares: Boa parte das perguntas suas e do Ferdinando suscitam em quem as escuta a vontade de memorização, rememorização e interpretação. Nesse movimento, é claro que há um recorte seletivo e projeções retroativas e, portanto, a tendência a infundir inteligibilidade lógica ao que foi muitas vezes casual e contingente. Por isso, é preciso cautela, mas esse movimento é inescapável. É uma atribuição de sentido retrospectiva, que torna a vida coerente e quase contínua, com alguns embaraços e impasses óbvios. Entretanto, a vida, em geral, é muito menos contínua e coerente do que o discurso faz crer. Eu me fiz essa mesma pergunta, e a respondi no meu livro *Legalidade Libertária*: o que eu aprendi na gestão pública na área de segurança como acadêmico, e o que o acadêmico eventualmente pôde oferecer a essa dimensão de gestão pública. Isso é muito importante, então já foi de alguma maneira digerido e metabolizado, mas há muito tempo, pois esse é um livro de 2006. Eu diria que essa é uma pergunta super relevante e pertinente, mas que cabe à vida de qualquer um: o que do seu primeiro casamento você leva para o segundo? O que do seu primeiro emprego você leva para o segundo? De que maneira os seus diferentes lados impactam uns nos outros e são pertinentes? Nós brincamos e refletimos sobre isso. Claro que há vários comunicantes, mas há também contradições e embaraços.

Para mim, é muito claro o que o gestor público deve ao intelectual acadêmico, porque eu não fui um gestor no sentido tradicional. Não se tratava de chegar em uma área em que eu não tinha experiência, mas achava interessante tentar administrar e dar ordem ao caos. Eu fui convidado a implementar projetos de transformação, e para isso é preciso ser um gestor que assume desde logo a situação de instabilidade e crise, que se prepara para um corpo a corpo permanente, e que tem muita clareza sobre a improbabilidade de sucesso, dado o contexto, para ser realista. É algo muito específico, diferente de gerir o cotidiano que se reproduz de uma instituição. Quando eu fui coordenador de pós-graduação, por exemplo, foi muito tranquilo, pois era apenas questão de procurar não atrapalhar as coisas, ajudar as pessoas, tornar tudo mais agradável e interessante, ver o que pode surgir dali que ainda não floresceu... é basicamente positivo. A gestão pública, no entanto, era uma batalha campal, uma extensão da luta política. O que o acadêmico, o estudioso, o antropólogo, nesse caso, ensinam? Tudo, porque todos os meus projetos tinham a marca do que eu acreditava, ou seja, meus valores, não só aqueles da minha ideologia política, mas aqueles que faziam parte do repertório da disciplina à qual eu me dedicava. As marcas eram reduzir a violência, o racismo, o machismo, a homofobia, e transformar as relações entre a instituição policial, que é temida e odiada, e as comunidades, que são alvo de sua brutalidade. Tratava-se de mudar mecanismos, rotinas, funcionamentos institucionais e práticas nesse contexto. Vou dar dois exemplos, um relativo ao DDH, Disque Defesa Homossexual (na época, nós não lidávamos com a categoria LGBTQIA+, e o vocabulário era ainda "gay", "homossexual", enfim, muito

reduzido, mas dava conta desse campo de questões), e o outro relativo à Batalha Campal da Mangueira[71].

O primeiro exemplo: estava havendo no Rio de Janeiro muitos assassinatos e crimes contra travestis, sobretudo na Baixada Fluminense, mas também agressões em bairros mais afluentes da capital. Havia também o "Boa Noite Cinderela", golpe que se aplicava com muita frequência. Era necessário muito mais do que uma ação voltada para a redução da violência, como se essa fosse uma violência qualquer entre tantas outras. Não, era questão de toda uma política que tinha de ser transformada, e uma oportunidade para uma revolução cultural das polícias. Portanto, nós organizamos uma série de palestras em primeira pessoa, que seriam dadas por professores que faziam parte dos movimentos de defesa dos homossexuais e de travestis, e as associações que lutavam na área indicariam esses professores. Nós acompanharíamos as sessões, e elas teriam todo o nosso respaldo. Foi muito bonito e curioso, porque a imprensa começou tentando ironizar e desmoralizar essa iniciativa, mas o Zuenir Ventura, colunista da revista Época, foi assistir à primeira palestra, dada pelo Cláudio Nascimento, e fez uma matéria linda, dizendo o quão emocionante foi ouvir o Cláudio quando ele subiu no palco, apresentado por mim, e disse ser homossexual[72]. Naquele ambiente, para a massa de policiais civis, aquilo era absolutamente escandaloso, porque era uma pessoa que, na primeira pessoa, se pronunciava desse ponto de vista, e falava qual era a experiência que ele tinha com policiais e com a problemática da violência, e por que ele tinha ajudado a criar a associação. Foi muito emocionante, porque no início houve risinhos e ironias, mas depois, silêncio e aquele respeito que provém da solenidade do momento.

Quando nós começamos a pensar em como enfrentar essas questões, a primeira atitude foi reunir na Secretaria de Segurança representantes e lideranças de todos os movimentos. O auditório imenso ficou super lotado, e no início o pessoal da portaria ligava dizendo: "Secretário, tem uma pessoa aqui que está dizendo que tem uma reunião aí, está dizendo que é fulano, mas..." e não sabia o que dizer. Eu respondia: "É para deixar subir, são parceiros nossos". Aquele escândalo criava um burburinho, uma tensão. Eu fiz a exposição, e decidimos criar uma equipe, que seria formada por essas lideranças, e nós indicaríamos a nossa representante, que estudaria os dados e as informações que não estavam computadas, mas que eram muito importantes no cotidiano deles. Era preciso estudar cada situação, pois um tiro dado de um carro na Avenida Brasil é diferente de uma garrafa lançada de um carro em Botafogo, que são diferentes do "Boa Noite Cinderela" etc. Para esse último

71 Expressão frequentemente citada em trabalhos acadêmicos sobre a história da violência e o desenvolvimento urbano/favelas no Rio de Janeiro.

72 A descrição da cena do auditório e a fundação do DDH com Claudio Nascimento encontram-se no livro Meu Casaco de General: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro (Companhia das Letras, 2000), capítulo 4.

caso, nós precisávamos conquistar a confiança das vítimas para que denunciassem, pois só denunciariam se encontrassem um ambiente acolhedor e respeitoso. Depois, um amigo meu que era gay me contou que nunca havia feito uma denúncia, porque na primeira vez em que havia sofrido um golpe, ele foi à delegacia, contou o que tinha acontecido com muita hesitação e temor, e o escrivão disse: "Quer dizer que a boneca foi abusada". Ele só se levantou e foi embora. Por conta de situações assim, nós criamos ambientes de acolhimento e respeito para denúncias, e uma política que passava a ser a oficial das instituições. No final do ano, aliás, eu ganhei uma medalha do movimento como "gay honorário", assim como o título de "amigo do peito das feministas", que lutavam pelo direito de ir à praia como quisessem (topless etc.), mas tentaram prendê-las, então eu criei um escarcéu etc.

Questionavam se nós conseguiríamos modificar a mentalidade machista da população e dos policiais, dizendo que esses seminários e movimentos eram um sonho, uma ilusão, mas ninguém ali tinha essa ilusão. Seria ridículo imaginar que mudaríamos a cultura dessa forma. O que nós faríamos seria mudar as normas de referência, porque para isso existem instituições, e quem não cumprisse seria punido. Nós exerceríamos autoridade para que houvesse o cumprimento, porque aquilo estaria institucionalizado. Não é preciso mudar a cabeça, mas o comportamento iria mudar, mesmo sem vontade, pois seria coagido a fazê-lo, porque esse é o nosso papel. Nisso, entra o endosso intelectual, a citação bibliográfica, a nota de pé-de-página: como Pascal diria, "ajoelha-te e acreditarás". Significa o seguinte: você primeiro se devota a uma rotina e à reiteração de uma certa prática, que traz consigo pressuposições, mas você não crê, apenas mimetiza movimentos cenográficos. Na sequência, é possível que, de fora para dentro, da rotina implementada para o ambiente reflexivo da sua subjetividade, esses pressupostos sejam acolhidos e passem a reger os seus movimentos de forma até consciente. É uma forma pela qual ele descreveu um tipo de aprendizado. Então, aplicaríamos esse ensinamento de Pascal, e seríamos muito duros para que as normas fossem cumpridas.

Nós criamos o DDH (Disque Defesa Homossexual) só com voluntários, telefone 24 horas para qualquer abuso, agressão ou violência, inclusive e sobretudo policial. Atuamos nas polícias, e eu troquei a prisão administrativa, que era a pena usual, por participação em entidades homossexuais que lutavam pelos direitos de proteção etc. Assim, eles passavam a cumprir a pena acompanhando o dia a dia das entidades, por exemplo, e coisas do tipo. Houve toda uma mobilização que atribuiu protagonismo às entidades e associações, que, quase sempre voluntariamente, se dedicavam, de um lado, às aulas, seminários e publicações, e, de outro, ao DDH, que se converteu em uma grande referência. Isso é um ponto, e o fato de termos valorizado essa luta foi muito importante, porque era uma luta (e isso a antropologia nos ensinava) que sintetiza aspectos fundamentais da nova percepção e atitude que nós exigíamos de uma polícia que se compatibilizasse com

democracia, com cidadania, e com a definição da sua função como um serviço e como garantia de direitos.

O outro evento, que foi o mais marcante daquele ano, aconteceu quando eu estava em uma cerimônia da Polícia Militar em Copacabana, com o comandante da PM. Estava havendo hinos e coisas do tipo, quando o governador me ligou, dizendo que havia alguma coisa muito séria e grave acontecendo na Mangueira. Moradores tinham descido da Mangueira e ocupado a avenida, e era preciso que eu fosse para lá imediatamente. Eu era subsecretário, mas o secretário não estava na cidade. Então, como eu já estava com o comandante da Polícia Militar, o coronel Sérgio, nós pedimos licença, entrei no carro dele, e nós fomos imediatamente para a Mangueira, nos informando pelo rádio da polícia. Quando eu chego na avenida, vejo a aglomeração, com muita gente, e um batalhão do outro lado em posição de confronto, com as armas, os escudos etc. Nesse tempo, até chegar lá, eu fui me preparando. Acho que nessa situação foi mais a psicanálise do que a antropologia que ajudou, mas certamente a experiência acadêmica de pesquisa e reflexão. O primeiro que pensei era que eu precisava escutar e saber o que eles estavam sentindo e pensando; eu tinha que me esvaziar completamente, tanto quanto possível, de qualquer pressuposto, e era preciso que eles soubessem disso e sentissem que eu estava com essa atitude, que tinha de ser adotada na linguagem do corpo, do olhar, da voz etc. Quando nós chegamos, o coronel Sérgio se ofereceu para ir comigo, mas pedi que não, e que ele impedisse a tropa de agir, de atirar, enfim, de atuar com violência ou com armas, sob hipótese alguma. Fui andando sozinho em direção à aglomeração, pensando se tirava a gravata e o paletó, mas concluí que não devia, pois ali eu era o Estado. Eu não devia fingir que não o era, mas, ao contrário, assumir que aquela era a minha farda, até porque isso seria fundamental na negociação. Porém, fui sozinho, e eles estavam vendo isso.

Ninguém tocou em mim em momento algum, mas eu fui cercado quando cheguei, inicialmente apenas por crianças. Qualquer pessoa poderia observar isso, não era necessário ser antropólogo, mas apenas ter um pouco de sensibilidade e atenção. As crianças choravam e falavam umas sobre as outras, em um coro polifônico e dissonante, e contavam uma história que eu captei aos pedaços, porque elas não compunham uma unidade, mas eram fragmentos que eram enunciados enquanto choravam. Eu descobri que dois jovens tinham sido assassinados por policiais: foi possível deduzir isso do que elas diziam, e eu deixei que falassem, não tomei nenhuma atitude nem disse nada. Em seguida, as crianças foram substituídas por mulheres, e eu fui cercado por elas, que choravam muito e contavam a história de uma forma tumultuada, alvoroçada, atribulada, umas falando também sobre as outras. Contudo, já foi possível reconstruir o mínimo, e eu confirmei que se tratava disso. Dois adolescentes em um beco tinham sido mortos, sendo que não estavam armados e já haviam sido rendidos por policiais, e aparentemente

sabiam quem eram os policiais. Elas falavam, choravam muito, e eu continuava ouvindo e olhando nos olhos delas. Então, elas foram afastadas por homens, que me cercaram e contaram a história: um deles falou, os outros se calaram, e ele contou cartesianamente o que havia acontecido.

Quando finalmente ele parou de falar, depois de todo aquele alvoroço, eu não pedi silêncio nem disse nada, mas eles se calaram e fizeram silêncio, como que a dizer que reconheciam que agora a palavra era minha, e que eles estavam dispostos a ouvir. Eu disse que estava no governo apenas para que esse tipo de coisa não acontecesse, que isso não era admissível, e que o nosso empenho seria no sentido de que isso nunca mais acontecesse. No entanto, para que isso pudesse se concretizar, seria preciso que eles se dispusessem a denunciar. Eles replicaram dizendo que isso era impossível e que eles jamais iriam à delegacia, pois depois eles é que seriam assassinados. Eu disse que eles não precisavam ir à delegacia, pois eu mesmo colheria os depoimentos com o chefe da Polícia Civil, que iria para lá, e nós dois faríamos isso onde eles achassem melhor na comunidade. Em contrapartida, se eles confiassem em mim, precisavam liberar a via, se retirar e voltar à comunidade. Eu não sairia, mas ficaria com eles e ligaria para o chefe da polícia, para que ele fosse me encontrar, e as coisas chegaram a se puxar. Funcionou.

Nesse momento, alguém dá um grito, e começa de novo um alvoroço terrível. Nós todos olhamos, e havia um cretino da P2 (unidade de inteligência da Polícia Militar) filmando com uma câmera imensa e pesada, a poucas dezenas de metros, como se aquilo fosse uma armadilha. Então eles gritaram, o rapaz da P2 saiu em disparada na direção dos policiais, e a turba, ou parte dela, saiu a toda velocidade, com pedras e paus, jogando o que estivesse diante deles na tal figura. Eu, feito um idiota, corri na mesma direção, mas levantando as mãos para que a polícia não se movesse de lá, e para que eles me dessem o crédito e parassem também. Aquele foi um momento em que tudo esteve muito próximo de estar perdido, depois encontramos até uma granada no chão, mas acabou funcionando. Eu gritei tanto e fiz os gestos com tanta ênfase que os policiais não se mexeram nem reagiram. A aglomeração recuou, e eu voltei a estar com eles.

Quando eu estou, então, retomando a negociação e fechando finalmente o acordo, Pedro, um idiota da polícia desce com um helicóptero, que parecia imenso do ponto de vista da população, sobre as nossas cabeças, e um dos policiais, pendurado para fora da porta pelo cinto de segurança, com um fuzil e com um sorriso de ironia, fingia que nos matava, dançava, se movia com o fuzil para lá e para cá, com aquele esgar superior. Eu fiquei tão furioso. Liguei imediatamente para o chefe da polícia, com quem eu tinha muita intimidade, e disse a ele que determinasse de imediato a retirada daquele helicóptero e a prisão do sujeito que estava ameaçando a vida dos manifestantes com aquele ar de provocação, que isso era inaceitável, e que ele fosse para lá, e eu esperaria ali para colhermos os

depoimentos. Eu disse isso com a maior rapidez e no tom mais elevado possível, porque o barulho do helicóptero , que estava bem próximo de nós, e do alvoroço das pessoas era imenso. Os mais próximos, que eram as lideranças da comunidade, ouviram o que eu disse, e imediatamente o helicóptero desapareceu. Com isso, eles perceberam pela segunda vez (a primeira havia sido quando eu determinei que a tropa não se movesse, e ela de fato não se moveu, mas isso era dubitativo) que eu tinha efetivamente alguma autoridade, estava falando a sério e merecia algum crédito, até porque eles não tinham muita alternativa do que fazer.

Naquela tarde, os depoimentos foram colhidos na Vila Olímpica da Mangueira. Eu estava ao lado, mas quem tomou a termo as denúncias foi a então subchefe, Marta Rocha, que depois se tornaria chefe da polícia, e o próprio chefe, Carlos Alberto. Aquilo foi um ponto de inflexão, porque a notícia espalhou para todas as comunidades. Eu ia pessoalmente até elas, embora não desse para ir a todas, mas nós impusemos uma inflexão declinante na curva de violência policial letal, que foi única na história. Os números ainda eram elevadíssimos, mas o tombo promovido pela ação imediata e pelo compromisso foi indiscutível. E eu não podia estar em todos os casos porque isso acontecia quase todo dia, mas sempre que possível eu estava presente ao lado do corpo e da mãe em desespero. Aqueles são os momentos mais terríveis que você pode imaginar. Você se sente de alguma maneira responsável, mas as pessoas têm uma grandeza tamanha que quando você ousa assumir um papel com alguma grandeza, humildade e generosidade, essas coisas são despertadas nos outros, e eles é que me acolhiam. Nunca fui agredido por nenhuma família, jamais fui ameaçado ou hostilizado. Era sempre um ambiente de desespero, e nós não tínhamos nem palavra para prometer nada, mas a presença e o reconhecimento eram uma marca com uma mensagem política muito importante. Você pode fazer discursos muito bonitos, mas a prática na ponta, no momento do risco (não só do risco de morte, de alguém atirar, mas do risco emocional, de você se submeter à exposição no momento da dor maior de uma mãe, de estar ao lado dela para de alguma maneira prestar algum nível de solidariedade com alguma humildade), tem um efeito extraordinário, e as pessoas são capazes de interpretar esses gestos. Anos se passaram, e eu ainda subia as comunidades. Hoje, provavelmente, ninguém sabe, pois já é outra geração, mas eu ainda subia as comunidades com reconhecimento e respeito, que não é fruto de nenhum discurso. Por isso, na política pública, ser gestor não é apenas implementar os projetos, mas liderar um processo de mudança que envolve mudança de percepção.

Esse episódio na Mangueira foi muito marcante, para mim e creio que também para a trajetória da segurança pública, para os esforços de reforma radical que nós empreendíamos ou tentávamos empreender em 1999. Mas há uma complementação importante. Aliás, esse episódio eu relato duas vezes, de modos um pouco diferentes, em dois livros: em *Meu Casaco de General* (que é um livro que

eu publiquei pela Companhia das Letras no final do ano 2000, como um relato da experiência de 1999 até março de 2000, por isso o título *Meu Casaco de General, 500 dias no front da segurança pública do estado do Rio de Janeiro*), e, depois, em Rio de Janeiro, *Histórias de Vida e Morte*[73], que saiu em 2015 também pela Companhia das Letras. Houve uma complementação que acho que traz um tom mais sombrio, preocupante e dramático ao curso dos acontecimentos. O relato daquele sábado é épico e triunfante; apesar dos desafios, das dificuldades, das ameaças, acabava sendo a descrição de um momento de vitória. Por outro lado, essa complementação, que diz respeito à reação de policiais, mostra o outro lado da moeda, dificuldades tremendas para promoção das transformações.

De manhã cedo, na segunda-feira, estava no gabinete (em geral, eu estava sempre na rua, atuando, visitando espaços, em várias iniciativas, e era raro estar no gabinete, mas nessa segunda de manhã eu estava lá), e fui procurado fora da agenda por um delegado que tinha um papel relevante. Ele disse que era urgente, e, independentemente da agenda, tive de recebê-lo. Ele entrou na minha sala com o rosto vermelho, suado, com a camisa aberta, como quem vinha do *front*, e me disse, a voz rouca, como quem não tivesse dormido naquela noite: "Olha, eu estou vindo do hospital, tive um pico de pressão, pois vivi uma situação terrível ontem de noite" – ou seja, no domingo, dia seguinte ao episódio da Mangueira. Ele teve de segurar ali uns homens, policiais ligados a ele, que foram dar a notícia de que matariam uns 15 jovens e deixariam os corpos na minha porta. Ele dizia: "Eu tive de passar horas com eles para convencê-los a não fazerem isso, foi uma situação terrível. Eu vim aqui para dizer o seguinte ao senhor: se o senhor quer punir, pois acha que houve transgressões à lei, aos princípios etc., então o senhor vá adiante e puna, mas nunca faça isso publicamente. Publicamente, é preciso preservar e resguardar a imagem da nossa instituição, a Polícia Civil. Não é admissível reconhecer esse tipo de problema, dessa gravidade, publicamente. Isso degrada e deteriora a imagem". Ele falou com outras palavras, mas basicamente isso.

Ele estava muito emocionado e eu disse a ele: "Olha, eu quero que o senhor saiba que eu não sou político, não sou sequer gestor profissional. Eu estou aqui empenhado numa missão determinada, que é de promover certas reformas e transformações na área de segurança pública. Quando isso se tornar inviável, impossível, eu volto para a minha vida e para o meu trabalho, mas só vim aqui por conta disso. No núcleo central dessas transformações está exatamente o dever de publicizar os problemas, de admiti-los publicamente, de reconhecê-los diante da sociedade. O senhor está enganado: é um grande equívoco a ideia de que esconder os fatos e assumir o discurso defensivo, oficial, "chapa branca", mais uma vez repetindo essa rotina e reiterando esse padrão, resguarda a imagem. A imagem está deterio-

73 SOARES, Luiz Eduardo. Rio de Janeiro: histórias de vida e morte. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

rada, como o senhor deve saber, justamente por atitudes desse tipo que, mesmo quando envolvidas em algum ajuste ou punição internos, jamais admite o erro e repete os bordões daquela oratória oficial na qual ninguém acredita. Quando a segurança pública e as instituições admitem os erros e as contradições, e apresentam as suas iniciativas com sinceridade, clareza e transparência, as relações com a sociedade começam a mudar, e alguma chance de correção e transformação da própria imagem pode se dar. O senhor fez esse esforço, pelo qual eu sou grato, pessoalmente, pelas implicações. Sei que o senhor está desgastado, mas o senhor deve compreender que o seu dever não seria persuadir policiais a não cometerem crimes, a não assassinar meninos para realizar uma manifestação política. O senhor teria de prender essas pessoas que estavam confessando o crime, ameaçando matar. A ameaça, nesse caso, constitui o crime. Ao invés de persuadir, era seu dever prender. Se o senhor não tem condições físicas e mentais de agir assim porque tem alguma relação com essas pessoas, então esse cargo que o senhor ocupa não deve ser ocupado pelo senhor. O senhor deve avaliar se está confortável nessa posição ou não."

Ele acabou ficando onde estava, a situação não prosperou, e as ameaças de morte a mim se multiplicaram, de todos os tipos, como telefonemas e, inclusive, articulações que foram descobertas pela inteligência e que planejavam assassinato, sequestro meu e de minhas filhas... tudo foi identificado. Esses participantes dos segmentos corrompidos e violentos das polícias foram tão audaciosos que chegaram, eu não sei exatamente como, a conseguir que a CBN, no seu noticiário cotidiano, anunciasse um atentado contra mim e uma de minhas filhas. Eu ouvi isso na CBN, e eu e meus assessores e assessoras entramos em contato imediatamente com a CBN, que se desculpou e se corrigiu no ar várias vezes. Nós entramos em contato com familiares e amigos para rapidamente desfazer aquela notícia falsa, muito antes da internet e da expressão *fake news* se tornar tão conhecida. Isso se fez, era uma modalidade de ataque, uma forma de criar um ambiente de medo e acuamento.

Enfim, foi momento épico e de vitória, um passo importante que nós demos no sábado e, logo na madrugada de domingo para segunda e na segunda-feira, eu me deparo com a magnitude da reação policial ao que aconteceu. Essa reação foi pública e amplamente noticiada, de modo que a partir dali nós começamos a enfrentar obstáculos muito mais ferozes e de outra ordem, mas isso faz parte da luta. É assim que as coisas se dão, e por esse quadro eu acho que é possível depreender a realidade contraditória e dramática que nós vivemos entre 1999 e até março de 2000, e que perdura, talvez agora sem contradição tão evidente. Afinal, a política tem sido baseada, com o Executivo, numa visão monolítica, contrária inteiramente aos Direitos Humanos e absolutamente cúmplice das execuções extrajudiciais, da brutalidade policial letal e de tudo mais.

Por fim, um último exemplo foi a primeira entrevista que eu dei ao vivo no programa de maior audiência da Globo, aquele jornal do meio dia[74]. Me convocaram e pediram que eu fosse à Urca. Eu tinha um motorista extraordinário, que com uma velocidade incrível conseguia furar trânsito, e nós chegamos a tempo de entrar ao vivo. Eu tenho a descrição destes fatos por uma jornalista que depois se tornaria amiga minha, que não me conhecia e que me contou o que aconteceu na redação do jornal popular em que ela trabalhava. Ela disse que o pessoal estava almoçando com a TV ligada, e quando eu comecei a falar, as pessoas pararam e ficaram ouvindo, sendo que, quando você já sabe o que a pessoa vai falar, você nem precisa ouvir. A repórter me pergunta: "Isso que aconteceu ontem de noite não é um absurdo? Isso não é um erro de vocês?" Eu falei: "É um absurdo, um grande erro". Ela continuou: "Mas como o senhor explica uma coisa dessas?" Eu respondi: "Nós temos de reconhecer que não tem explicação possível, é preciso mudar". Ela tinha uma série de outras perguntas que derivavam da expectativa que ela tinha da minha resposta "chapa branca", que seria: "não, mas veja bem, por outro lado, entretanto, todavia, nós estamos reduzindo números aqui e estamos fazendo aquilo ali". Isso representa o impacto de, eventualmente, você ser realmente sincero e sem a máscara. Toda aquela discurseira defensiva, canastrona e justificativa, que coloca o Estado em uma posição soberba, superior, e ao mesmo tempo defensiva, é a cena de uma instituição desmoralizada rumo à desmoralização definitiva e irreversível. Qualquer salvação e reversão depende de um momento de ruptura, de uma outra estética, em que o ator surpreende e diz: "Sim. Não há mais nada a dizer. É preciso trabalhar e mudar isso de imediato. Não há explicação aceitável. O Estado não pode explicar isso".

Além disso, você precisa aprender que não vai sorrir durante esse ano, nem se manifestar com ódio, com ira, ou com eloquência "intelectualóide". Você vai falar com serenidade e objetividade, e mesmo nos momentos de conquista você não vai sorrir. Você vai acompanhar a dor de cada um sem adversativas, que são aquelas preposições que reconhecem o drama e a tragédia, porém lembram que nós somos maravilhosos, extraordinários, que estamos fazendo isso e aquilo. Quando se faz isso, você relativiza a dor e a desmerece completamente, então não há adversativa. No momento de dor, é preciso compartilhar a dor, fazer o silêncio, e esse silêncio precisa se manifestar na figura, no rosto, nos gestos, no corpo, acompanhar aquele processo de dor e de luto da sociedade, e fazer esse luto ao lado da sociedade, junto ao féretro, no sepultamento, onde for. Há momentos em que você poderia sorrir, mas se aquilo é registrado em foto (e praticamente não havia um minuto em que eu não estava sendo filmado ou fotografado), esse registro, se deslocado se torna fatal, porque você está sempre lidando com tragédias e dramas. Eu era subsecretário, e no primeiro fim de semana, o jornal de domingo trouxe uma

74 Luiz Eduardo Soares se refere ao RJTV – 1ª Edição (atualmente conhecido como RJ1).

página grande no meio do primeiro caderno, na qual havia, acima, uma foto do secretário em um churrasco com cerveja ao lado, gargalhando, e embaixo, uma foto minha no enterro de uma pessoa que tinha sofrido um crime horrível, com a família no tom daquele sepultamento.

Isso foi uma lição para se compreender que há uma comunicação inconsciente, processos que não são racionalizáveis, mas que abrem perspectivas de comunicação intersubjetiva. Não é possível controlar essas linguagens, então você pode humildemente se dispor a abrir-se para o aprendizado e para essa comunhão. Tudo isso é parte de uma política pública, porque ela não pode prescindir de uma liderança que a encarne. Isso não está em nenhum livro de administração e de gestão pública, nem nos debates de políticas públicas, mas qualquer etnógrafo que se devotasse a acompanhar uma tragédia como essa daria para nós elementos suficientes para que nos instruíssemos nesse sentido. Pode funcionar em maior ou menor grau, mas nós, ao menos, estaríamos em uma rota de não-agressão e de não-reiteração da ferida produzida pela tragédia, daí a importância da experiência da reflexão cultural, da intersubjetividade, da criação dessas conexões, e do modo de desenvolver o diálogo com a mídia. Nós vivíamos um momento que era muito superior e muito mais democrático do que este em que nós estamos hoje. Houve uma regressão tremenda. Hoje, isso seria completamente impossível, com as mídias sociais e a demonização ideológica.

Eu criei condições para que, com respeito à legitimidade, eu propusesse, inclusive, pauta de anistia, sendo respeitado pela mídia, com entrevistas respeitosas, com editoriais dizendo que era uma questão relevante a ser pensada, embora complexa, etc. Nós chegamos muito longe no discurso sem nenhuma retórica genérica que defendesse os direitos humanos, ou que fizesse denúncias com outro tipo de postura (evidentemente, pois era outro o meu papel). Mas esses episódios e esses pontos estão presentes na minha reflexão no *Meu casaco de general*, assim como nas minhas propostas de políticas públicas. Nesse sentido, posso te dizer que a experiência da antropologia, que te leva a conviver com outros mundos e a desconfiar sempre profundamente do que você naturaliza e projeta etnocentricamente sobre os outros, é um aprendizado para a vida e que será, portanto, fundamental se você desempenha um papel que, em certo momento, pode ser estratégico. Do ponto de vista inverso, da gestão pública para a academia, aquilo foi um laboratório também. Eu estou te contando, e posso compartilhar essas experiências, pensar sobre elas com colegas, e aprender sobre equívocos e sobre as várias interpretações que, por ventura, tenho suscitado.

Pedro Vasques: Excelente, professor. Muito obrigado pela resposta. Estamos caminhando para o final deste bloco, mas eu não posso finalizá-lo sem pedir para que o senhor comente um pouco sobre a experiência atual na Cátedra Patrícia

Acioli, e sobre o desafio de lidar também com uma perspectiva interdisciplinar, tratando de questões ligadas à ética, justiça e segurança pública.

Luiz Eduardo Soares: Claro. A Cátedra é um espaço institucional criado no Fórum de Ciência e Cultura e, particularmente, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, dirigido pela professora Ana Célia Castro, que é uma pessoa muito generosa e criativa. Ela acolhe propostas que sejam compatíveis com as linhas gerais do Colégio e que, em geral, homenageiem a memória de alguma personalidade de destaque no universo ao qual se refere o trabalho da Cátedra. Então, nós escolhemos (eu já digo quem somos o "nós") homenagear a Patrícia Acioli. Patrícia era uma juíza que enfrentou de forma muito corajosa as milícias e a violência policial em São Gonçalo e acabou sendo assassinada por isso com 21 tiros de fuzil na frente da sua casa em Niterói. Patrícia era jovem, e isso foi no dia 12 de agosto de 2011. Uma coisa brutal. Nós falamos muito do assassinato de Marielle (e com razão, com justiça devemos fazê-lo), mas falamos muito pouco da Patrícia Acioli, que merece também todas as homenagens e reconhecimento.

Então, a Cátedra homenageia à memória de Patrícia e pretende atuar oferecendo cursos. Esse espaço institucional é muito interessante porque nós podemos oferecer cursos a todas as áreas, departamentos e faculdades da universidade, e não só da UFRJ: cursos de pós-graduação, de extensão, de especialização, o que seja. Nós procuramos unir os nossos temas de pesquisa e de trabalho àqueles que são caros à história da Patrícia e que dialogam com essa história, ligados aos Direitos Humanos, à violência, à violência contra a mulher. Nós gostaríamos que esse espaço se convertesse num centro de estudo e também de rememoração, valorização e difusão desses valores que ela também defendia. O que nós pretendemos fazer em nosso projeto, que já está em curso? Estou dando o segundo curso, em parceria com a Pós-Graduação em Literatura da UFRJ, sobre literatura escrita, não exclusivamente, mas sobretudo e quase sempre, por mulheres, sobre violência contra as mulheres (contra crianças também, mas particularmente contra as mulheres). Na América Latina, que é um universo riquíssimo, há um Observatório do Feminicídio, codirigido por Miriam Krenzinger, minha esposa, companheira de trabalho há tantos anos, e que também é membra da cátedra. Outros dois membros são Leonardo Melo e Eliana Sousa Silva.

Eliana é uma pessoa que reúne experiência intelectual e reflexiva. O doutorado dela foi sobre violência, sobretudo do Estado, e movimentos de resistência a ela nas comunidades, particularmente estudando o caso da Maré, onde ela cresceu e da qual se tornou um destaque, porque ela foi, em 1982, uma das primeiras mulheres no Rio de Janeiro presidente de associação de favela[75]. Ela criou cursos

75 Odete Alves é reconhecida como a primeira mulher a presidir uma associação de mo-

pré-vestibular, e aqueles que frequentaram o curso, ingressaram na universidade e se formaram voltaram para ajudar nesse esforço. Disso, outras atividades foram derivadas. Ela criou a Redes da Maré, que talvez seja no Brasil a principal entidade local atuando em múltiplas áreas e dimensões, inclusive na resistência à violência do Estado e policial, por meio de iniciativas muito criativas e valorosas. Pesquisas locais, informações a respeito das ações policiais na Maré, a busca de interlocução com outras entidades em outras favelas e complexos, interlocução política e com a sociedade... isso tudo acabaria resultando na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 635, que foi inspirada numa iniciativa anterior da Redes, mas resulta da ação do doutor Daniel Sarmento, que era advogado do PSB e de outras entidades de outras comunidade, às quais, claro, as redes e outros institutos e organizações aderiram[76].

Portanto, a ADPF foi uma iniciativa muito importante, tendo sido encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, último recurso depois de esgotados todos os pedidos e demandas para que a violência policial fosse freada no Rio de Janeiro, no ambiente das favelas e comunidades. A repercussão foi enorme: o Supremo acolheu em parte; houve grande reação do governo, do próprio Ministério Público e das polícias estaduais; mas, a despeito de tudo, houve, em parte, acolhimento. Houve, portanto, uma alteração de cenário que é única e que nós devemos a todas essas entidades, a todos que se mobilizaram, pesquisadores também, mas especialmente à Redes da Maré e à iniciativa original da Eliana. Ela é professora emérita e professora especial da USP, é uma figura que tem hoje um trânsito internacional, e é para nós um orgulho grande contar com a presença dela. Nós estamos sempre em diálogo com as entidades populares, particularmente na Maré, por conta da presença da Eliana, mas gostaríamos que esse diálogo da universidade com as comunidades se ampliasse bastante. O Leonardo Melo é um companheiro com formação em tecnologia que nos ajuda também a compreender a administração.

Nosso projeto, além do Observatório do Feminicídio e dessa pesquisa em torno da violência contra a mulher na literatura, é criar o memorial Patrícia Acioli, que vai ser composto por um conjunto de iniciativas, digitais e físicas, que possam, inclusive, estimular pesquisas e trabalhos de tipos diferentes, de grupos não só

radores de favela no Rio de Janeiro, assumindo a liderança da Associação da Grota (Complexo do Alemão) no início da década de 1980. Conhecida como a "Prefeita do Alemão", sua atuação rompeu o monopólio masculino nas lideranças comunitárias e foi marcada pelo enfrentamento direto a autoridades em defesa da dignidade local, conquistando marcos de infraestrutura como a iluminação pública. O legado de Odete abriu caminho para outras lideranças históricas, como Benedita da Silva (Chapéu Mangueira), primeira governadora negra do Rio; Eliana Sousa Silva, pioneira na Nova Holanda (Maré) e referência intelectual em segurança pública; e Dona Zica (Mangueira), voz central na articulação pelos direitos das mulheres e das comunidades.

76 A ADPF foi protocolada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e construída em conjunto com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e diversas entidades de direitos humanos (como a Redes da Maré e o Coletivo Papo Reto).

da universidade, sempre em referência à memória de Patrícia Acioli, e dialogando com seus temas: justiça, acesso à justiça, violência e violência do Estado.

Pedro Vasques: Excelente, professor. Eu agradeço muito as respostas. Eu vou passar a palavra novamente para o Ferdinando, porque temos mais três questões finais, que são mais objetivas, sobre perspectivas de futuro, e nós encerramos a nossa longa jornada no dia de hoje.

Ferdinando Ramos: Professor, este terceiro bloco, sobre perspectivas de futuro, no fundo acaba sendo uma síntese dos dois anteriores e pensando daqui adiante. Então, a ideia é pensar um pouco na questão da segurança pública e depois retomar a sua obra. Ao longo da sua trajetória, você sempre nos incentiva a romper com a visão puramente policial e jurídica da violência, explorando as raízes políticas, sociais e culturais. Quais deveriam então ser os temas e as questões a serem tratadas de maneira prioritária hoje pelas Ciências Sociais? Além disso, como aumentar a capacidade da incidência das reflexões acadêmicas nas políticas de segurança pública, tarefa em que ainda encontramos muito obstáculo?

Luiz Eduardo Soares: Muito difíceis as questões. Você pergunta sempre, nesse caso, focalizando a segurança pública: quais seriam as grandes questões do ponto de vista das Ciências Sociais, não é?

Ferdinando Ramos: Perfeitamente, professor.

Luiz Eduardo Soares: Eu acho que uma das linhas importantes deveria ser o aprofundamento dessa noção dos enclaves institucionais, extraindo daí as consequências, as implicações e os pressupostos. O que significa afirmar que as polícias constituem enclaves institucionais, a despeito da heterogeneidade que as compõem? Heterogeneidade de opiniões, de valores, de características individuais: os profissionais estão aí presentes, e são tantos, centenas de milhares. Há, portanto, pluralidade e contradições, mas, a despeito da heterogeneidade, acredito que haja uma ideologia predominante, uma certa constelação valorativa e de crenças que justifica o bom convívio com a autonomização ilegal constitutiva do enclave.

Não é à toa que o bolsonarismo cresceu tanto nesse universo. As polícias, eu costumava dizer, eram bolsonaristas *avant la léttre*, antes de Bolsonaro, porque tanto o bolsonarismo como essa ideologia predominante, que é hegemônica nesse universo, provém das mesmas fontes. Bolsonaro simplesmente as inscreve no território da política e politicamente institucionaliza essas crenças e valores. Há,

portanto, todo um universo cultural valorativo e de práticas que são compatíveis com a autonomização inconstitucional, ilegal e a constituição dos enclaves institucionais. Isso é escandaloso e representa um desafio imenso para o Estado Democrático de Direito e para a democracia. É como se ela convivesse com um pequeno leviatã adormecido na garagem ou na sala de visitas, e nós tivéssemos de contorná-lo para não despertá-lo e nos acostumássemos a fazê-lo, incorporando-o à nossa vida cotidiana e o naturalizando. Mas é preciso reconhecer que esse leviatã representa um risco permanente, não só para aqueles que são suas vítimas diretas (o que inclui trabalhadores policiais cidadãos, tantas vezes vítimas das instituições a que pertencem), mas também para a própria vida democrática. Há analogias aí com as Forças Armadas, que são inescapáveis, é claro. Então, uma linha é essa que diz respeito à relação entre democracia e polícia, pelo viés do enclave institucional e da ameaça ao Estado Democrático de Direito.

Uma outra linha diz respeito ao crime organizado e a sua penetração nas instituições e na economia legal, e ainda outra linha talvez fosse o imaginário ou a sensibilidade popular, que tem se mostrado afim, de alguma maneira, a esse amálgama institucional, valorativo, ideológico, que nós verificamos no enclave. Esse enclave só existe como tal porque conta com a cumplicidade das demais instituições da República: o Ministério Público, que não exerce seu dever constitucional; a Justiça, que permanece imóvel, mesmo quando às vezes provocada (salvo exceções, é claro, e a ADPF é uma delas); o mundo político; a mídia; o Executivo, os governos, o governo federal etc. Por razões diferentes, eles têm se omitido, mas o que torna tudo isso possível, todas as omissões e cumplicidades que têm uma diversidade grande de motivações, é o fato de que a população, de uma maneira geral, não repudia a brutalidade policial letal, mas convive com ela. Às vezes, é vítima dela, mas frequentemente a aprova, como se esse fosse o modo de lidar com a violência mais recomendável ou o único possível, e como se nós estivéssemos tratando de vingança e de guerra, não de justiça.

Esses temas, particularmente o terceiro, dialoga com a problemática do fascismo e do neofascismo, porque a pergunta que fazemos, no fundo, é a mesma. Como é possível que haja tanta adesão a essa visão de mundo, a esses valores, ao negacionismo, e assim sucessivamente? Isso é um enigma, e é preciso compreender em profundidade o que se verifica aí. Esses são temas importantes que dizem respeito à sociedade, e é claro que nós estamos diante de impasses, porque precisamos pensar a economia, as desigualdades sociais, as redes sociais e o destino da democracia, particularmente da democracia liberal, entre nós. A democracia liberal como projeto já foi descartada pelo neoliberalismo, e o neofascismo a desdenha, a negligencia e a repele. Em diversos discursos isso fica explícito, e a prática tem demonstrado essa repulsa. Estamos vendo o que acontece na Hungria, que é uma espécie de paradigma, e como Trump avança contra as instituições, demolindo as

defesas, as garantias, as resistências, estimulando os setores internos às instituições que são seus aliados, e promovendo uma derrocada institucional por dentro da democracia. Então, o tema do fim, do ocaso, da decadência da democracia se impõe porque não basta constatá-lo. É preciso formular alternativas, não só a defender o indefensável, o que já é ruína, mas para inventar um futuro.

A economia vive esse impasse, porque está inteiramente sujeita aos jogos financeiros, especulativos, que são jogos globais associados à geopolítica, cujo vértice (o império, que persiste em sê-lo e resiste a deixar de sê-lo) são os Estados Unidos e, sobretudo, o sistema do dólar. Como a economia pode se destacar e declarar independência relativamente aos jogos do capital financeiro de natureza especulativa para exercer a função histórica que ele cumpre, que é promover um desenvolvimento sustentável tendente à redução de desigualdade, aquilo que se chamou um dia de bem-estar coletivo. Como é possível manter os ditames neoliberais sobre a economia, impedindo que a produção seja o foco dos investimentos, impedindo que haja distribuição e recomposição em benefício dos que sofrem exploração do trabalho dessa forma tão extrema, como a verificamos no nosso país? Além disso, as redes sociais: como não apenas regulá-las ou controlá-las, mas substituí-las por redes sob controle coletivo, popular e democrático, com algoritmos transparentes que funcionem de acordo com os interesses soberanos do país e com os interesses dos valores que nós cultivamos?

Hoje a situação é crítica, quase desesperadora, eu diria. Se uma potência estrangeira como os Estados Unidos decidisse paralisar o nosso país, o faria com um estalar de dedos, suprimindo o nosso acesso às nuvens, às informações que nós mesmos acumulamos, nossas memórias, nossa produção intelectual e informacional, inviabilizando a produção, portanto, nas mais diversas áreas. Nós não temos nenhuma proteção à espionagem internacional exercida pelas potências estrangeiras, particularmente os Estados Unidos. Estamos inteiramente devassados. A Amazônia é interligada pela Starlink, do Elon Musk, e a supressão dessas interconexões produziria uma série de desastres de grandes proporções. As nossas comunicações dependem disso, das redes internacionais ("internacionais", leia-se, norte-americanas, basicamente), e nós estamos vivendo a iminência de assistir a uma campanha eleitoral ainda mais atormentada e manipulada pelos interesses transnacionais e imperiais em conluio com o neofascismo doméstico. Mais do que nunca estamos sob essa ameaça, e agora que as *Big Techs* se aliaram ao Trump, isso é óbvio, está diante de nós. Com as nossas Forças Armadas desaparelhadas e dependentes da tecnologia importada não vai haver reposição nem compartilhamento de informações, e nós ficaríamos também paralisados nessa área. Nós não estamos investindo suficientemente em ciência e tecnologia, que são temas de ponta. Além disso, a crise ambiental e a emergência climática atingiram dimensões dantescas...

Então, o que há diante de nós é instabilidade, e ameaça existencial. Portanto, se nós pensamos em segurança no sentido ampliado, nós temos de ir além do que soa para nós como mais tópico e circunstancial, que é o crime, e compreender que estamos numa teia de aranha, e nós não somos o predador. Portanto, se estamos pensando em segurança pública, temos de pensar na segurança no sentido mais amplo, mas como fazer isso se estamos devassados, e não há como nos defender dos olhares dos aparelhos que utilizamos? Eu não preciso dar exemplos, nós todos sabemos exatamente do que se trata. Então, não estamos mais no momento das "teorias" da conspiração, estamos diante de conspirações reais, dadas, que estão formuladas explicitamente no ideário da ultradireita mundo afora. Diante disso, não faltam temas, e nós precisamos até de uma agenda comum, de um esforço de comunhão como se estivéssemos numa verdadeira guerra.

Ferdinando Ramos: Agora, gostaria de retomar uma questão que sempre esteve nas suas reflexões, que é a do papel do jovem e da violência diante dos jovens e das famílias, basicamente como as principais vítimas de mecanismos institucionais e daquilo que muitas vezes nós lemos como uma legislação inepta. Olhando para esse cenário, quais são as projeções que nós poderíamos ter para o futuro do debate de política de segurança pública? É possível pensar em como conduzir um exercício de imaginação política voltado a esses temas? Estou considerando aqui, inclusive as suas abordagens anteriores: um cenário de violência em relação a jovens, ao ingresso numa criminalidade de varejo, a um tipo de sociabilidade violenta, a uma expansão de organizações criminosas em economias formais... O jovem perpassa tudo isso, justamente nessa relação de consumo, não só das drogas, mas de todos esses produtos que consumimos.

Luiz Eduardo Soares: Aliás, não respondi a uma parte da sua pergunta anterior, sobre como as pesquisas universitárias poderiam chegar melhor ou se aproximar das polícias e influenciá-las. Eu acho que isso só poderia acontecer num contexto em que as polícias já teriam se redefinido como prestadoras de serviço, garantidoras de direito, afins à Constituição e leais à autoridade civil política republicana. Ou seja, num contexto em que não haveria mais um enclave institucional, mas em que elas estivessem agora submetidas a controle externo e absolutamente adaptadas à institucionalidade democrática. Porque aí, restariam as perguntas: "Então, o que fazer objetivamente? Bom, agora já recuamos, sabemos que nosso papel constitucional é garantir direitos, nós somos servidores públicos, temos compromisso democrático, jamais toleraremos atitudes contrárias aos Direitos Humanos, isso deixa de fazer parte da nossa pauta, não seremos mais tolerantes com isso, porque nos que degrada, degrada a institucionalidade e nos envolve em dinâmicas criminais. Dada essa redefinição, o que fazer? Como agir? Nós

precisamos de evidências, de pesquisas, de estudos, precisamos saber o que funciona. Em que termos? Para quais finalidades? Quais são os nossos problemas? Onde estão? Quais são as dinâmicas em que esses problemas são criados? Como podemos interceptar essas dinâmicas antes que produzam essas consequências nocivas? Para tudo isso, nós vamos precisar muito da universidade, vamos precisar compartilhar dados com a universidade, vamos precisar de pesquisa, de comparações nacionais e internacionais, e voltamos ao esquema de avaliar as práticas, de experimentar etc." Então, quando as instituições se redefinirem do ponto de vista político (usando a palavra no sentido "nobre"), nós estaremos já num estágio em que dialogaremos com a boa intenção dessa institucionalidade, que é a nossa parceira e aliada. Isso implicaria um reconhecimento mútuo.

Sobre os jovens, acho que não só as políticas locais são muito importantes – os municípios, como nós sempre dizíamos, são muito importantes –, mas também disputar os meninos com os focos de cooptação criminosos. Ao invés de fazer a guerra e confrontar as organizações criminosas, que são focos de atração, eventualmente, pelo que oferecem, vamos disputar com elas a atenção, o coração e, para usar um clichê, as mentes desses jovens, oferecendo o que eles valorizam e, portanto, competindo com as fontes de recrutamento que são deletérias, negativas e destrutivas. Mas, além disso, isso continua em pauta, infelizmente, porque o problema persiste na outra ponta. Nós temos que, ao mesmo tempo, acabar com o encarceramento em massa e com essa política de drogas. Senão, por mais que nós façamos em uma ponta, nós vamos perder na outra, e vamos estar sempre atrás nessa disputa. Então, mudando essa política de encarceramento, que é indissociável da política de drogas, num futuro que idealizo com as drogas regulamentadas e legalizadas, com as prisões apenas utilizadas em casos de violência ou grave ameaça, com a reorientação da justiça criminal e com ações culturais, sociais e educacionais voltadas fortemente para recrutar a juventude sem esperança, aí nós talvez tenhamos a possibilidade de uma sinergia muito positiva entre o macro e o micro, entre a política local, municipal, e uma compreensão nacional transformadora.

Ferdinando Ramos: Obrigado, professor. Vamos encerrar agora com a última questão, a partir do livro com que nós abrimos, o *Crânio de Vidro do Selvagem Digital*. Você constrói um cenário um pouco otimista. Considerando esse cenário, como você imagina o seu próprio futuro nessa distopia realista? Existe algum interesse intelectual novo, reflexivo, que tenha surgido, e uma mudança de abordagem ou de modo de posicionamento no debate público para encarar essa nova conjuntura crítica? Ela está presente? Encerro aqui já agradecendo imensamente a sua colaboração e sua participação nesse projeto, professor.

Luiz Eduardo Soares: Eu que agradeço a paciência e a boa vontade generosa, a sua, do Pedro, de todos os envolvidos. Eu diria o seguinte, se eu soubesse te responder, eu não precisaria fazê-lo, porque já seria evidente e você já conheceria a resposta. Ou seja, se eu soubesse o que de novo eu pudesse produzir e de que forma nova eu pudesse me comunicar, eu já estaria fazendo dessa outra maneira, estudando esses outros temas e desenvolvendo, portanto, outras linhas de reflexão e de pesquisa. Eu certamente não teria essa epifania, essa iluminação, e, como o caminhante de Drummond na "Máquina do Mundo"[77], desdenharia o mistério revelado. Eu me lançaria sobre a Máquina do Mundo buscando colher essas respostas aos enigmas.

Eu não vivi essa epifania, mas lhe digo o seguinte. Essa possibilidade está sempre no horizonte, porque eu vejo esse processo justamente como um processo descontínuo de rupturas, desvios, inflexões, sinuosidades, contradições. É um processo claudicante, não é evolutivo e contínuo. Portanto, é aberto à gratuidade, à imprevisibilidade, que é outro nome do futuro. Isso me dá ânimo de continuar pensando até o limite com a radicalidade que eu consigo, estudando e buscando me apropriar do que chega a mim com o máximo de abertura e espírito crítico. Nesse sentido, estou sempre à disposição para ser corrigido, transformado e inspirado para que outras modulações das vozes, linguagens, temáticas e ângulos se afirmem no horizonte. Tenho estudado e trabalhado muito, mas como te disse, o novo é alguma coisa que nós não podemos postular como projeto, porque ele é justamente a negação do planificável e previsível, senão não seria novo, mas a extensão do mesmo. Contudo, eu não o recalco nem o nego, não só a possibilidade, como procuro criar condições permanentemente, no esforço de aprender, de ler, de estudar, de ouvir, de possibilidade para que surpresas se imponham, determinem e estimulem alterações de rota. Então, vou estar sempre aberto, sempre me sentindo na vizinhança de uma possibilidade de recomeço.

Ademais, como já disse, sou membro da Cátedra Patrícia Acioli, que se inscreve no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, e sou também professor da Pós-graduação em Literatura da UFRJ. Muitas vezes ofereço cursos, inclusive em parceria, reunindo a Cátedra e a Pós-Graduação em Literatura. Fazem parte da Cátedra, como eu já tinha falado rapidamente, Eliana Silva, Leonardo Melo e Miriam Krenzinger. A Miriam tem trabalhado nas questões atinentes à violência contra a mulher, particularmente os feminicídios. A Eliana tem uma vasta experiência em organização comunitária, dirige a Redes da Maré, uma das entidades mais importantes nas lutas sociais por Direitos Humanos e antirracistas no Brasil. O Leonardo também é egresso da Maré e se dedica há muitos anos aos estudos de tecnologia e sua aplicabilidade a movimentos sociais. Nós quatro estamos nos preparando para a realização de um projeto que é um sonho nosso, o Memorial Patrícia Acioli, um

77 ANDRADE, Carlos Drummond de. "A máquina do mundo". In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Claro Enigma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

memorial com elementos físicos e digitais, com mostras, exposições, performances, pesquisas, publicações e, no futuro, uma biografia e mais documentários, além do já realizado por Humberto Nascimento sobre a vida e a obra da Patrícia Acioli[78], juíza assassinada pelos setores corruptos e violentos da polícia em São Gonçalo, que se organizavam sob a forma já de milícias. Patrícia foi uma juíza muito corajosa.

Isso, para o futuro e no presente, constitui o meu investimento principal, e, intelectualmente, eu tenho desenvolvido, nos últimos treze anos, desde 2012, algumas hipóteses que foram expostas no meu livro *Brasil e Seu Duplo*, que estão presentes também no *Escolha Sua Distopia: (ou Penso Pelo Avesso)*, livro recém-lançado, e que continuam marcando o meu horizonte de pesquisas. Eu, com o meu colega Felipe Lima e também com Leandro Saraiva, tenho dado cursos e trabalhado autoras feministas latino-americanas, que escrevem literatura, romances e contos, e têm como objeto precípuo a violência contra a mulher e o feminicídio. É uma literatura vibrante, riquíssima, sofisticada, muito atraente, ainda não suficientemente estudada, embora haja muita gente pesquisando e dialogando com ela. Mas estou procurando fazer a ponte entre o estudo dessa literatura e o desdobramento dessas hipóteses que comecei a desenvolver em 2012, e que estão presentes em *Escolha a Sua Distopia* e, antes, no *Brasil e Seu Duplo*.

Essas hipóteses me conduzem a uma possibilidade de aproximação, em alguma medida solução, ou pelo menos uma forma de equacionamento, daquela angústia original da qual dei testemunho já no início da nossa entrevista, caracterizada pela divisão que vivenciei nos anos 1970, que não era uma divisão interna, mas, ao contrário, se apresentava para mim como um dilema prático, social, cultural, político, que me cumpria não resolver sozinho, mas ajudar a resolver. Eu queria aproximar as minhas turmas, galeras, tribos, famílias estendidas, compostas por atores, atrizes e criadores do teatro, que amavam as vanguardas e não reconheciam o interesse no realismo socialista e nas discussões mais, digamos, realistas, que mobilizavam os grupos políticos com os quais eu me identificava. Por outro lado, esses grupos políticos que me pareciam mais sintonizados criticamente com a realidade esteticamente me pareciam ainda ligados a propostas regressivas e que não me pareciam de modo algum interessantes.

Mas o problema não era só estético. Isso já seria muito, mas era também existencial. As bandeiras dos meus amigos que amavam a vanguarda teatral eram as minhas bandeiras pessoais, libertárias, aquelas que floresceram nos movimentos da juventude ao longo dos anos 1960 e que culminaram na insurreição jovem de 1968. Eu queria respeitar, preservar e manter aquecidas aquelas lutas e bandeiras, mas queria fazê-lo incluindo-as na agenda de uma política mais realista e mais efetiva, que tivesse sintonia com a história concreta, para que as vitórias e conquistas

78 Patrícia Acioli, a juíza do povo. Direção: Humberto Nascimento. Produção: Olhar Brasileiro. Rio de Janeiro, 2012. 1 vídeo (90 min).

pudessem efetivamente se dar. Isso sempre marcou a minha vida, esse esforço de aproximação de uma estética de vanguarda e de formas de vida rebeldes e libertárias, de um lado, com realismo político, de esquerda, socialista, crítico, por outro lado. Esse esforço de aproximação nós vemos hoje de modo muito mais comum nos grupos, por exemplo, ecossocialistas etc., mas essa aproximação me parecia ainda insuficiente, porque muito trabalhada por alguns que não tinham maior interesse no que eu estou chamando de realismo de esquerda, político. Do mesmo modo, as questões da tendência política são muito estudadas, pesquisadas e debatidas nesse campo da esquerda, que, entretanto, muito frequentemente não se interessa pela pauta libertária, a tal ponto que houve cruzamentos que levaram a colisões e contradições. Então, meus amigos que frequentam esse campo da esquerda realista, digamos assim, acabam muitas vezes desprezando e subestimando os movimentos sociais emergentes como "identitários", o que me provoca um desgosto muito grande. Eu acho que é um imenso equívoco.

O que eu vim trabalhando, não para ajudar nessa aproximação, porque isso não se faz intencionalmente, mas, digamos, que acaba ajudando nesse processo, mesmo que não fosse originalmente essa a intenção, é a ideia da nova individuação, que o Brasil está experimentando. Não só a sociedade brasileira, mas trata-se de uma individuação contemporânea, que é uma espécie de exacerbação e radicalização do individualismo, produzindo, entretanto, uma reviravolta, que transforma a sua qualidade e o seu sentido político. É como se a própria figura do indivíduo (que nasce com o liberalismo e com o capitalismo, já sob a forma do individualismo, processo que vem, em certo sentido, desde o Renascimento, mas mais fortemente do século XVII, XVIII, no século XIX já é evidente, e no século XX se impõe hegemonicamente e é radicalizado pelo neoliberalismo) chegasse a um ponto de fracionamento e rompesse o espelho. Isto é, quebrasse as suas amarras, desrespeitasse as suas circunscrições, se expandisse, se redefinisse, se requalificasse, e, nesse processo de uma espécie de metabolização de novas formas de subjetivação, emergisse como uma nova potencialidade. Uma agência de outro tipo, incorporando tendencialmente a solidariedade e pautas socialistas, ou pós-capitalistas pelo menos, e francamente anti-individualistas, embora radicalizando o seu compromisso com a individualidade.

Eu trabalho bastante a dissociação entre sexo, gênero e corpo ou corporeidade, e como os movimentos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas colaboraram nesse ecossistema insurreto, rebelde, transgressor, emancipador. Mas é como se, sobretudo, os movimentos feministas e LGBTQIA+ promovessem, de fato, uma dissociação entre corpo, gênero e sexualidade, com o corpo (por "corpo" me refiro à anatomia) deixando de ser um destino inexorável e de definir um gênero, cuja construção, produção e inclusive a possibilidade eventual do seu abandono como forma classificatória surgem com muita força e evidência. Ou seja, a anatomia não diz qual

será o gênero desse indivíduo, porque o gênero depende de uma construção não só performática, mas para a qual concorrem muitos outros fatores, e a sexualidade deixa de estar necessariamente condicionada por esses fatores anteriores, seja pela corporeidade tal como classificada tradicionalmente e instituída, por assim dizer, seja pelos gêneros reconhecidos nas classificações oficiais, predominantes ou hegemônicas. A sexualidade passa a ser um campo de experimentação em que o processo se impõe aos seus momentos de fixação, pelo menos como potencial, mas não como garantia de qualquer identidade permanente e estabilizada.

Então, com essa explosão, se produz na sociedade uma imensa insegurança que tenho chamado ontológica, uma desestabilização profunda, que é o verdadeiro horror do macho. O "macho" é o nome daquele ator, daquele tipo de indivíduo, que pode ser homem ou mulher do ponto de vista anatômico, mas que corresponde à realização plena da cultura patriarcal ("cultura" aqui no sentido bastante vago, pois não é o caso de especificar conceitualmente cada ponto). Então, o macho entra em combustão, em desespero agônico, e passa a se experimentar à beira de um abismo ontológico, no sentido de indefinição, uma voragem desestabilizadora. Nesse desespero, reativamente, essas figuras, atormentadas pela subversão em curso, buscam ancoragem ontológica. Quem oferece segurança ontológica e promete a grande restauração ontológica? São os chefes, os chefetes, os líderes neofascistas, que tendem a endereçar a insegurança inconsciente coletiva com uma promessa de fixação, de reunificação do corpo, do sexo e do gênero com o que entendem por suas respectivas naturezas essenciais ou suas essências naturais, e a unificação entre essa essência, essa natureza, e a deidade ou a vontade divina segundo os enunciados do Antigo Testamento. Na versão teológica do Antigo Testamento, a natureza humana estaria pré-definida e espelharia o sopro divino, a vontade divina e o ordenamento divino. A natureza, a essência, a vontade desse Deus do Primeiro Testamento se recomporiam, restaurando essa unidade fraturada, perdida, e a estabilidade substituiria a desestabilização tempestuosa que tem subvertido a experiência subjetiva contemporânea.

Ou seja, dizendo de outra maneira, é impossível analisar o neofascismo sem levar em conta a situação débil e fragilizada do patriarcalismo. Isso significa que classes sociais não são importantes? Que a política e a economia não são importantes? Que tantos outros fatores, como a comunicação, as redes, as novas linguagens do negacionismo, o *lawfare* e tudo mais não seja importante? Não, claro que não. Mas faço questão de adicionar mais um fator, e tenho me dedicado a estudar as implicações desse processo de individuação para além, inclusive, da luta política imediata. Eu acho que por aí nós podemos reencontrar a sociologia crítica, as perspectivas socialistas que se aplicam com o realismo crítico sobre a situação contemporânea, e, ao mesmo tempo, tradições psicanalíticas e outras, num contexto em que outras linguagens e outra estética possam ser também pensadas a

partir de pontos de vista progressivamente confluentes ou convergentes. Isso é interessante porque, por aí, nessa confluência, as razões da angústia da juventude talvez sejam mitigadas, se não superadas.

Pedro Vasques: Ótimo, professor. Muito obrigado. Afinal, trata-se da ideia de que a resposta para o plano político hoje passa pela reflexão estética.

Luiz Eduardo Soares: Estética-existencial.

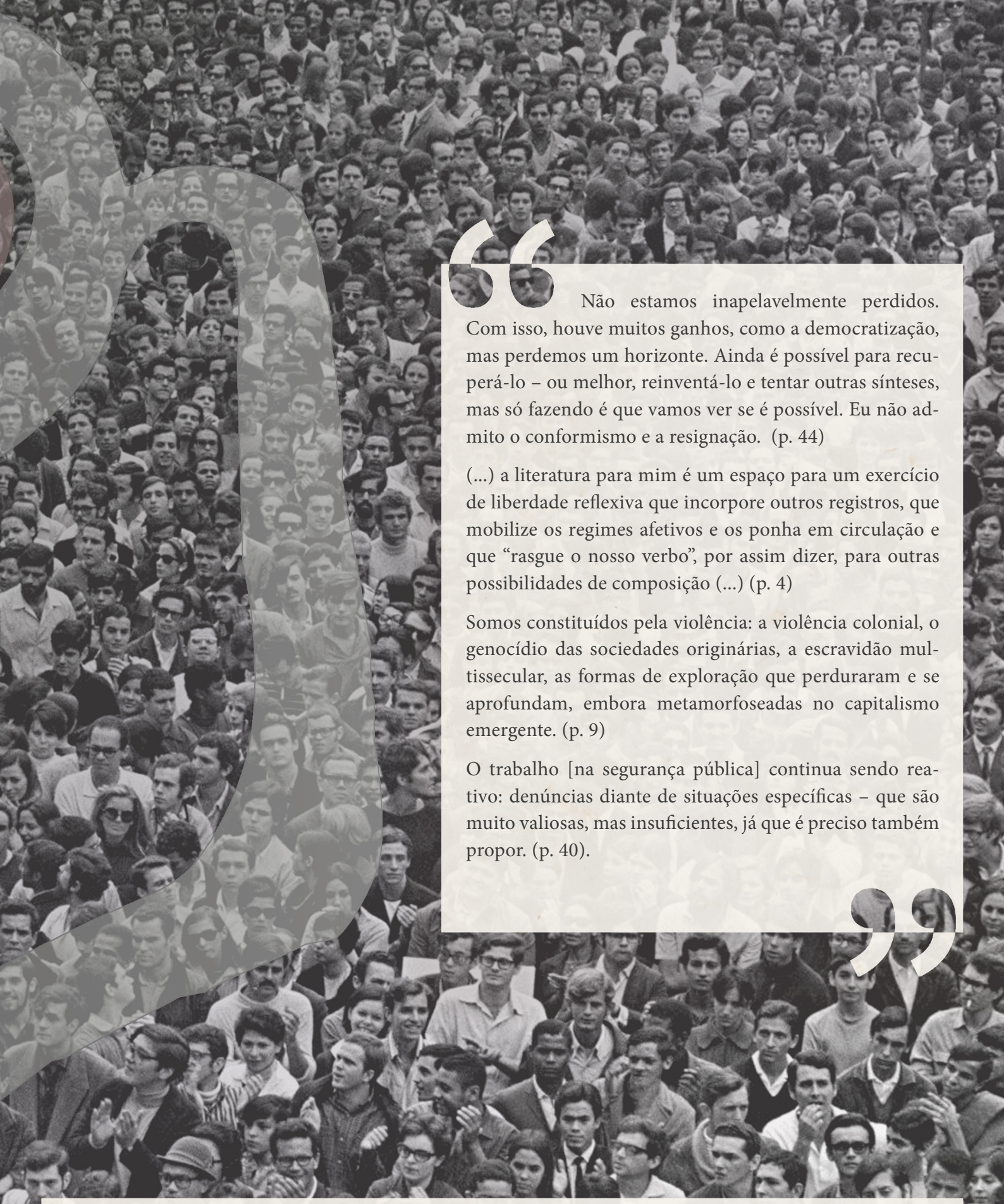
Pedro Vasques: Retornamos para o Michel Foucault dos anos 1980, na construção de uma estética de si?

Luiz Eduardo Soares: Exatamente, mas não necessariamente na perspectiva dele. Aqui, numa perspectiva mais otimista, histórica, pois acho que Foucault pensava esse esforço a contrapelo do processo histórico, uma espécie de resistência mesmo, e aqui estou dizendo que é nesse processo histórico das contradições do capitalismo, que muitas vezes produz contrapoderes e oportunidades de saltos qualitativos, que nós encontramos o caminho do rompimento dos espelhos e de explosão daquele narcisismo ultraindividualista. Isso de alguma forma dialoga mais com a teoria da história, não propriamente marxista, mas próxima à visão não evolutiva, mas evolucionária de alguma maneira, do que com a sensibilidade do Foucault, que o levou à Grécia clássica como fonte de inspiração, pensando essas possibilidades outras como resistências ao processo. Neste caso, acho que é esse processo mesmo que, na sua radicalização, conduz à possibilidade de ruptura. Mas não se trata necessariamente de uma oposição àquela visão, porque há pontos de contato e de convergência. Foucault sempre foi muito inspirador sempre.

Ferdinando Ramos: Professor, mais uma vez, obrigado. Foi excelente a conversa, um grande exercício de aprendizado, porque organizar toda a linha de raciocínio, com a sua experiência, exige um pouco de esforço de nós. Seja como for, sou muito grato, e tenho certeza de que esse material vai ficar muito interessante. Eu queria deixar aberto também para algum outro comentário que, de repente, você tenha visto que não ficou coberto e de que nós não demos conta.

Luiz Eduardo Soares: Não tenho comentários. Muito obrigado, e agora é com vocês.

• • •



Não estamos inapelavelmente perdidos. Com isso, houve muitos ganhos, como a democratização, mas perdemos um horizonte. Ainda é possível para recuperá-lo – ou melhor, reinventá-lo e tentar outras sínteses, mas só fazendo é que vamos ver se é possível. Eu não admito o conformismo e a resignação. (p. 44)

(...) a literatura para mim é um espaço para um exercício de liberdade reflexiva que incorpore outros registros, que mobilize os regimes afetivos e os ponha em circulação e que "rasgue o nosso verbo", por assim dizer, para outras possibilidades de composição (...) (p. 4)

Somos constituídos pela violência: a violência colonial, o genocídio das sociedades originárias, a escravidão multissecular, as formas de exploração que perduraram e se aprofundam, embora metamorfoseadas no capitalismo emergente. (p. 9)

O trabalho [na segurança pública] continua sendo reativo: denúncias diante de situações específicas – que são muito valiosas, mas insuficientes, já que é preciso também propor. (p. 40).

Acervo Digital
Cedec-Ceipoc

CNPq FAPESP CEIPOC cedec
UNICAMP Centro de Memória Unicamp COCEN Mackenzie